

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

**NÍVEL MESTRADO**

**EDUARDO COMERLATO**

**PRÉ-JORNALISMO:  
operações de tempo e narrativa  
nas reportagens das Grandes Navegações**

**São Leopoldo - RS**

**2021**

EDUARDO COMERLATO

**PRÉ-JORNALISMO:  
operações de tempo e narrativa  
nas reportagens das Grandes Navegações**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo César Henn

São Leopoldo - RS

2021

C732p Comerlato, Eduardo

Pré-jornalismo : operações de tempo e narrativa nas reportagens das Grandes Navegações / por Eduardo Comerlato. – 2021.

123 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Ronaldo César Henn.

1. Jornalismo. 2. História comunicacional. 3. Narrativa. 4. Temporalidade. 5. Produção de sentidos. I. Título.

CDU 070.41

**EDUARDO COMERLATO**  
**PRÉ-JORNALISMO: OPERAÇÕES DE TEMPO E NARRATIVAS**  
**REPORTAGENS DAS GRANDES NAVEGAÇÕES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

**APROVADO EM 05 DE ABRIL DE 2021.**

**BANCA EXAMINADORA**

**PROF. DR. LUÍS FERNANDO ASSUNÇÃO - UBI**  
**(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**

**PROFA. DRA. MARIA CLARA JOBST DE AQUINO BITTENCOURT - UNISINOS**  
**(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**

**ORIENTADOR**



---

**PROF. DR. RONALDO CÉSAR HENN - UNISINOS**

## **AGRADECIMENTOS**

Com o olhar retrospectivo diante de uma etapa que chega ao fim, não consigo imaginá-la tendo sido feita sem o apoio de pessoas tão especiais que me cercam, fundamentais para tudo o que envolve o processo de uma pesquisa. Portanto, seguem os meus mais sinceros agradecimentos,

Ao Professor Dr. Ronaldo César Henn, por ter guiado e dado rumo às minhas navegações durante todo o mestrado, me orientando sempre com tanta sabedoria, apoio e palavras de carinho. Antes de entrar no curso, não imaginava que minha pesquisa teria tomado tal destino, que me deixou tão feliz e foi como um descobrimento, capaz de renovar minhas concepções graças às recomendações de leituras, guias e outras iluminações.

À UNISINOS e ao Programa de Pós-Graduação de Ciências da Comunicação e seus professores, especialmente aos da linha de pesquisa de Linguagens e Práticas Jornalísticas. São eles: Maria Clara Aquino Bittencourt, Beatriz Marocco, Ronaldo César Henn e Marcia Veiga da Silva, aos quais agradeço muito, assim como aos outros colegas, por também terem acolhido tão bem a mim e ao meu projeto, que mesmo às vezes distante das outras rotas, sempre foi tratado com respeito e prosperamente incentivado por todos. Enorme carinho também aos demais docentes do programa, que alegraram e enriqueceram as minhas manhãs, tardes e noites nos últimos dois anos.

Aos amados amigos conhecidos durante o mestrado, que instantaneamente me cativaram com tanta inteligência e simpatia. Em especial, Antônio Jorlan Soares de Abreu, Bianca Rosa, Luíza Buzzacaro Barcellos e Mariane Ramos Santos, que sempre me fizeram sorrir com momentos afetivos nas aulas, palestras, debates, seminários e ocasionais encontros extra-acadêmicos. Que eu possa levá-los como parceiros no resto de minhas jornadas.

A todos os professores e amigos que cultivo de outras eras, como os que conheci nas demais cidades em que vivi, no ensino fundamental, médio e durante minha graduação na PUCRS, sobretudo Leonardo Sá, companheiro de tantos

textos e projetos. Também aos docentes Juan Domingues, Fábio Canatta, Juremir Machado da Silva e Antonio Hohlfeldt, entre outros, pelas inspirações, orientações, avaliações e retornos, principalmente no momento de conclusão do curso de Jornalismo.

À minha família pelo incentivo durante todos esses anos, nunca faltando suporte e afeto em todos os âmbitos, especialmente na educação. Muito obrigado João, Elisete e Pedro pelo amor e por sempre estarem do meu lado. Toda paixão do mundo por vocês, que sempre acenderam a luz e me mostraram a felicidade mesmo nas horas mais sombrias.

Aos autores de todos os tipos, indo de reportagens e artigos aos romances e contos fantásticos, que conforme aprendi com Paul Ricoeur, produziram sentidos e viraram referências em todos os formatos possíveis, como em livros, jornais, revistas e afins. Apreço infinito pelos contadores de histórias, capazes de renovar o tempo e o mundo com a ternura das palavras e todo o prazer do texto.

E à Júlia, por todos os anos ao meu lado, em que eu sou extremamente feliz em dizer que já são muitos e infinitamente incríveis, com conversas, trocas, apoios, projetos e um imenso carinho. Quando a conheci – um acaso bem de acordo com Cortázar, em que “andávamos sem nos procurar, mas sabendo sempre que andávamos para nos encontrar” –, senti maravilhas muito maiores que as sentidas pelos navegadores ao chegarem à América pela primeira vez, sendo mais que os paraísos relatados e qualquer outro que já visitamos juntos desde então. Enfim, minha mais honesta dedicatória ao nosso amor e à nossa memória; ao que passamos e ao que passaremos juntos.

*Afirmar que es verídico es ahora  
una convención de todo relato fantástico;  
el mío, sin embargo, es verídico.*

El Libro de Arena, Jorge Luis Borges

## RESUMO

Para entender melhor as origens e as essências das narrativas jornalísticas, o trabalho retorna para o período das Grandes Navegações, quando múltiplos escritos de uma literatura experimental foram feitos sobre a expansão ultramarina europeia nos séculos XV e XVI, especialmente tratando dos descobrimentos do continente americano. Por essa ótica, toma-se os textos de Cristóvão Colombo, Pero Vaz de Caminha e Antonio Pigafetta como manifestações pré-jornalísticas, que contaram o novo e os seus acontecimentos em formas embrionárias de notícias e reportagens, como defendem Maria Cecília Guirado e José Marques de Melo. A ideia também se concentra em analisar como essas narrativas operaram no imaginário com questões temporais, estruturais e simbólicas, aplicando os conceitos filosóficos de Paul Ricoeur sobre nossas reconfigurações de acordo com as práticas comunicacionais, voltando o seu olhar para como o jornalismo, de ontem e de hoje, opera. Com isso, a pesquisa compreende o campo noticioso, mesmo em seu momento prévio, como um produtor de sentidos, conhecimentos e referências, crucial para nossa localização dentro do mundo e em nossa cronologia, tendo a capacidade de sedimentar camadas em nossa memória. Da mesma forma, quer-se promover a narrativa jornalística como um reflexo das relações sociais vigentes em suas épocas, repletas de enquadramentos e pré-concepções miméticas, como o eurocentrismo dentro das representações do Outro na Era dos Descobrimientos, ato que iria encadear no genocídio dos povos nativos da América nos anos seguintes e projetar problemáticas antropológicas que nos rondam até hoje, respingando inclusive na prática da profissão noticiosa que viria a se formar. Assim, se realiza um exercício de retrospectiva muito pensado em ajudar na elucidação de nosso presente.

**Palavras-chave:** Jornalismo. História Comunicacional. Narrativa. Temporalidade. Produção de Sentidos.

## ABSTRACT

For a better understanding about the origins and essences of journalistic narratives, the present work goes back to the Age of Discovery, when multiple writings of an experimental literature were made to report the European overseas expansion during the 15th and 16th century, especially dealing with the finding of the American continent. From this context, the texts of Cristóvão Colombo, Pero Vaz de Caminha e Antonio Pigafetta are taken as a pre-journalism, which told the recent world events in embryonic news stories, as defended by Brazilian researchers such as Maria Cecília Guirado e José Marques de Melo. The idea also focuses on analyzing how the narrative field works on our social context with temporal, structural and symbolic issues, applying Paul Ricoeur's philosophical concepts about our reconfigurations according to communicational practices, using his thoughts to contemplate how journalism, from yesterday and today, operates. From this on, the research sees the news field, even in its previous moment, as a producer of meanings, knowledge and references, crucial for our location within the world and in our chronology, having the potential to sediment layers in our memory. In the same way, the work promotes the narrative journalist as a reflection of the social relations prevailing in its times, full of mimetic frameworks and preconceptions, such as Eurocentrism within the representations of the Other during the mentioned navigations and discoveries, in an act which would proceed to the genocide of native people of America in the following years and consequently induce into anthropological problems that surround us until today, even splattering in the practice of the news profession that would yet to be formed. Thus, a retrospection exercise is carried out, much thought to help in the elucidation of our present.

**Palavras-chave:** Journalism. Communication's History. Narrative. Temporality. Sense Production.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 Surgimento do tema e envolvimento.....	16
1.2 Novos olhares.....	20
<b>2 PRÉ-JORNALISMO E A ERA DOS DESCOBRIMENTOS</b> .....	<b>23</b>
<b>2.1 Aspectos históricos do jornalismo</b> .....	<b>24</b>
2.1.1 Notícias embrionárias.....	25
2.1.2 Obras sobre os descobrimentos.....	28
<b>2.2 Jornalismo e história como atos comunicacionais</b> .....	<b>32</b>
<b>2.3 Entendendo o jornalismo pelas narrativas</b> .....	<b>37</b>
2.3.1 Memória pelas notícias e reportagens.....	40
<b>3 TEMPO NARRADO</b> .....	<b>42</b>
<b>3.1 Narrativa, tempo e configuração</b> .....	<b>43</b>
3.1.1 Ser temporal.....	45
3.1.2 A intriga em Aristóteles.....	48
3.1.3 Correlação concordante.....	50
<b>3.2 A tripla mimesis</b> .....	<b>52</b>
3.2.1 A mimética do jornalismo.....	56
<b>3.3 Conexões em um mesmo ambiente</b> .....	<b>57</b>
3.3.1 Nova retrospectiva.....	61
<b>4 ENSAIO ANALÍTICO</b> .....	<b>64</b>
<b>4.1 Cristóvão Colombo e a dianteira dos descobrimentos</b> .....	<b>66</b>
4.1.1 O achamento contado em carta.....	70
4.1.2 Os três retornos à América.....	77
4.1.3 Considerações das reportagens de Colombo.....	86
<b>4.2 A carta do descobrimento do Brasil</b> .....	<b>87</b>
<b>4.3 O sul da América na viagem de Magalhães</b> .....	<b>95</b>
4.3.1 Terras tupiniquins pelo olhar de Pigafetta.....	98
4.3.2 Uma nova América e outros povos ao sul.....	101
4.3.3 O Estreito de Magalhães.....	106

4.3.4 O repórter Pigafetta .....	<b>SUMÁRIO</b> .....	108
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....		<b>111</b>
<b>5.1 Três pré-jornalistas pelas Américas</b> .....		<b>111</b>
<b>5.2 Entre similitudes e singularidades</b> .....		<b>115</b>
<b>5.3 Inquietudes e potenciais desdobramentos</b> .....		<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....		<b>123</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Através dos séculos, a humanidade lidou com suas necessidades comunicacionais de maneiras distintas, o que torna cada período temporal único ao estudarmos estas práticas. Nesta pesquisa, temos uma abordagem que fala como a soma dessas necessidades resultou nos primórdios do que poderia vir a ser o jornalismo, e como produziu e ainda produz sentidos a partir da memória construída por determinados acontecimentos. Notavelmente, uma etapa fundamental para a construção da atual narrativa noticiosa está situada no período das Grandes Navegações.

Entre os séculos XV e XVI, por diversos motivos, países como Portugal e Espanha se lançaram ao mar em viagens de exploração, quando o Oceano Atlântico ainda era tido como um mar desconhecido e povoava o imaginário dos europeus. A ideia de buscar novas rotas de comércio, pensadas para facilitar o alcance das Índias ou para descoberta de novos mercados parceiros, resultou no período que também ficou conhecido como a Era dos Descobrimentos. O desenredo desta fatia histórica foi a descoberta, da perspectiva europeia, de novas terras e povos, como a América e o Brasil.

A ideia de uma prévia do jornalismo já se configurando, de certo modo, nesse período passado, está situada também nos navios grandiosos, responsáveis pelas rotas marítimas: nas embarcações era comum a existência de registros do cotidiano das naus e seus acontecimentos, contando tudo o que era encontrado no itinerário. Alguns exemplos, que estão presentes na pesquisa, podem ser citados e até se diferenciam em suas aparências, mas jamais em suas essências, sendo narrativas jornalísticas de uma forma mais primitiva.

Cristóvão Colombo (1892, 2013), por exemplo, registrou suas quatro viagens ao continente americano em diários e memoriais, além de ter trocado correspondências com os Reis Católicos da Espanha e membros da coroa. Pero Vaz de Caminha (1500), como repórter, transformou em notícia o descobrimento do Brasil ao enviar uma carta-crônica, com toques de reportagem, ao Rei Dom Manuel I logo após o ocorrido. Já em Antonio Pigafetta (2011), temos a detalhada narração da

primeira viagem ao redor do mundo, encabeçada por Fernão de Magalhães em 1519.

As anotações destes e outros personagens das Grandes Navegações não se limitam ao registro de coordenadas náuticas e especificações marítimas, indo bem além com suas informações. São notícias; relatos dos acontecimentos das embarcações e seus descobrimentos, tendo seus momentos mais singelos, como o cotidiano da tripulação em uma longa viagem, até os mais impactantes, como o descobrimentos de outros povos, ilhas e continentes. Essas espécies de reportagens, como pedaços de conhecimento, alimentaram o imaginário europeu acerca dos descobrimentos, falando sobre novos mundos e outras formas de habitá-los, que montaram uma espécie de quebra-cabeça sobre o seu período e suas representações.

Ao assumirmos que estes relatos se assemelham, de fato, ao jornalismo, portando elementos em comum, como o relato do novo, a atualidade e a propagação da informação, prosseguimos com novos estudos e direcionamentos sobre essas notícias de acontecimentos passados. Os relatos de viagem de tais autores, que narraram as Grandes Navegações, são analisados com intuito de evidenciar questões que são atuais até hoje no jornalismo, com narrativas que constroem o tempo da humanidade e produzem sentidos. Tais recortes, embora pertençam ao passado, podem proporcionar uma visualização dos enquadramentos que são perpetuados pelas práticas jornalísticas em toda sua existência e principalmente suas operações de reconfiguração temporal e simbólica, executadas mesmo nos dias de hoje.

Dentro do tema, temos a interface do testemunho, que é uma figura presencial em diversos contextos das Ciências Humanas e Sociais. No jornalismo, ele tem em seu papel a possibilidade de configurar uma possível verdade sobre um acontecimento presenciado por ele, em que, baseado nisso, o repórter constrói sua narrativa com a pretensão de representar uma realidade. Dessa forma, pode-se tomar os relatores das jornadas do descobrimento como figuras testemunhais, que viveram e narraram suas viagens, sendo como figuras públicas colocadas entre os ocorridos e o público, que fazem a mediação via suas intrigas.

As notícias sobre o novo mundo, com a vivência e um discurso experimental praticado pelos testemunhos, passaram a construir uma memória sobre o período das Grandes Navegações, que, mesmo mais de 500 anos depois, ainda mantém viva os acontecimentos com suas representações – embora problemáticas com enquadramentos vigentes do eurocentrismo. Dessa forma, podemos resgatar os ocorridos através de rastros e vestígios deixados por homens de outrora, que atuaram, em sua época, assim como o jornalismo contemporâneo opera no campo do imaginário social e mesmo séculos depois são materiais de estudo cruciais para incorporar o passado.

Entretanto, veremos que assim como essas representações têm a potencialidade de trazer o passado ao presente, a memória noticiosa também pode nos representar os deslizos das práticas comunicacionais de diferentes épocas, residindo principalmente na forma em que os povos nativos foram retratados nos acontecimentos. O resgate das reportagens das Grande Navegações, portanto, também pode problematizar tal tema do jornalismo, tendo a noção de que este opera com recortes e padrões pré-configurados que podem portar visões silenciadoras ao retratar o Outro. Encontra-se, ao longo do trabalho, notícias escritas com uma angulação europeia, proferidas no enviesamento dos discursos testemunhais dos descobridores que correspondiam ao comportamento da civilização do velho continente no período, sendo uma amostra de como as narrativas refletem as potenciais lacunas antropológicas de suas épocas correspondentes.

Uma maneira de exemplificar esse difícil retrato é muito presente no diário de Cristóvão Colombo (1892, 2013) por exemplo, em que o italiano promove um contexto de “conquista” em sua narrativa: todas as ilhas por que passa se tornam dele, tanto que opta por batizá-las mesmo tendo conhecimento de que elas já tinham designações feitas pelos povos nativos. Pero Vaz de Caminha (1500), da mesma forma, também tem dificuldade de retratar o contato com os indígenas, e isso pode ser visto na configuração de sua carta quando fala sobre a necessidade de catequizar e “salvar” os americanos, muito presente nas representações das primeiras missas no Terra de Vera Cruz, acontecimentos religiosos importantes do ponto de vista ibérico. Por fim, em 1519, Antonio Pigafetta (2011) reconfigurou o imaginário europeu ao anunciar que as terras sul americanas eram povoadas por

gigantes, batizados de Patagões por Fernão de Magalhães, que, ao lado dos canibais de outras regiões do novo mundo, assombravam a Europa com seu exotismo.

Mesmo sabendo disso, cabe salientar que não é viável aplicar todos os nossos conceitos e olhares antropológicos atuais, pois as narrativas foram escritas há seis ou sete séculos, quando termos como “lugar de fala” não eram ativos em nossa sociedade. Contudo, uma análise da dominação perpetuada pelo discurso eurocêntrico está presente no trabalho, pois se faz necessária para entender-se muito dos fatos atuais.

A partir dessas considerações, essa pesquisa trabalha com a seguinte questão norteadora: como os textos da Era dos Descobrimentos, produzidos por autores como Cristovão Colombo (1892, 2013), Pero Vaz de Caminha (1500) e Antonio Pigafetta (2011), problematizam as questões de narrativa, temporalidade, testemunho e memória e que interfaces são possíveis estabelecer com o que veio a se configurar como jornalismo?

Junto com as questões levantadas no contexto, surgem outros objetivos próprios para o trabalho. O primeiro aparece na definição do conteúdo e do que configura o pré-jornalismo, tendo planos de identificar como as narrativas praticadas no período das Grandes Navegações e nos momentos da dita conquista da América se assemelham ao jornalismo, num princípio que se permita ter esses textos como reportagens, portando estruturas e operações de narrativa, testemunho e memória.

Como prática, sabemos, através de autores como Marialva Barbosa (2005, 2006, 2009, 2012, 2019), sobre como o jornalismo pode projetar a realidade e uma memória posterior a partir de suas narrativas. A ideia é esclarecer esse conceito e enxergar como a produção de sentido foi liberada dentro dessas reportagens do descobrimento, também mostrando como nossa atualidade está sujeita à essa mecânica. Uma releitura de Paul Ricoeur (2007, 2010) foi feita para entender as capacidades do tempo e o poder de suas narrativas, que operam com a tripla *mimesis* e tomam-se condições da existência humana dentro do painel da temporalidade.

Ainda dentro do leque jornalístico, há o objetivo de relacionar algumas práticas da disciplina com campos muito próximos, como a história e sociologia –

que se aproximam ao dividir as narrativas factuais como materiais de estudo. Por outro lado, também visualizamos suas diferenças como um todo, num sentido que evidencie as temporalidades e outras distinções nos discursos, bem como a forma em que suas interpretações são mediadas por intrigas no mundo do leitor.

Num âmbito mais humano, partimos para algumas análises das representações do Outro nesses materiais, todas fundadas nas perspectivas dos testemunhos. Aqui é destacado todo o enquadramento proporcionado nas narrativas eurocêtricas e suas palavras de dominância, como “descobrimento” e “catequização”. O resgate mostra-nos como esses discursos participaram de atitudes de silenciamento dos povos indígenas da América, sendo analisados por um olhar próprio do Jornalismo, mas que também recebe visões de outras Ciências Sociais.

De uma maneira geral, a proposta consta em entender o que aproxima os textos das Grandes Navegações ao que viria a ser o jornalismo, um campo que mesmo em seu momento “pré” foi capaz de adicionar camadas de sentido e temporalidade em nosso contexto como sociedade e ainda o faz até hoje. Assim, com a criação da memória partindo de enquadramentos de séculos atrás, as reportagens dos descobrimentos nos dizem muito mais sobre nossa formação como país e continente do que estamos acostumados a abordar, também sendo um espaço para se estudar o jornalismo, um local prolífico para as narrativas, referências e sentidos.

### **1.1 Surgimento do tema e envolvimento**

O tema foi construído na constante preocupação com o estudo da história do jornalismo, que apresenta relatos riquíssimos, deixados por protagonistas do passado e que devem ser recordados para entendermos o cenário atual e suas preponderâncias. A ideia do estudo da história jornalística reside na necessidade de entendermos melhor nossa disciplina em si, como ela foi construída, ou seja, com que essências e intuítos iniciou a ser praticada, e como ela chegou ao patamar em que está hoje. Ao meu ponto de vista, o entendimento da formação do jornalismo passa pela soma dos fatores vivenciados pela humanidade que, de alguma forma,

quis representar sua vida de maneira factual e encontrou no formato narrativo um espaço para isso, que posteriormente se remodelaria inúmeras vezes até construir o modelo noticioso atual.

Sinto que, muitas vezes, autores diversos e de grande renome diferem um pouco deste contexto. Por exemplo, em livros como “Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet”, escrito por Peter Burke e Asa Briggs (2016), os pesquisadores partem do estudo da mídia necessariamente pelas proximidades de 1450, com a invenção da prensa de tipos móveis por Gutenberg. Essa escolha como um marco inicial é completamente compreensível, pois, de fato, houve um aumento gigantesco na circulação de livros, relatos, gazetas e outros estilos no continente europeu. Contudo, se considerarmos o termo “mídia” como um suporte que permite a difusão da informação, podemos pensar também por outras perspectivas comunicacionais. A propagação informativa, enquanto a invenção de Gutenberg não se tornava acessível e popular, era praticada em outros atos e formatos. Cartas, por exemplo, circulavam pelo mundo, assim como escrituras e narrações de histórias também, que propagavam notícias à sua maneira – e isso está presente neste trabalho sobre o momento prévio ao jornalismo. Mesmo sabendo das diferenças entre “jornalismo”, foco do trabalho, e “mídia”, termo usado pelos autores mencionados anteriormente, creio que estes elementos partilham de similaridades e se conectam em certos contextos, permitindo outras reflexões.

Também entendo que a prensa móvel não foi inventada propositalmente para impulsionar ou formar o que viria a ser o jornalismo, visto que os primeiros materiais tipográficos eram, em sua grande maioria, livros clássicos e religiosos, como a Bíblia. Pelo contrário, foi a vontade de contar as novas, ou seja, o ideal jornalístico, que se adaptou às tecnologias emergentes em sua época – situação que demonstra que o campo está em constante transformação desde sempre, tendo recentemente passado pela transição para o digital entre mortos e feridos.

A questão é que formas primitivas de jornalismo, também chamadas por autores como José Marques de Melo (2012) de pré-jornalismo, já circulavam por aí independente do acréscimo de distribuição promovido pela prensa de Gutenberg. Dessa forma, tomamos a prática como quase jornalística por sua essência de contar

o novo e suas situações, mostrando que o formato noticioso já era feito com ou sem uma grande preocupação com a circulação.

Ainda assim, é crucial ressaltar que essa prática discursiva das Grandes Navegações realmente coincidiu com a invenção de Gutenberg, que ajudou a popularizar relatos como os de Colombo (1892, 2013), que de acordo com Maria Cecília Guirado (2001), no início de 1500, já tinha suas cartas sobre o descobrimento da América publicadas em mais de 20 edições impressas por certas regiões da Europa. Ou seja, são dois movimentos que caminham juntos na evolução para se tornar o jornalismo de hoje; mas, ao meu entender, a invenção da arte de impressão tipográfica não sustenta sozinha, de forma alguma, a criação do campo noticioso, que recebeu experimentos literários com os lampejos dos descobridores e escritores do período abordado, praticantes do desejo de representar os acontecimentos vivenciados por eles em texto. Sendo assim, até mesmo relatos anteriores aos mencionados podem e devem ser abordados no intuito de entendermos a intencionalidade jornalística, que se dedica a contar o frescor da vida desde os tempos mais remotos, como os autores e seus experimentos prévios analisados no trabalho.

A construção da ideia do tema partiu de disciplinas do meu período de graduação na PUCRS, como a de “Leituras em Jornalismo”, em que abordamos textos e relatos que se conectam com a prática por suas narrativas e similaridades. A carta escrita por Pero Vaz de Caminha estava presente, assim como o diário escrito pelo alemão Hans Staden, que perto de 1550 foi capturado por índios e viveu verdadeiras epopeias em terras brasileiras, narrando-as no livro “Duas Viagens ao Brasil”. De uma forma ou de outra, ambas podem ser consideradas como algumas das primeiras reportagens sobre o Brasil, possuindo características parecidas.

Dentro da graduação também tive outra disciplina chamada “História do Jornalismo”, que também foi muito proveitosa de sua maneira, mas eu notava diferenças em comparação à outra cadeira mencionada. Na voltada especificamente para a história da profissão, ao abordar o princípio de nossa prática comunicacional éramos instigados a visualizar o jornalismo como uma ciência muito recente, oriunda da profissionalização e do maquinário dos séculos XIX e XX; ou seja, não abordando o pré-jornalismo e suas ancestralidades. Enquanto isso, o salto era muito maior na

outra, principalmente no sentido temporal, em que voltávamos anos e anos para escritores como Marco Polo ou cronistas da antiguidade que se assemelhavam ao campo, indo além até mesmo de Caminha e os textos dos descobrimentos.

Creio que o meu questionamento interno partiu sobre a percepção do que pode ou poderia ser considerado jornalismo, fundamentado em como a disciplina teve sua essência construída. Poderiam, então, aqueles tipos de textos produzidos outrora serem jornalismo ou pelo menos um pré-jornalismo? Isso me impulsionou muito na busca por uma pesquisa da história da disciplina muito mais abrangente, que planeja abordar muitos caminhos e escalas percorridos por essas necessidades comunicacionais que formularam o campo. Desde então, isso resultou no assunto de muitas de minhas pesquisas, proporcionando contato com muitos autores que são essenciais ao trabalho.

O primeiro dos livros que fortaleceram esse meu interesse por uma história mais ampla foi “Relatos do Descobrimento do Brasil: As primeiras reportagens”, escrito por Maria Cecília Guirado. A autora é categórica e diretamente estampa no título de sua obra que os materiais escritos nos momentos do achamento do Brasil são reportagens de fato. Publicado em 2001 pelo Instituto Piaget, a obra é uma grande inspiração, em que suas páginas buscam conexões dos primeiros textos tupiniquins de Pero Vaz de Caminha, Pero Lopes de Sousa e Pero de Magalhães de Gândavo com o nosso jornalismo, inclusive chamando os autores de “repórteres de última hora”. No livro, os capítulos apresentam outras visões aplicadas na pesquisa e nas interpretações das narrativas, trabalhando com percepções históricas e também com os signos da obra. O livro, em si, certamente ainda tem muito a contribuir e ajudará no crescimento da minha pesquisa, amparando novos ângulos providos por autores como José Marques de Melo e Marialva Barbosa, que também contribuirão na busca por tornar a pesquisa ainda mais consistente.

O livro foi de extrema importância na articulação do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo na PUCRS. Porém, senti que o espaço daquela produção acadêmica era muito pequena se considerarmos as grandes ambições que o tema permite. A ideia de continuar nesse campo de estudo está na capacidade do que uma pesquisa de mestrado pode proporcionar: se já citamos que esses textos podem ser como pré-jornalismo, qual o poder destas narrativas e seus

enquadramentos em todo o contexto histórico? Como essas reportagens trabalham na produção de sentidos e na configuração da temporalidade? Como foi retratado o encontro de diferentes culturas? Estas são algumas das questões que senti que o tema ainda poderia buscar em seu prosseguimento.

Creio que a necessidade da presença de autores como Guirado (2001) reside em confirmar, a partir de suas pesquisas, que aquilo era um pré-jornalismo nos relatos do descobrimento. Assim, ao afirmarmos essas narrativas como uma prática similar à jornalística, poderemos partir para outros pontos, como as consequências geradas por esses relatos e pela produção da memória desses acontecimentos.

Contudo, mesmo com caminhos já trilhados por outros autores nesse assunto, ainda se faz necessário fazer o resgate do ponto de vista que atribui os relatos das Grandes Navegações como uma prática jornalística. É uma trajetória ainda nova para quem lê, tanto que, em muitas disciplinas sobre a história da comunicação, e aqui retorno aos conceitos que observei na minha graduação, ainda não tenha sido abordado da mesma forma em que gostaria. Não penso como uma deficiência curricular, apenas não é um ângulo em que estamos acostumados a pensar, mas que ao meu ver ainda pode contribuir ao ensino da trajetória do jornalismo de uma forma ampla, principalmente para entendermos melhor as práticas presentes e problematizar o que há de vir.

## **1.2 Novos olhares**

Com isso, asseguro que o processamento da minha pesquisa passa por um novo ambiente frequentado, que é a Unisinos e o curso de Ciências da Comunicação, que promoveram novas ideias e novos olhares. A graduação em Jornalismo foi interessantíssima para entender o atual do jornalismo, contudo, a senti limitada em aspectos e vertentes – temo que talvez esse seja um problema também de outros cursos, não somente da área de comunicação. É complexo quando tentamos realizar o resgate histórico da prática que se estuda. O motivo? Quatro anos é pouco para conhecermos nossas origens epistemológicas.

É interessante perceber que, nessa transição para o mestrado, muitos autores e ideias surgiram a partir de textos lidos para as disciplinas ou a mim

indicados, trazendo novas possibilidades de abordagens. Lembro que desconhecia a profundidade de termos que julgava superficiais, como o conceito de memória e a operação narrativista num cunho temporal. Foram aprendizados e mudanças necessárias para entender o poder que uma simples palavra pode ter, assim como capacidade de conhecimento de uma pesquisa.

No mesmo leque de mudança, além do simples título da graduação para pós-graduação, senti uma mudança conceitual, não sendo capaz de justificar se foi por ter frequentado escolas distintas ou pela capacidade de aprofundamento permitida por um curso de mestrado – no meu caso, a entrada feita na linha de Linguagem e Práticas Jornalísticas, dentro do Programa de Pós Graduação de Ciências da Comunicação. A questão em foco é que senti, agora, na Unisinos, um cuidado com as palavras nas narrativas e suas produções de sentido. Foi introduzida a ideia dos signos e sua importância, ao lado da devida responsabilidade das práticas jornalísticas, o que resulta em questões positivas e problemáticas. Creio que o principal impacto dessa característica tenha atribuído novos ângulos para a minha pesquisa, principalmente se tratando da produção de sentido na esfera global.

Dentro dessa formação, conheci novos níveis em que o jornalismo pode chegar, sendo capaz de dar poder ao conhecimento proporcionado pela mídia e seus retratos dos acontecimentos. Assim, o foco no campo e sua história segue, mas agora acompanhado por novas naus e caravelas, trazendo metodologias, abordagens e mais o que for necessário para descobrir as ondas do pré-jornalismo.

Além da presente introdução, essa dissertação está estruturada da seguinte forma. No segundo capítulo, temos uma revisão dos conceitos históricos do jornalismo, especialmente o que constitui a essência das narrativas do pré-jornalismo, designação usada por autores como Melo (2012) e Sousa (2008). O principal recorte dessa produção textual está concentrado no período das Grandes Navegações, que, por diversos motivos, tiveram um grande ligação com o desenvolvimento do formato noticioso, os conceitos de globalização e quesitos discursivos e antropológicos, como a representação do Outro. Portanto, neste trecho, consta uma contextualização das práticas textuais dos séculos XV e XVI, que contaram o mundo de sua forma em suas obras, trabalhadas no decorrer do trabalho.

Após a apresentação do pré-jornalismo e suas histórias, temos no terceiro capítulo um espaço para entender as operações realizadas pelas narrativas em nossas vidas. O principal suporte é o trabalho de Paul Ricoeur (2007, 2010), que projeta a intriga como configuradora de nossas estruturas temporais e simbólicas ao realizar a tripla *mimesis*. Da mesma forma, Marialva Barbosa (2005, 2006, 2009, 2012, 2019), Fernando Resende (2005, 2007, 2009a, 2009b) e Luiz Gonzaga Motta (2004) são aproveitados para entender a aplicação do estudo da narrativa no âmbito jornalístico.

Com isso, entram em cena as obras pré-jornalísticas das Grandes Navegações de Cristóvão Colombo (1892, 2013), Pero Vaz de Caminha (1500) e Antonio Pigafetta (2011), que juntos, foram responsáveis pelos primeiros relatos do continente americano de norte a sul. Estes autores serão analisados de acordo com os conceitos abordados previamente no trabalho; ou seja, a narrativa pré-jornalística entrando em funcionamento no mundo do leitor e refigurando sentidos. Além de citações de seus textos como objeto de estudo, há uma contextualização histórica sobre os feitos dos narradores e escritores, justamente para entender suas enunciações e relações com o que está sendo contado.

Por fim, é feita uma breve retomada dos pontos anteriores para se projetar considerações finais sobre o assunto, também aproveitando o espaço para pensar em desdobramentos e outras inquietações. Assim, temos as diferenças e semelhanças dos textos analisados, para entender porque o que temos de produção narrativista durante o período das Grandes Navegações se configura como pré-jornalismo, com espécies de reportagens que permitiam os leitores a acompanhar o mundo de acordo com os escritos, estudados e devidamente referenciados no último segmento do trabalho.

## 2 PRÉ-JORNALISMO E A ERA DOS DESCOBRIMENTOS

A pesquisa entende fundamentalmente que o jornalismo não nasceu pronto, possuindo uma essência que foi concebida com o acúmulo das práticas comunicacionais de épocas diferentes da civilização. Assim, tentaremos compreender a movimentação quase jornalística promovida especialmente no contexto das Grandes Navegações. Como veremos a seguir, esse foi um momento específico para a humanidade, em que muitos relatos sobre as expedições ultramarinas foram produzidos por pilotos e marinheiros que acompanharam as jornadas. Estes, contavam sobre o cotidiano da vida nos mares e anunciavam outros povos e novas terras, extremamente sedutoras pelo olhar europeu.

Tais narrativas, estruturadas em cartas, crônicas e diários e escritas por autores como Pero Vaz de Caminha (1500) e Cristóvão Colombo (1492, 2013), chegaram até a ser atribuídas como as primeiras reportagens sobre o continente americano, como prima Maria Cecília Guirado (2001) ao analisar a carta da descoberta do Brasil em seu trabalho. Embora essa prática não tenha sido chamada de jornalismo propriamente dito, dado que era uma profissão inexistente até então, estes trabalhos são tratados por autores como José Marques de Melo (2012) e Jorge Pedro de Sousa (2008) como integrantes de um movimento de pré-jornalismo.

Na pesquisa, trabalharemos com essas formas embrionárias de notícias, que estavam presentes nos relatos dos descobrimentos durante os séculos XV e XVI. É interessante perceber que, mesmo com uma identidade prévia da prática, as narrativas antigas compartilham de atributos com algumas ações de nossa contemporaneidade. Os textos, atuais e com caráter de urgência em sua época e que agora habitam a memória, carregavam uma espécie de testemunho jornalístico manifestado em discurso estruturado para contar as novidades do globo a partir da representação mimética dos acontecimentos. Trata-se do contato com um mundo completamente novo, projetando terras e povos encontrados, produzindo interpretações e novas demandas de conhecimento via urgências comunicacionais a fim de reportar o mundo. Assim entra o pré-jornalismo, prática secular que montou uma base para as construções narrativistas que conhecemos hoje.

Para melhor entendimento, abordaremos o campo noticioso como um conceito de itinerário longo e de crescimento inquieto no mundo. Junto com este tratamento, veremos suas narrativas em seu ideal fundamental: produtoras veementes de sentidos e construtoras de nossa temporalidade, com histórias que são contadas e montam nossa cronologia em relatos de múltiplas matérias sociais. Dialoga-se, especialmente, com o estudo das narrativas seculares a partir de olhares também mais frescos, estando o jornalismo e sua essência como parte de nossas estruturas e um retrato da humanidade.

## **2.1 Aspectos históricos do jornalismo**

O autor José Marques de Melo (2012) é tido como um dos grandes expoentes da história jornalística, nos trazendo em seus estudos uma programação detalhada dos caminhos e contextos da disciplina ao longo dos anos. Uma de suas grandes contribuições é feita ao reafirmar o conceito e suas realizações passadas, o encorajando a traçar o itinerário do jornalismo com a nobre preocupação em valorizar o seu ensino:

Disciplina integrante do currículo dos cursos de jornalismo, no mundo inteiro, a História do Jornalismo procura situar os futuros praticantes do ofício diante dos acontecimentos que marcaram o desenvolvimento das rotinas de produção, estimulando as novas gerações a registrar com fidedignidade os fatos de interesse público, contextualizando-os no tempo e no espaço. (MELO, 2012, p. 7)

A verdade é que Melo demonstra ao longo de seu trabalho a necessidade de conhecermos a história do jornalismo como uma tarefa principalmente humana. Além dele, outros autores, como Barbosa (2019), Hohlfeldt (2001) e Sousa (2008), também concordam: o estudo cronológico do formato narrativo jornalístico é complicado por não ser possível isolá-lo da história civilizacional como um todo, o que implica em certas coincidências com as pesquisas de outras ciências vizinhas, tais quais a história, literatura e sociologia.

Por conseguinte, entende-se que para visualizar a construção do jornalismo será necessário acompanhar os saltos do homem integralmente, não sendo possível começar abruptamente com marcos como a invenção da prensa de tipos móveis por

Johannes Gutenberg, a capitalização da imprensa nas proximidades do século XIX ou o início da impressão periódica em si. Ou seja, partimos do pressuposto que nossa disciplina é um resultado da combinação das práticas comunicacionais de várias épocas; todavia, focaremos sobretudo no tratamento das Grandes Navegações e suas capacidades embrionárias noticiosas sobre os descobrimentos.

### 2.1.1 Notícias embrionárias

Fundamentalmente a história do jornalismo passa pelas necessidades crescentes de informação e a ampliação secular dos horizontes humanos, tendo “cada época (...) suas características e um modo específico de concretizar os processos comunicacionais. Em consequência, em cada período, a comunicação atende a diferentes objetivos e funções” (HOHLFELDT, 2001, p. 64). Autores como Melo (2012) e Sousa (2008) realizaram, em seus trabalhos, uma busca pelas raízes comunicacionais que eram voltadas para as representações factuais da vida humana. De acordo com ambos, em certo momento da humanidade surgem práticas que podem ser designadas pelo termo “pré-jornalismo”, que será empregado por aqui para indicar a comunicação praticada com intuito noticioso e informacional em tempos pré-profissionalização da imprensa. Portanto, cabe revisitar um pouco mais dos conceitos e as graduações da atividade narrativa de momentos prévios.

De forma sucinta, o jornalismo é um modo discursivo usado pelos seres humanos para representar fatos e ações recentes, sendo um ato natural e mundano – indispensável para a nossa existência. Essa denominação é então tomada por Sousa (2008) para avaliar e considerar também as manifestações representativas ancestrais como potenciais formulações noticiosas em seus princípios, mesmo sem a existência da profissão em si. Em seu trabalho, o autor exemplifica ao dizer que “algumas pinturas rupestres, por exemplo, são testemunhos iconográficos deixados pelos nossos ancestrais de acontecimentos relevantes da sua vida cotidiana” (2008, p. 5). Assim, a interação comunicacional, que é parte da natureza humana, existe incondicionalmente e consecutivamente através do tempo, como atos naturais humanos de contar os seus arredores. Mesmo que essa pesquisa trabalhe

especificamente com um pré-jornalismo do período do Renascimento, beirando o século XV, a reflexão feita por ele, que nos leva até à vida nas cavernas, é válida, riquíssima e, além de tudo, atemporal.

Para Rizzini (1964,1968), também é perfeitamente compreensível que as primeiras manifestações noticiosas surgiram antes da imprensa em si, se compondo lentamente dentro de um estágio embrionário enquanto a informação começava a ser cada vez mais valorizada. Nessas condições, novas demandas surgiram gradualmente ao longo dos séculos com os avanços da civilização.

Essa ideia de notícia em formatos atípicos – quando comparados aos atuais – se configura como uma espécie de proto jornalismo por apresentar narrativas que buscam transmitir a realidade e seus acontecimentos recentes; no caso das Grandes Navegações, eram os textos em cartas, crônicas ou diários que narravam os descobrimentos. Com a informação libertada pela escrita, os relatos antepassados assim se configuram como pré-jornalismo graças às suas semelhanças com a prática dos repórteres de hoje, algo muito visível no período estudado:

A informação contida nos textos das descobertas de além-mar empolgava os leitores europeus daquela época, essencialmente porque ali estavam representadas as novidades daqueles que viajaram, viram e voltaram para contar o vivido (ou ainda aqueles que enviaram seu texto para um destinatário que garantiria a posteridade do relato). Com base nos conceitos fundamentais do jornalismo, ou seja: a atualidade, o interesse (do público), a veracidade/objetividade e a facilidade de assimilação ou clareza do texto, nota-se que em maior ou menor escala os textos das descobertas contém invariavelmente alguns destes elementos. (GUIRADO, 2001, p. 53-54).

Diante disso, evidencia-se a importância de outra interface do trabalho, que é o conceito do testemunho, responsável por conferir veracidade aos discursos através de suas vivências; na maioria dos casos da Era dos Descobrimientos, era uma ação oriunda do próprio narrador, que navegou e presenciou o que queria manifestar em uma espécie de discurso experimental. Mesmo que sem maiores intuítos específicos no sentido jornalístico, para Guirado (2001), “o relator funcionava, de grosso modo, como um repórter que faz a cobertura de um evento

conferindo-lhe, através da atualidade do registro, o caráter da autenticidade do escrito/vivido”. (p. 54).

O combustível e o âmago do jornalismo sempre esteve por esses arredores, feito por quem deseja enunciar o que de atual foi vivido para sanar a curiosidade alheia sobre o que aconteceu no dia passado e o que de novo ocorre pelo mundo. Isso, de forma notável, faz-se ligar os pontos entre os textos da Era dos Descobrimientos com o jornalismo, mesmo que se faça necessário utilizar o prefixo “pré”.

O ponto é que esse vigor comunicacional de contar o mundo sofreu uma expansão diretamente ligada às evoluções do homem através no século. Muito disso se conecta com o fato de que, no passado, as comunidades eram aldeias – pequenos espaços físicos onde a necessidade de informação era muito menor e majoritariamente interna. Com o avanço dos burgos e cidades, os horizontes físicos e cognitivos expandiram-se, causando a demanda de interações também à distância, impostas pelas novas localidades e espaços descobertos, que futuramente viriam a ser outros países e nações. Aquela mesma circulação interna de histórias, orais e prévias da escrita, se tornaram insuficientes para que os habitantes pudessem acompanhar os novos modos de se viver e enxergar o mundo.

O cotidiano se transformou e novas ânsias por informações se projetaram juntamente, com a expansão de comunidades que, até então fechadas, gradualmente começaram a dar início à globalização. O período dos descobrimientos em questão tem uma relação muito conexas com esse desenvolvimento civilizacional e comportamental, dado que os países protagonistas iniciaram as Grandes Navegações com ideais expansionistas, visando novas rotas de comércio, parceiros econômicos e terras que preferencialmente pudessem abrigar especiarias e outras riquezas, como ouro e prata. Assim, surgiram com isso propósitos de descobertas, conquistas e posses que iriam afetar o mundo, originando, entre outros fatores, o olhar eurocentrista ditado durante o Renascimento. O principal resultado foi um novo imaginário social, composto por narrativas que acompanhavam o início de impérios e eras seguintes de nossa história.

Junto a esse imaginário, de forma um pouco silenciosa – mas não menos importante – houve o surgimento da figura do homem público e a composição da

opinião social, destinada a esclarecer os fatos do mundo com suas percepções. Isso está muito presente em épocas como o Iluminismo e o próprio Renascimento, muito presente no trabalho, quando certos indivíduos buscavam explicar os fatos ocorridos em escala global, pensando em manter suas comunidades informadas dentro do possível. José Marques de Melo (2012) sinaliza que, nesse período, “apareceram agentes intelectuais ou mediadores sociais que se colocavam como testemunhas oculares ou auditivas dos acontecimentos relevantes, produzindo narrativas sedutoras” (p. 166).

Assim, a circulação noticiosa, mesmo que em posição prévia, se originava como um fenômeno social e coletivo, com agentes mediadores entre o público e a informação, que foram completamente anteriores à profissionalização da prática jornalística em si. Pode-se dizer que estes autores, construtores prévios das representações de acontecimentos, registraram contextos, como os da Era dos Descobrimentos, de uma forma estruturada pelas narrativas testemunhais que queriam contar as novidades do mundo, em especial, as navegações e descobertas de novos cenários e outros povos, que viviam de maneira distinta e intrigavam os europeus.

### 2.1.2 Obras sobre os descobrimentos

Os materiais estudados fazem parte dessa manifestação noticiosa embrionária mencionada, tendo origem entre os séculos XV e XVI dentro do que Sousa (2008) classifica como “fenômenos pré-jornalísticos do Renascimento”. Entre eles, temos os diários, cartas e memoriais da descoberta da América, de Cristóvão Colombo (1892, 2013), a carta sobre o achamento do Brasil de Pero Vaz de Caminha (1500) e a narração da primeira viagem ao redor do mundo de Antonio Pigafetta (2011).

Todos abordavam seu respectivo itinerário marítimo, narrando os descobrimentos e as aventuras no novo mundo. De acordo com Hohlfeldt (2015), naquele período, “o que mais entusiasmava o crescente público leitor eram, de fato, as narrativas de viagem” (p. 87). O pesquisador brasileiro também argumenta que os capitães e desbravadores sentiam a necessidade de manter diários de bordo, seja

com o próprio navegador abastecendo-os com informações ou designando “repórteres”, como classifica Guirado (2001), que eram enviados especificamente para cobrir o cotidiano das embarcações e, assim, encarregados também de contar a chegada em novas terras e outras façanhas patrióticas. Desse modo, além da experimentação jornalística, estes relatos também foram elegidos por terem papéis fundamentais na história de nossa civilização latino-americana, conseqüentemente afetando a nossa comunicação em geral e o comportamento de nossa sociedade. Sabendo de suas importâncias, eis uma breve introdução feita em ordem cronológica sobre o conteúdo das obras e dos autores, que no capítulo voltado ao ensaio analítico serão devidamente contextualizados de maneira mais aprofundada.

Na dianteira das viagens, Cristóvão Colombo (1892, 2013) foi um navegador célebre da história e tido como o responsável pelo descobrimento do continente americano em 1492. Nas quatro viagens que fez ao novo mundo, manteve consigo um diário e trocou cartas falando sobre os acontecimentos das jornadas, registrando as cenas do achamento de nosso continente na eternidade. Embora acredite-se que o genovês tenha morrido desacreditado, principalmente por seus embates com a Coroa Espanhola, sabe-se, a partir de autores como Guirado (2001), que suas cartas sobre a América foram publicadas nas proximidades de 1500, inclusive tendo ganhado vinte diferentes edições graças à máquina tipográfica de Gutenberg, diga-se de passagem, sendo um projeto de impressão experimental que circulava no período. Seu relato segue firme e nos permite a retornar ao exato momento em que os europeus puseram o pé em nossas terras pela primeira vez, tornando suas narrativas como representantes testemunhais dos contatos iniciais entre a Europa e o mundo além do Oceano Atlântico.

Esse mesmo resgate histórico também pode ser analisado enquanto uma narrativa de conquista, em que autores como Tzvetan Todorov (2010) dissecaram-o como um discurso de posse dos novos territórios pelos impérios que estavam surgindo. A ideia do escritor búlgaro é uma abordagem da alteridade e a questão de como se comportar em relação ao outro, em uma pesquisa que trabalha com o olhar semiótico da interpretação partindo das ações comunicacionais. Ou seja, toma-se a escrita de Colombo (1892, 2013) para identificar os processos de dominâncias nas descobertas, em que os povos indígenas foram silenciados e tiveram,

posteriormente, suas terras tomadas em ações que acarretaram nos genocídios dos nativos da América nos anos seguintes.

Assim, a proposta de escolher obras como a de Colombo (1892, 2013) também perpassa por problematizar algumas questões adquiridas pelo jornalismo e suas narrativas ao longo das décadas, sendo heranças dos discursos passados que permaneceram e ainda respingam no campo. Faz-se necessário investigar como a memória tradicional foi construída ao longo dos séculos, até chegar ao cenário que conhecemos hoje, em que se vê os descobridores apenas como heróis genuínos, desbravadores valentes e, principalmente, conquistadores. A verdade é que estes discursos, próximos do jornalismo, são repletos de interpretações e enunciações equivocadas, que, quando executadas, são nocivas e fazem parte do que culminou no silenciamento de muitas culturas americanas. São textos sobre o Outro, algo muito presente no jornalismo de hoje e sempre, que demonstram lacunas sociais e esquecimentos elementares.

Quanto à carta escrita ao Rei Dom Manoel I sobre o achamento do Brasil é mais conhecida por nós, afinal, muitas vezes é tida como a certidão de nascimento do nosso país. Contudo, ela não costuma muito ser abordada com a seguinte ótica: o relato de Caminha, sobre o descobrimento do Brasil, é quase como uma reportagem, que "já contém alguma tendência jornalística do ponto de vista da atualidade, ou seja, da representação escrita de um acontecimento muito próximo do autor" (GUIRADO, 2001, p. 23). Contando o novo com uma objetividade desejada, os textos compartilham de conceitos com o jornalismo atual, sempre pensando na veracidade.

Trabalharemos a carta de Caminha como um pré-jornalismo autêntico, graças à sua maneira de contar acontecimentos que eram ainda frescos. Para Guirado (2001), o tratamento justo a ser dado à Caminha é o de um repórter:

São testemunhos da experiência, são narrativas que se assemelham a um tipo de literatura que resgata o momento presente. Um tipo de literatura inaugural, produzida por homens que, vivendo num outro clima social e mental, são forçados a aprender uma nova escola de valores para julgar as coisas e os acontecimentos. Poder-se-ia dizer que estes navegantes, transformados em repórteres de última hora, não possuíam o saber dos eruditos, mas obrigaram-se a técnica de traduzir os novos fenômenos que se lhes apresentavam (GUIRADO, 2001, p. 22).

A carta, um dos formatos noticiosos prévios trabalhados por José Marques de Melo (2012), tinha um destinatário, que era o Rei Dom Manoel I. Para Melo, a obra escrita em Porto Seguro é como um protótipo do modelo comunicacional de sua época, em que “descreve cenários, fisionomias e movimentos” (p. 167). Com outro olhar, mas ainda assim similar, o autor português Jorge Pedro Sousa (2008) diz que o texto direcionado a monarquia era institucional, mas com um estilo informativo em sua totalidade:

Para a história do jornalismo, as cartas institucionais e informativas são importantes pela adoção de um estilo eminentemente noticioso, reportativo, informativo e funcional, embora temperado pelas especificidades do género epistolar (SOUSA, 2008, p. 57)

Seguindo o caminho das obras escolhidas, temos “A primeira viagem ao redor do mundo”, escrita por Antonio Pigafetta (2011) entre 1519 e 1522. Ela conta a saga da primeira circunavegação do planeta, empregada com os serviços da Coroa Espanhola e guiada pelo português Fernão de Magalhães, tendo a presença do escritor vicentino Antonio Pigafetta (2011), que desejou participar da viagem justamente para narrá-la. O trabalho, publicado nos anos seguintes em Veneza, foi também direcionado a algumas pessoas públicas europeias, como o imperador espanhol Carlos V e o papa Clemente VII, para apresentar as maravilhas do novo mundo e seus povos. Para registro, a obra que ficou documentada em museus, antes de sua publicação efetiva que temos hoje, foi a dada para o grão mestre Villiers de l’Isle-Adam, que chefiou a ordem militar dos Cavaleiros Hospitalários em Rodes e, posteriormente, em Malta.

Antonio Pigafetta (2011), um dos 18 sobreviventes entre os cerca de 250 tripulantes que partiram da Espanha para participar da viagem, registrou tudo com um discurso que se assemelha muito ao jornalismo, tornando o seu testemunho em um depoimento recheado de acontecimentos impactantes – incluindo própria a morte de Fernão de Magalhães. A obra se assemelha às outras citadas no trabalho em seu texto, mas conta com essa preocupação do vicentino em querer alcançar um maior número de leitores, podendo ser uma figura que, por vontade própria, desejou estar entre os acontecimentos e o público leitor. Com isso, a repercussão de seu texto pode ser mais expansiva, imprimindo narrativas sobre a forma esférica da terra

e trazendo outros conhecimentos sobre o universo, como as constelações e galáxias descobertas, como a Pequena e a Grande Nuvem de Magalhães, e os primeiros registros dos povos austrais da América, que, de acordo com os tripulantes, eram gigantes que ultrapassavam os dois metros e meio de altura.

Assim, embora o período seja conhecido como pré-jornalismo, a intenção é apontar as essências noticiosas das obras, com atos informativos que até hoje se aplicam em nossos meios. Ao longo do anos, estes materiais foram severamente tomados apenas como meros materiais documentais. Creio que hoje, como estudiosos do campo, temos o papel de entender essa efervescência dos séculos XV e XVI como uma forma embrionária de se noticiar o novo via narrativa, nos permitindo também fazer o uso de nossos conceitos contemporâneos para discorrer sobre as operações comunicacionais. Estas, por sua vez, merecem um olhar abrangente da mesma forma, evocado para entendermos suas execuções no cotidiano dos leitores. Para isso, fazendo o uso das múltiplas interfaces que o trabalho permite, creio que um bom caminho para entender o funcionamento da narrativa passa por expor o compartilhamento da tessitura da intriga como o material crucial para diversas disciplinas responsáveis por contar o mundo.

## **2.2 Jornalismo e história como atos comunicacionais**

Inúmeras vezes o estudo do jornalismo se desenvolveu preocupado apenas com a temporalidade que tomamos como necessária para sua prática, que é a atualidade, afinal, é o que envolve o principal de sua essência. Entretanto, algumas interfaces comunicacionais podem surgir se o pensarmos ao lado de outros campos epistemológicos, que compartilham de alguns conceitos. A História, por exemplo, tem a narrativa como grande produto de estudo da mesma forma, também precisando ser articulada de acordo com o real e o factual. Desse modo, este formato narrativo funciona como uma espécie de prova de que estamos no mundo, visto que ele pode indicar que determinado acontecimento ocorreu – assim como também pode revelar outras questões, como o “quando”, “com quem”, “de que maneira” e “por quê”, ocorrências presentes no *lead* das notícias atuais, por exemplo. Logo, com diversos outros fatores que envolvem as ações humanas, como

o testemunho em questão, estes discursos configuram-se como demonstrações da verdade e constroem a memória coletiva sobre o mundo, sendo campo de estudo sociológico.

A produção de textos, e conseqüentemente de sentidos, caminha no que Ricoeur (2010) atribui como o grande poder do mundo contado, em que através da narrativa, os acontecimentos postos em intrigas invadem o mundo do leitor, refigurando sua existência após a leitura. Ou seja, tanto na historiografia secular ou em notícias sobre os ocorridos de ontem, é a narrativa que nos permite tomar conhecimento sobre os atos humanos, e, por conseguinte, com o nosso cenário reconfigurado, podemos nos entender enquanto seres, partilhando conteúdos semânticos e temporais. Diante dessa chave hermenêutica, pode-se tomar os jornalistas e historiadores como narradores da vida e da memória, capazes de afetar nossas essências.

À vista disso, o mundo se permite ser contado pelo jornalista, que em seu papel viu, ouviu ou apurou sobre os seus eventos e tem o intuito de trazer o leitor para o determinado cenário em sua enunciação. Esse seria um dos frutos diretos do chamado texto jornalístico, que nas palavras de Marialva Barbosa (2005) se trata de uma “narrativa que recupera um tempo vivenciado por um outrem, narrado por um locutor, que instaura o tempo das coisas contadas. Esse mesmo narrador seleciona de um conjunto de acidentes uma história completa e una, ou “tece a intriga” (2005, p. 54). Assim sendo, traçamos nossos contornos temporais a partir das intrigas – seja as que partem de jornalistas ou de historiadores, que obviamente partilham de diferenças em seus relatos, mas são todos filhos de argumentos “narrativistas” (RICOEUR, 2010)

É interessante perceber que ambas as profissões se valem do estudo das ações dos homens, afinal, a narrativa pressupõe uma mimética da atuação humana. Eis, então, que surge outro termo compartilhado entre essas disciplinas voltadas ao social, que seria a exposição ou a análise dos acontecimentos e eventos (em francês, o vocábulo usado por Ricoeur (2007) é *événementiel*). As ações humanas são noticiadas acontecimentalmente, passando a compreensão – tanto do passado remoto ou mais recente – pelo estudo dos ocorridos no mundo, que quando

contados, serão devidamente configurados e preservados para a eternidade via narrativa.

Esta conexão, logo, também passa pelo que foi dito sobre os aspectos jornalísticos e historiográficos trabalharem com verossímil, tendo ambos uma relação particular com documentos, textos, depoimentos e testemunhos, elementos que podem ajudar a configurar uma narrativa verídica e que hoje pode nos fazer lembrar nas fontes usadas para as matérias noticiosas. Em outros termos, estes recursos são o que Marialva Barbosa (2005) chama de vestígios, que quando deixados pelas ações humanas, trazem o acontecimento para o presente com o seu desejo por objetividade. Assim, os feitos dos autores das Grandes Navegações partem do mesmo princípio, em que a veracidade transcrita nos vestígios discursivos são provas da construção temporal dos acontecimentos testemunhos. Seus relatos, então, são trazidos ao presente por serem rastros deixados no planeta:

Historicamente, o jornalismo é governado pela convenção do verossímil. Transformado em testemunho, transvertido da idéia de testemunho autêntico, o verossímil neste sentido passa a ser igual a verdadeiro. Como testemunha autêntica, o jornalista deve desenvolver a habilidade de se fazer acreditar. Assim, se numa primeira fase verossímil era aquilo que captava, mais de perto o familiar, o comum, o cotidiano, num segundo momento passa a ser não mais semelhante a real, mas semelhante ao verdadeiro. É necessário, pois, multiplicar não só as convenções narrativas, como também as convenções profissionais. (BARBOSA, 2005, p. 59)

Seguindo essa linha, os acontecimentos quando contados inevitavelmente produzirão sentidos em quem se inteirar sobre eles, pois, com o mundo chegando até o leitor, interpretações serão possibilitadas e poderão encaixar os fatos e os tempos históricos de acordo com as memórias da sociedade. Com a narrativa, mesmo sendo sobre um passado muito distante, as experiências se tornam atuais de uma forma em que o texto traz os conhecimentos do passado, como se os acontecimentos estivessem ocorrendo diante de nós, o que, por si só, permite-nos formar um mundo cognitivo sobre o tempo humano e as significações coletivas.

Portanto, é preciso entender que o jornalismo é um dos elementos com a tremenda responsabilidade de constatar os atos humanos ao longo dos séculos, que compõem o conceito de temporalidade em uma parede capaz de exibir o tempo da

sociedade; entre os tijolos dessa estrutura, temos as notícias e reportagens como uma parte crucial para sua sustentação:

Ao produzir o texto, o que se faz é mediar à experiência cotidiana antes e depois da narrativa. Pressupõem-se, pois, uma relação mimética entre o tempo da narração e o vivenciado, que não está presente no discurso. É através do texto que se suspende o presente vivido pelo passado da narrativa. A narrativa pertence, sempre, ao mundo das coisas contadas, não havendo, pois, diferença entre ficcional e não ficcional. A diferença está nas convenções. Enquanto o jornalismo é governado pela convenção de veracidade, as narrativas literárias são governadas por convenções de ficcionalidade. (BARBOSA, 2005, p. 58)

Como uma instituição do tempo e do mundo, o jornalismo se aproxima dos estudos historiográficos também como um ator muito individual da temporalidade. Com os seus por quês, ambas disciplinas trabalham na busca do conhecimento e suas explicações para consagrar o que temos como realidade, mesmo que elas apresentem diferenças em seus tempos discursivos e nas urgências de seus relatos. Ainda assim, é muito justo defini-las como protagonistas de nossas configurações enquanto sociedade – parceiras e irmãs com similitudes em suas representações.

Tendo suas similitudes assinaladas, o fato principal fica por conta de que os atos jornalísticos e historiográficos são produtos da narrativa e sua capacidade temporal para a humanidade por vias comunicacionais. Como em uma reportagem ou notícia, o estudo da História também busca seguir os vestígios humanos à sua maneira, com testemunhos, documentos e outros materiais visuais, orais ou escritos abastecendo-nos de informações direcionadas sobre acontecimentos. Sem os relatos das ações do homem – o espírito fundamental que habita o interior das narrativas – jamais poderíamos nos localizar na imensidão do tempo que passou e suas significações, interpretadas com nossas pré-configurações.

Isso também envolve a forma em que nos percebemos no tempo: quando chegamos ao mundo, descobrimos que antes de nós outros seres já compartilhavam suas histórias passadas, registradas em vestígios narrativos. A intriga, dessa forma, atesta e carimba a existência humana, descoberta a partir das peripécias reminiscentes da humanidade – que podem ir das descobertas às barbáries provocadas pelos seres e nos situam nos aspectos temporais.

Em seu estudo, Marialva Barbosa (2009) argumenta que a narrativa em si não é apenas um gênero textual ou uma mera organização de pensamentos, pois opera em muitos outros níveis sociais, como os que serão vistos em Paul Ricoeur (2010). Para ela, a narrativa:

é configurar a existência vivendo a cotidianidade de nossos atos. Produzimos narrativas da maneira como nos colocamos no mundo. Produzimos narrativas ao viver cotidianamente e ao produzir sempre reinterpretações. A vida nada mais é do que ato narrativo. A questão narrativa, portanto, não se resume a uma problemática linguística. Narrar é uma forma de estar no mundo, visualizá-lo, produzir interpretações, lançar no mundo outros textos decorrentes do ato narrativo, que por sua vez se transformaram em novas interpretações e em outros atos narrativos. (BARBOSA, 2009, p. 18 - 19)

Pensando o jornalismo como discurso no formato narrativo, ele também permite o acesso ao presente-passado (AGOSTINHO, 1996) a partir de suas produções, mesmo que seja sobre um pretérito que tenha acabado de se passar. O seu desenvolvimento, voltado ao factual, apura um lugar de memória de acordo com sua seleção de eventos narrados, como os materiais textuais das Grandes Navegações aqui estudados. Quando estão devidamente articuladas, essas narrativas automaticamente adentram a memória de quem as interpreta e refiguram justamente o tempo humano.

Encerrando a constatação das proximidades entre historiografia e jornalismo, valoriza-se esse ato comunicacional em suas pluralidades como um potencial resgatador do passado verossímil, um conceito que ambas as áreas de produção tem como um compromisso e juramento. Jornalistas e historiadores, assim, correm atrás dos acontecimentos e das ações humanas, mesmo que isso seja feito em saltos temporais distintos; o importante é que interesse por personagens singulares e o *événementiel* (RICOEUR, 2007) é o mesmo, criando e recriando peripécias que nos contarão sobre o mundo e sua grade temporal. Claro, mais uma vez é preciso ressaltar que as duas áreas trabalham com o factual de maneira distinta, cada qual com sua ideia de importância acontecimental e, principalmente, atualidade, dado que o jornalista deve operar com urgência – assim como Caminha enviou sua carta sobre o achamento do Brasil o mais rápido possível para a monarquia lusitana. Mas, fundamentalmente, a ideia do que a narrativa é capaz, em especial por poder

reconfigurar signos e refigurar o tempo humano, opera em frequências que vão além de tais áreas epistemológicas.

Talvez, um legado muito importante que possa ser deixado por outros ramos das ciências sociais passa por entender a comunicação sobre os acontecimentos passados como um processo complexo, poderoso e que demanda cuidado por sua reconfiguração de mundo. Ora, olhar para o que se passou, tanto pelos olhares da historiografia ou pelo formato jornalístico (mesmo que em construção), é enxergar na narrativa uma produtora de sentidos e fundamentadora de conhecimento terreno e temporal. Então, que este legado sobre os espaços narrativistas nos possam guiar para entender o mundo e como estamos nele diante seus sistemas sociais complexos, acessíveis apenas pela formação da intriga.

### **2.3 Entendendo o jornalismo pelas narrativas**

Para melhorar a compreensão do mundo se configurando graças às narrativas, temos em Paul Ricoeur (2007, 2010), um ilustre filósofo francês surgido no período pós-guerra, uma excelente contribuição para o campo, mesmo que ele não adote a prática jornalística em si como material principal de seus estudos. Conhecido como “filósofo do sentido” (BARBOSA, 2006), o pensador trabalha questões como o texto, o tempo e a memória em suas obras, tendo abordagens similares às que foram mencionadas nos subcapítulos anteriores.

Em sua perspectiva, só podemos humanizar a temporalidade quando o mundo é devidamente narrado, sendo a intriga um material necessário para significar a existência do homem: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 2010, p. 93). Desse modo, o filósofo tem a capacidade de problematizar teoricamente a questão narrativista, tornando-a em um devido processo complexo e potencializando o seu estudo. Como vimos, narrar é para ele uma forma de estar no mundo, bem como é uma forma de entendê-lo temporalmente e significativamente, pois é assim que se pode traduzir o que é vivido.

Para justificar a alcunha de “filósofo do sentido” que atribuiu a Paul Ricoeur, Barbosa (2006) aborda os caminhos textuais propostos por ele, em que a transição entre escritor, texto e leitor é algo natural. Assim, as narrativas vão de seu interior, sua configuração interna, à uma influência exercida no exterior, ou seja, no receptor e seus arredores, de um modo em que “produz sentido e induz a uma ação. A partir da leitura há, pois, uma mudança intrínseca em quem a realiza” (BARBOSA, 2006, p. 144). Com isso, o filósofo francês categoriza os “mundos” de nosso cotidiano, entre a porção que é experienciada pelo testemunho, a forma em que ela é representado e contada e o cenário de pré-concepção do leitor que irá entrar em contato com a narrativa e se reconfigurar intrinsecamente. Logo, o que é vivido e posteriormente contado entra em choque com a realidade do receptor ao realizar o ato hermenêutico. Desse modo, o resultado do encontro redefinirá a natureza humana de acordo com nossas realidades, uma vez que “a leitura torna-se campo de confronto entre o autor e o leitor, cada um trazendo recursos opostos para o combate.” (RICOEUR, 1990, p. 39).

Quando projetada, a narrativa causará um choque iminente entre as realidades: um leitor, que já conta com suas pré-configurações, terá seu mundo novamente reconfigurado, tanto no sentido temporal quanto em suas aceções sobre o universo. A produção de sentido transitaria entre os polos cognitivamente com o retrato mimético de “como se” o que está sendo dito aconteceu daquela forma. Mesmo com potenciais falhas de objetividade, o que está articulado será “capaz de remodelar a esfera do imaginário” (BARBOSA, 2006) e, por sua vez, o mundo do leitor acerca da realidade em questão. Isso faz com que as obras construam micro-histórias sobre o globo, formando um imaginário geral composto por memórias de acontecimentos e transitando entre os mundos hermeneuticamente. Os textos se projetam além de si mesmos com as respectivas experiências de vida, prontas para ressignificar os ideais individuais e coletivos.

Com isso, Ricoeur (2010) exalta a potencialidade da interpretação em meio à troca de experiências, pois ao entrarmos em contato com as narrativas, pode-se ir além da simples leitura superficial, tomando vieses capazes de mudar nossas relações contextuais. Graças a isso, deve-se levar em consideração que, ao transmitir um acontecimento, se ressignifica o leitor e seus julgamentos e sentidos.

Ainda, de acordo com Barbosa (2006), “a compreensão ou definição de alguma coisa já pressupõe uma compreensão ou definição daquela coisa” (p.148), o que nos põem em uma realidade de referências e concepções. Faz sentido, então, Ricoeur se tornar o “filósofo de sentido”, principalmente por ele idealizar a narrativa como produtora de configurações com base em nosso armazenamento do tempo e de mundo:

A vida humana é, portanto, análoga a um texto. Assim como um texto, também a vida expressa sentidos que podem ser explicitados por meio da interpretação. A questão da leitura e da compreensão do texto é, pois, uma espécie de metáfora na sua obra para todos os tipos que compreensão, incluindo a dos fenômenos sociais e culturais. (BARBOSA, 2006, p. 144)

Estando conectado ao espectro da narrativa, o jornalismo é capaz de reorganizar nossa experiência temporal e refigurar a vida em três aspectos: estruturais, simbólicos e temporais (RICOEUR, 2010). Isso imprime em nossas vidas outros sentidos a partir da leitura de notícias – sejam elas *hard news* em sua brevidade ou reportagens dignas de estantes de bibliotecas. A ideia de produção de sentidos aqui é vista por projetar recortes que relatam a ação humana – no caso jornalístico, ações da atualidade e narrações de experiências frescas. Toma-se, mais uma vez, o que Ricoeur (2010) entende por “configuração” e refiguração”: a primeira, voltada para a organização intema de um discurso; e a segunda, pela capacidade que o mesmo tem reorganizar e reorientar a vida de quem o recebe – o sentido se projetando externamente.

Tudo isso é feito após o repórter fazer a mediação entre os acontecimentos e o público e formulando histórias informativas, o que é um ato fundamentalmente jornalístico mesmo em suas práticas. Assim, o repórter que está diante do acontecimento, seja ele Colombo (1892, 2013) ou um profissional do século XXI, seleciona o que será contado e como tudo isso será ordenado, de um modo que transforma-se em notícia o que foi vivido – por ele ou outrem.

(...) ao transformar os acontecimentos em história, ou ao possibilitar que se retire dos acontecimentos uma história inteligível, o que os textos jornalísticos instauram é a construção da intriga, constituindo-se em uma espécie de

mediadores entre o acontecimento e a história. Nesse sentido, Ricoeur define acontecimento como aquilo que contribui para a progressão de uma história, sendo mais do que algo que acontece: o acontecimento é componente intrínseco da própria narrativa. (BARBOSA, 2006, p. 141)

Em vista disso, a introdução teórica de Ricoeur (2010) está na fundamentação da produção de sentidos via narrativa – que aqui, será prioritariamente estudada sobre uma fase específica do pré-jornalismo. Ao considerarmos os textos da Era dos Descobrimentos dessa maneira, tomamos os autores como construtores de imaginário coletivos, que, em seu tempo, contaram o novo e mudaram o imaginário social europeu, e hoje, são memórias pré-coloniais sobre o Brasil e a América. Suas produções narrativistas, portanto, operam de maneira similar ao que viria a ser conhecido como o jornalismo atual, tendo um discurso que, mesmo proveniente dos séculos XIV e XV, ainda goteja em concepções jornalísticas atuais, como as dificuldades discursivas na hora de contar sobre o Outro e as proeminências eurocentristas, principalmente quando se trata de situações de posse e domínio, que debilitaram um continente e suas culturas por eras.

### 2.3.1 Memória pelas notícias e reportagens

Com sua significância e temporalidade, cabe apontar outro âmbito do trabalho, que é o jornalismo como um operador da memória, fornecendo recursos para manter o passado vivo em suas intrigas – como notícias que figuram em capas de jornais e permanecem reminiscentes. Para Marialva Barbosa (2004), os jornalistas poderiam muito bem serem chamados de “senhores da memória”, dado que são agentes com capacidade de coordenar parte de tal função.

Se o mundo se constrói ao ser contado, visualizações anteriores garantem uma base para novas interpretações que virão, se acumulando em camadas que, como veremos em Ricoeur (2010), formam nossos fundamentos e pré-concepções em uma hermenêutica constante. Assim, a memória nos possibilita seguir a história do mundo, que é montado cronologicamente com seus ocorridos. Ricoeur (2007), ao se aproximar do termo “memória”, a considera uma natureza “voltada para a

realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da 'coisa lembrada', do 'lembrado como tal'". (p. 26). Logo, compõe-se baseadas em múltiplas narrativas de coisas que foram vividas e vivenciadas – diferentes, portanto, do irreal da imaginação ou ficção (que são coisas que devem ser valorizadas, de acordo com Ricoeur (2010), mas é algo a ser feito em outro momento). Conquanto, a memória do real se configura com os frutos da historiografia e jornalismo, habitando nossos imaginários de acordo com a forma em que foi representado.

Com os autores responsáveis por construir o continente americano do norte ao extremo sul em seus relatos daquele período, temos o passado preservado e ainda existente à sua maneira, com os traços representativos de cada narrativa testemunhal. Estas, então, nos permitem saber o que se passou na costa brasileira em abril de 1500, por exemplo, um acontecimento que ainda pode ser alcançado e reinterpretado no presente, "sendo um livre acesso, que produz o ingresso no passado pelo caminho da reminiscência construída como brechas" (BARBOSA, 2019, p. 21). De fato, senhores da memória.

Tomaremos o jornalismo em seu momento prévio, especialmente aquele que nos forneceu com os conhecimentos das Grandes Narrativas, por duas posições operacionais: a primeira com o fato de que suas narrativas, ao serem lidas pelos moradores nos séculos XV e XVI, reformularam as vidas presentes dos moradores dos burgos europeus de acordo com as novas produções de sentido sobre a atualidade em questão, com novas regiões do mundo e outros povos. A segunda angulação envolve justamente o fator da memória; hoje, na posterioridade dos descobrimentos, tais intrigas se revelam como formas de preservarem acontecimentos importantes, afetando nossas vidas da mesma forma.

Entretanto, de forma alguma a existência dessa dualidade anula o impacto da prática jornalística; pelo contrário, ela apenas exala as possibilidades das relações entre tempo e narrativa em reconfigurar nossas perspectivas (RICOEUR, 2010). Portanto, seguindo os passos do "filósofo do sentido" (BARBOSA, 2006), analisaremos os estudos para entender mais o que aproxima ainda mais os repórteres e suas notícias com as capacidades de reconfiguração temporal e semântica via narrativa.

### 3 TEMPO NARRADO

Em seus trabalhos, Roland Barthes (2013) prontamente abordaria a impossibilidade de enumerar todas as narrativas do mundo, tendo a sua capacidade plural, que flerta com o infinito, como a grande razão. Todavia, de maneira alguma isso viria a ser um problema ou uma afronta ao estudo de acordo o autor, que julgava o conceito capaz de renovar seu legado dia após dia. Como veremos, não há melhor maneira de imaginar a construção do tempo-mundo senão por suas histórias, também aquelas provenientes do jornalismo. Sendo assim, após ligarmos os textos das Grandes Navegações com o pré-jornalismo em formas “narrativistas” (RICOEUR, 2010), vamos agora entender como eles operam de acordo com o funcionamento desse formato específico.

Primeiramente, é preciso revisitar a composição narrativista como um envelope que armazena sentidos em seu interior, expondo-os constantemente através de uma projeção de palavras e atos que contam acontecimentos e suas relações. Suas significações são então acionadas em um círculo hermenêutico iminente, podendo ser disseminadas de forma voluntária ou involuntária. Junto a essa carga simbólica, Ricoeur (2010) também considera que a narrativa trabalha com uma parte estrutural e temporal.

A narrativa, como uma atuação representativa ou mimética, para utilizar-se de termos aristotélicos, pode ser impressa em diversos formatos, como o escrito ou o falado. Tem, porém, uma necessidade para ser funcional: como toda natureza comunicacional, ela precisa chegar no seus receptores, mais especificamente no que Ricoeur (2010) segmenta em “mundos”, ditos anteriormente. Para adaptar a ideia ao conteúdo deste trabalho, usaremos a designação “mundo do leitor”, especialmente por tratarmos de circunstâncias textuais da Era dos Descobrimientos. Dito isso, quando pensamos na organização de um cenário representativo, composto por sentidos, palavras e fatos que visam o mundo do leitor, é praticamente inconcebível não fazer uma conexão com o jornalismo, seja ele em sua natureza mais primitiva ou contemporânea.

No segundo capítulo, vimos sobre como as necessidades comunicacionais dos seres humanos, principalmente no que se tratava em representar a vida factual,

se reformularam através dos séculos. Também foi entendido que a ideia de mimetizar a realidade nos cerca desde os tempos das pinturas rupestres nas cavernas (SOUSA, 2008), que tinham suas paredes tomadas por desenhos que contavam os acontecimentos dos arredores. Agora, veremos que o interesse por estudar essa natureza comunicacional, um local prolífico de debate, também origina de outras eras, como no período da Grécia antiga, com nomes como Heródoto, Platão e Aristóteles, que dissertavam sobre o legado da intriga e o princípio de sua prática. Posteriormente, isso viria a contribuir com o pensamento de autores como o próprio Paul Ricoeur (2010), que acreditava que o tempo vivenciado posto em narrativa era capaz de ajustar o relógio da humanidade de acordo com nossas percepções, dado que a temporalidade, enquanto constatação dos atos humanos ao longo dos anos, só é permitida quando está devidamente articulada. Como veremos há um motivo bem representativo que pode indicar como tudo isso acontece.

### **3.1 Narrativa, tempo e configuração**

Antes de tudo, quando tratamos do termo “narrativa” algumas portas se abrem com os possíveis significados, o que pode causar bifurcações. Sabendo disso, o linguista Gérard Genette (1995) tratou de clarificar os usos da palavra a partir de três entendimentos. O primeiro, e talvez o mais corriqueiro, é o uso para representar um “enunciado narrativo, o discurso oral ou escrito que assuma a relação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos” (GENETTE, 1995, p. 23). Portanto, seria um significante com a capacidade de materializar uma história que poderá ser interpretada posteriormente.

No segundo entendimento, o termo “designa a sucessão de acontecimentos, reais ou fictícios, que constituem o objecto desse discurso, e as suas diversas relações de encadeamento, de oposição, de repetição, etc.” (GENETTE, 1995, p. 24). Ao analisarmos esse lado, estuda-se o significado de situações e das ações, exteriorizadas por mediadores, como a linguagem, libertando o conhecimento desejado. Logo, permaneceria em um campo voltado muito mais para os seus símbolos e conceitos, como o conteúdo da história contada em questão.

Por fim, a última conexão é a que aparenta ser a sua definição mais antiga, que está diretamente ligada ao momento de proferir os acontecimentos. Não é o formato ou conteúdo designado, mas sim, o “ato de narrar tomado em si mesmo” (1995, p. 24), que consiste em que alguém realize a ação de contar sobre os ocorridos; ou seja, a narração propriamente dita.

Após isso, Gérard Genette (1995) trata de seguir seu trabalho teórico com os conceitos definidos em sua introdução, que guiarão seus estudos literários. Mesmo não sendo um autor fundamentado nas premissas do jornalismo, nada nos impede de pegarmos seus pensamentos enquanto um linguista que sempre se mostrou intrigado com a estrutura dos textos, bem como com as amarras da sociedade moderna, como será demonstrado. Ora, ao pensarmos o seu contexto enquanto teórico da língua naturalmente o imaginamos abraçado com o primeiro dos três significados, afinal, é o caso que aparenta realmente interessar a fronteira do discurso materializado. Porém, o autor assume uma relação múltipla entre os três conceitos na sequência de seu estudo, que pode ajudar em nosso trajeto. Trata-se de pensar na narrativa como um todo a partir de suas ligações representativas.

Para ele, analisar o formato é constantemente pensar nas relações entre o discurso em si (sentido 1) e os acontecimentos expostos (sentido 2), assim como também é crucial pensar nos modos em que ele foi narrado (sentido 3). Ao sugerir a sistematização da palavra, o autor surpreende e não visa a separação do que pode ser única e exclusivamente um conceito da narrativa a ser escolhido, ele busca exemplificar os sentidos e suas relações em sua totalidade, e isso pode nos ajudar.

No caso do pré-jornalismo, por exemplo, ao mesmo tempo em que temos um discurso materializado em pequenas matérias ou reportagens com representações semânticas, também temos uma história contada de acordo com o testemunho e a enunciação de alguém. Ou seja, é uma relação que existe de forma tão intensa que algumas desconexões não podem ser feitas; não há como um existir sem o outro. Dessa forma, assim se dá um dos legados do escritor francês quanto à narrativa:

É, portanto, a narrativa, e apenas ela, que aqui nos informa, por um lado, sobre os acontecimentos que relata, e, por outro lado, sobre a actividade que supostamente a traz a lume: dito de outro modo, o nosso conhecimento desta e daqueles não pode senão ser indirecto, inevitavelmente mediatizado pelo discurso da narrativa, dado que

aqueles são o próprio objecto desse discurso e esta deixa aí traços, marcas ou indícios assinaláveis e interpretáveis, tais como a presença de um pronome pessoal na primeira pessoa que denota a identidade da personagem e do narrador, ou a de um verbo no passado que denota anterioridade da acção contada em relação à acção narrativa, sem prejuízo de indicações mais directas e mais explícitas. (GENETTE, 1995, p. 26-27)

Assim, o linguista francês seguiria sua corrente de teoria literária com olhares de outros pensadores, como Todorov, que dedicava o seu estudo sobre as categorizações estruturais internas do discurso narrativo – fazendo conexões com outras correntes, entre elas a Análise de Discurso e a Análise Estrutural da Narrativa, que assemelha-se mas também distancia-se dos focos deste trabalho. No fundo, até podemos pensar nos textos das Grandes Navegações com examinações mais interiores e morfológicas, como sua fluidez ou forma em que sua intra-temporalidade se dá com os palavras. Ou, ainda, sobre o seu ponto de vista, as pessoas gramaticais e também sobre sua potencialidade enquanto processo que opera entre as camadas do *showing* e *telling*, por exemplo, âmbitos que também aparecem recorrentemente nos circuitos jornalísticos.

No entanto, a partir dessa breve análise de Genette (1995), toma-se como o sua principal herança a capacidade de relacionar tudo o que compõe uma narrativa. Entender isso é um bom começo para ir além com o que será proposto por Ricoeur (2010), que vê na narrativa o motor da temporalidade humana, entre outras coisas. Em termos diferentes, isso vai além do discurso enquanto apenas uma estrutura ou significação que constrói nosso campo simbólico, também sendo algo que nos permite relacionar com o ontem, hoje e amanhã. Dessa forma, seguimos pensando na narrativa como um todo, com discurso, história e narração e seus poderes de relação.

### 3.1.1 Ser temporal

Para relacionar tempo e narrativa, Ricoeur (2010) realiza uma releitura de ambos os campos abordados por outros filósofos. A abordagem é feita, no primeiro momento, com Santo Agostinho (1996). O teólogo cristão, nascido no século IV, assume o estudo do tempo e suas medições como lume ao questionar a eternidade

e a introdução do tema em nossos cotidianos. Como bispo de Hipona, utilizava-se da religião como motor de seus pensamentos, onde atribuía a Deus o poder da criação e outras responsabilidades. No entanto, isso não o impedia de levantar novas aporias universais, com preocupações genuínas. Por exemplo, ele se perguntava muito sobre como eram os momentos antes de Deus criar o universo e o próprio tempo. Assim, em suas manifestações, percebe-se uma inquietação com a temática da temporalidade e sua aparente impossível tarefa de ser esclarecida, principalmente na frase a seguir, que se tornou uma de suas divagações mais conhecidas:

Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém mo pergunta, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. (AGOSTINHO, 1996, p. 218)

Desse modo, Santo Agostinho cria um novo status que está preocupado justamente com o nosso interior, como pode ser visto no uso dos pronomes pessoais na citação acima. Com ares de psicologia, elabora o conceito de *distentio animi*, um espaço encontrado por ele para abordar os questionamentos do ser e sua existência. O achado seria fenomenológico, partindo do âmago que habita dentro de nós.

Para ele, o tempo seria a distensão dos movimentos da alma humana, um “ir e vir” individual no mundo em que a temporalidade é medida em nosso interior, relacionado à alma (*animi*). Por conseguinte, um dos contextos do *distentio animi* foi a divisão do tempo em três distintos presentes, ao contrário da formulação que tradicionalmente divide o que passou, o agora e o que virá, sempre baseado na movimentação cosmológica. Assim, temos os seguintes conceitos: o presente-passado, sinalizado pela memória; o presente-presente, representado pela ação, e o presente-futuro, manifestado pela expectativa.

Seria a partir de nosso “agora” que somos aptos a fazer estas conexões, vindas de uma fenomenologia interna, em que o que existe baseia-se no psicológico

da lembrança ou da espera. A memória, por exemplo, é o presente das coisas passadas dentro de nós; vestígios internalizados e narrados em nós entre o ontem e o hoje:

Narração, diremos, implica memória, e previsão implica expectativa. Porém, o que é lembrar-se? É ter uma imagem do passado. Como isso é possível? Porque essa imagem é um vestígio deixado pelos acontecimentos que permanece fixado na mente. (RICOEUR, 2010, p. 22)

O pensamento de temporalidade se transferia da medição astronômica para a alma, estando na forma em como nos relacionamos com os aspectos do presente triplo, incluindo a memória – manifestação com uma essência muito narrativista e presente neste trabalho. Para Santo Agostinho (1996), seria impróprio e restritivo designar o tempo apenas como “pretérito, presente e futuro”. A saída encontrada era se situar no agora e em nossas trocas de impressões do que nos passa pelo seu conceito de triplo presente:

A nova terminologia tem em vista que todos nós conseguimos falar de fatos passados e futuros. Falamos a respeito de aspectos de nossa infância. Sabemos que vai chover quando, por exemplo, vemos o céu cheio de nuvens carregadas. E sabemos isso porque a experiência de um acontecimento semelhante no passado está armazenada em nossa memória, e também porque, com base na recordação de experiências passadas, podemos antever o futuro. Dessa forma, Agostinho insere definitivamente em sua exposição a chamada tese do tríplice presente. (LUZ, p. 17, 2017)

Desse modo, essa percepção será central em nosso pensamento quando as narrativas tomarem o papel de ligar nossas perspectivas temporais, virando referências conectivas. Entende-se, assim, que nossa construção temporal envolve a própria consciência da existência plural de outras manifestações significativas, deixando o conceito cosmológico de lado, em que o tempo poderia ser medido apenas pelo movimento dos astros. A possibilidade encontrada para medir o tempo habitaria nosso espírito, onde residem vestígios de nossa distensão, estando na passagem do tempo as conexões temporais do presente e seu dilaceramento. (RICOEUR, 2010, p. 35).

Enfim, com Agostinho, o conceito de tempo seria tomado como um discordante de acordo com as situações, mostrando que o filósofo, mesmo comprometido com os pilares do cristianismo, era plural em suas dissertações sobre o *distentio animi*, que Ricoeur (2010) tomaria para o estudo das narrativas. Estas, por sua vez, fariam o trabalho de configurar a experiência humana, como a memória e a expectativa, de acordo com as referências do tempo humano articulados em tais discursos.

Não necessariamente o pensamento ricoeuriano nos livraria de outras convenções cosmológicas, recusadas preteritamente pelo bispo de Hipona, mas daria preferência pela experiência da distensão da alma, sendo algo para comprovar a capacidade da narrativa como condição de humanizar o tempo. Essa distensão, usada para discordar, agora precisaria concordar com algo que ajudaria-nos na difícil tarefa de entender (ou apenas aceitar) o infinito. Para Paul Ricoeur (2010), eis que entra o conceito da intriga.

### 3.1.2 A intriga em Aristóteles

Com o intuito de entender mais sobre o funcionamento da narrativa e sua representação de acontecimentos, Ricoeur (2010) retorna para Aristóteles (1966) e seu estudo da poética. Lá, o filósofo francês entende que o essencial do texto aristotélico se situa no conjunto da intriga – onde o *mythos* e a *mimesis* florescem. Dentro de um contexto, devemos relacioná-las para melhor fluência da pesquisa.

A intriga é tida pelo grego como a alma das tragédias, definindo-a como a tessitura de personagens e acontecimentos, um espaço onde certas ações estão representadas de maneira coerente e articuladas via texto ou outros formatos. A importância central seria formar um discurso e mediar o mundo do autor com o do leitor. O *mythos*, por sua vez, é quem faria a conexão dos atributos discursivos. É ele capaz de transformar tudo em concordância e gerar um desenvolvimento fluido – dentro do pensamento grego, seria o elemento a unir o começo, o meio e o fim de uma trama coesa.

Para dissecar o que é contado dentro da intriga graças ao *mythos*, Aristóteles (1966) traz a *mimesis*. Ao trabalharmos com autores como Platão, a tecnicidade mimética se torna limitada em um sentido até um pouco vulgar: é, apenas, imitação. Contudo, em Aristóteles (1966), a colocação atinge uma silhueta mais poética, em que continuaria imitativa, mas adquirindo formas de apresentação, seja de uma intriga sobre a realidade ou até mesmo de suposições do que pode ter se passado e o que poderia acontecer: “a imitação ou a representação é uma atividade mimética enquanto produz algo, a saber, precisamente a disposição dos fatos pela tessitura da intriga (RICOEUR, 1994, p. 60).

Assim, para enxergar a narrativa como uma ferramenta produtora ampla, opta-se pelo viés aristotélico, que traz desde os passos humanos factuais até suas composições mais artísticas, como criações de experiências temporais paralelas. De qualquer modo, são todas tentativas de representar e se exibir um contexto, relacionando-se diretamente com a teoria aristotélica da ação, em que tudo depende da movimentação humana:

Porém o elemento mais importante é a trama dos fatos, pois a tragédia não é imitação de homens, mas de ações e de vida, de felicidade e infelicidade; mas, felicidade ou infelicidade reside na ação, e a própria finalidade da vida é uma ação, não uma qualidade. Ora os homens possuem tal ou tal qualidade, conformemente ao caráter, mas são bem ou mal-aventurados pelas ações que praticam. Daqui se segue que, na tragédia, não agem as personagens para imitar caracteres, mas assumem caracteres para efetuar certas ações; por isso as ações e o mito constituem a finalidade da tragédia, e a finalidade é de tudo o que mais importa. Sem ação não poderia haver tragédia, mas poderia havê-la sem caracteres (ARISTÓTELES, 1966, p. 32)

Em resumo, a intriga precisa de um *mythos* coerente, baseado em atividades miméticas para atingir uma representação ativa. A partir disso, Ricoeur (2010) junta, de maneira arrojada, as particularidades da *distentio animi* e da intriga para sustentar sua tese entre a temporalidade e a narrativa – como elas se encontram e o que podem fazer. É assim que o mundo dos leitores, da civilização e sua memória se transforma, graças à prática textual.

### 3.1.3 Correlação concordante

Eis que a *distentio animi* e a concordância da intriga se relacionam, promovendo uma manifestação que irá reformular o contexto do receptor. De acordo com o filósofo francês,

De um lado, encontrei no conceito de tessitura da intriga (muthos) a réplica invertida da *distentio animi* de Agostinho. Agostinho sofre a coerção existencial da discordância. Aristóteles discerne no ato poético por excelência – a composição do poema trágico – o triunfo da concordância sobre a discordância. [...] Por outro lado, o conceito de atividade mimética (mimese) colocou-me no caminho da segunda problemática, a da imitação criadora da experiência temporal viva pelo desvio da intriga. Esse segundo tema é dificilmente discernível do primeiro em Aristóteles, na medida em que a atividade mimética tende, nele, a confundir-se com a tessitura da intriga. Só desenvolverá, pois, sua envergadura e conquistará sua autonomia na seqüência desta obra (RICOEUR, 2010, p. 55 – 56)

O desejo é a correlação entre um tempo que se torna humano pela narrativa, e uma narrativa que se torna magna na medida em que configura a nossa vivência, sendo praticamente uma situação existencialista:

Chegou o momento de ligar os dois estudos independentes que precedem e pôr à prova nossa hipótese básica, qual seja, a de que existe, entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, para dizê-lo de outra maneira: o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal. (RICOEUR, 2010, p. 93)

A tessitura dos fatos, ou seja, uma intriga, distribui conhecimento ao narrar um ou mais acontecimentos. Estes, por sua vez, pertencem a uma temporalidade interna e externa, nos contando o que se passou há anos, ou, como no caso dos jornais, os ocorridos do dia passado. As narrativas nos estruturam fenomenologicamente, organizando sentidos postos em intriga com a temporalidade e o *distentio animi* de nossas relações. Quando articuladas, a relação entre tempo e narrativa é feita diretamente, em um espaço onde uma depende da outra para ter sua significância completa:

Reflete-o, na medida em que o ato de composição da intriga combina em proporções variáveis duas dimensões temporais, uma cronológica, outra não cronológica. A primeira constitui a dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história como feito de acontecimentos. A segunda é a dimensão configurante propriamente dita, graças à qual a intriga transforma os acontecimentos em história. Esse ato configurante consiste em “tomar juntamente” as ações particulares, ou o que chamamos os incidentes da história; dessa diversidade de acontecimentos, ele tira a unidade de uma totalidade temporal (...) O ato da intriga tem uma função similar, na medida em que extrai uma configuração de uma sucessão. (RICOEUR, 2010, p. 115)

Dessa forma, a temporalização da intriga permite-nos configurar uma coerência de um emaranhado de eventos e personagens, sendo capaz de nos permitir o acompanhamento da história do mundo. Um bom exemplo habita nossos estudos historiográficos ou outros emaranhados de retrospectivas: pela operação narrativista, não só se sabe o que se passou, mas também quando isso se deu e como está distante ou perto de nós. Quando contadas, as histórias representam nossa capacidade de situação cronológica, em que, com episódios organizados dentro da ordem irreversível do tempo humano e dos acontecimentos físicos, se somam sentidos e estruturas, quase como “conclusões”:

Acompanhar uma história é avançar em meio a contingências e peripécias sob a condução de uma expectativa que encontra sua satisfação na conclusão. (...) por sua vez, fornece o ponto de vista de onde a história pode ser percebida como formando um todo. Entender a história é entender como e por que os sucessivos episódios conduziram a essa conclusão, que, longe de ser previsível, deve ser finalmente aceitável, como sendo congruente com os episódios reunidos. (RICOEUR, 2010, p. 115)

Trazendo ao objeto de pesquisa, não poderíamos compreender as Grandes Navegações sem as narrativas de Cristóvão Colombo (1892, 2013), Caminha (1500) e Pigafetta (2011). Olhando para o caso mais próximo dos brasileiros, sabemos sobre o nosso descobrimento graças ao escritor português, que ali relatou tudo o que viu no formato de intriga. É, portanto, um discurso quase jornalístico que nos conta sobre o que se passou no dia 22 de abril de 1500 e assim o situamos como um momento de significância em um determinado contexto histórico. Não estávamos lá, mas assim sabemos sobre o assunto, sobre quando ocorreu e como se relaciona

conosco, estando distante de nós na fenomenologia temporal, mas próximos graças à preservação de sua mimética em uma intriga.

Desse modo, na classificação de Genette (1995), vemos um discurso narrado sobre nossas origens, postos de alguma forma e dentro de um contexto vivenciado por alguém. Da mesma forma em que o linguista abordado gosta de valorizar as condições de enunciação e suas relações, Paul Ricoeur (2010) parte para uma desconstrução sistemática do que ocorre com o choque entre nós, o tempo e as narrativas, formando três diferentes passos que podem nos ajudar a entender melhor nossa composição humana enquanto seres comunicadores – eternos contadores de histórias.

### **3.2 A tripla mimesis**

Para chegarmos ao raciocínio da tripla *mimesis*, os resgates conceituais da *distentio animi* e da intriga se fazem necessários. A ampla mistura proporcionada por Santo Agostinho (1996) e Aristóteles (1966), dois filósofos de contextos muito distintos, resulta em formulação sistemática de todos os processos que envolvem a arte de contar ou interpretar. Dessa forma, Ricoeur (2010) propõe a compreensão da narrativa em três etapas, uma análise detalhada que garante ao termo sua complexidade devida dividida em *mimesis* I, II e III. Como veremos, tudo isso envolve muito mais que um arranjo de palavras, personagens e acontecimentos; ademais, se inicia muito antes de percebermos.

A primeira etapa do processo se situa em nossa prefiguração do mundo. Isto é, o que entendemos sobre nossa existência e condições, como estruturas, pudores, éticas e outras situações terrenas. Para Ricoeur (2010), antes da intriga, o sentido de representar a ação passa por “pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade” (p.104). A teoria demanda um momento precedente ao texto, em que se reflete nossas realidades e conjunturas. Desse modo, os dois demais passos serão julgados e interpretados a partir desse movimento inicial em que reside o nosso plano de fundo de percepções:

A expressão “todo o mundo” (pantes) é a marca de mimesis I no texto da Poética. No capítulo dedicado aos caracteres (capítulo XV), “aquele que é objeto da representação” (54 a 27) é o homem segundo a ética. As qualificações éticas vêm do real. O que depende da imitação ou da representação é a exigência lógica da coerência. Nesse mesmo veio, é dito que a tragédia e a comédia diferem pelo fato de que “uma quer representar personagens piores, a outra, personagens melhores que os homens atuais” (ton nyn): segunda marca da mimesis I. Portanto, que os caracteres possam ser melhorados ou deteriorados pela ação é algo que o poeta sabe e pressupõe: “Os caracteres são o que permite qualificar os personagens em ação” (50 a 6) (RICOEUR, 2010, p. 84)

Nossa estrutura sociológica, que muito nos diz com mitos e regras, permitirá a interpretação da representação caso estejamos recebendo-a ou caso intentamos a mimetizar com seus acontecimentos a partir de nossas enunciações. Isso faz da *mimesis* I, que antecede o discurso, um projeto silencioso, mas que afetará estrondosamente o restante do traçado, sendo um momento de extrema importância para os estudos narrativistas dos dois lados dos “mundos” que envolvem os textos.

De passo em passo, a caminhada segue com a *mimesis* II, um espaço encontrado para os traços descritivos, sendo os aspectos mais “palpáveis” do círculo. Basicamente, é a tessitura em que os acontecimentos são escritos e a história é contada de forma coesa, também sendo uma prática de intermediação entre o agenciamento das ações, personagens e eventos com os narratários.

Qualquer semelhança com o conceito da intriga não é mera ocasião: o resgate do termo aristotélico realizado por Ricoeur (2010) foi justamente pensado em conceber a *mimesis* II como o momento da intriga e sua formulação discursiva. Ele permite que a história seja acompanhada de acordo com a configuração das palavras, que se extraia uma figura de uma sucessão para que o leitor entenda o que e quando se passou (RICOEUR, 2010, p. 116).

No seu trajeto hermenêutico, abrangente da mimética, o segundo setor vem como um produtor de sentido manifesto, que só irá cumprir seu devido papel quando puder conectar o primeiro e o último passo. Ou seja, o cerne existencial desta etapa está justamente em sua função mediadora, pois ela faz o encontro entre os fatos e o leitor:

Primeiramente, faz mediação entre acontecimentos ou incidentes individuais e uma história tomada como um todo. Nesse sentido, isso significa dizer que ela tira uma história sensata de — uma diversidade de acontecimentos ou incidentes (os pragmata de Aristóteles); ou que ela transforma os acontecimentos ou incidentes em — uma história. As duas relações permutáveis expressadas pelo de e pelo em caracterizam a intriga como mediação entre acontecimentos e história narrada. Consequentemente, um acontecimento tem de ser mais que uma ocorrência singular. Recebe sua definição de sua contribuição para o desenvolvimento da intriga. Uma história, por outro lado, tem de ser mais que uma enumeração de acontecimentos numa ordem serial, tem de organizá-los numa totalidade inteligível., de modo tal que se possa sempre perguntar qual é o “tema” da história. Em suma, a composição da intriga é a operação que tira de uma simples sucessão uma configuração (RICOEUR, 2010, p. 114).

No processo, essa é a parte mais visível para o espectador, materializada em um signo e com condições discursivas levantadas previamente por Genette (1995). A configuração do mundo em formato de texto busca resolver questões e efetuar investidas semânticas em um ato quase tocável, que poderia ser transcrito em um papel — como foi anotado pelos navegadores-narradores da Era dos Descobrimentos. Logo, o processo secundário é um construtor mas também um mediador, apto a estruturar uma intriga e também fazê-la realizar o fluxo do mundo pré-configurado (*mimesis* I) ao que virá depois, precisamente o que veremos agora.

Prosseguindo, a *mimesis* III é o resultado da teoria discursiva entrando em prática, sendo uma aplicação efetiva de tudo o que foi levantado anteriormente. É o momento em que a narrativa se torna ativa no universo do leitor, partindo de nossas interpretações e causando abalos com sua introdução. A leitura, portanto, não seria um ato passivo; muito pelo contrário, está engrenada perante tudo o que colhemos no caminho e que completa um traçado. O que Ricoeur (2010) percebe é uma sutileza no pensamento aristotélico, em que a presença do espectador já é, de certa forma, avaliada e valorizada quando o grego sugere a ideia de comoção no encontro da intriga com o leitor, um ato já milenar.

Mas, quando diz que a poesia “ensina” o universal, que a tragédia “representando a piedade e o terror, realiza uma depuração deste gênero de emoções”, ou ainda quando evoca o prazer que temos de ver os incidentes aterrorizantes ou lamentáveis concorrerem para a inversão da sorte que constitui a tragédia — significa que é bem no ouvinte ou no leitor que se conclui o percurso da mimese.

Generalizando para além de Aristóteles, diria que mimese III marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor. A intersecção, pois, do mundo configurado pelo poema e do mundo no qual a ação efetiva exhibe-se e exhibe sua temporalidade específica (RICOEUR, 2010, p. 110)

Ou seja, o filósofo francês toma o efeito final da narrativa em outros três campos, que já foram mencionados, mas que por serem essenciais serão retomados. São eles: os padrões estruturais, simbólicos e temporais, que irão pavimentar o resto do caminho hermenêutico na chamada *mimesis* III. Se falamos anteriormente sobre o poder que a etapa da pré-concepção e que a própria tessitura pode ter, é aqui que ela será devidamente manifestada e posta em prática, reformulando nossas concepções.

O nosso impacto com a tríplice mimese poderia ser encenada em uma analogia, talvez bem distante de ser a ideal, mas que pode contribuir para nossa compreensão: temos, estruturado na *mimesis* I, um grande bloco de mármore que poderá ser esculpido pela intriga da *mimesis* II. O resultado será um novo formato, um novo objeto, refigurado com novos horizontes cognitivos e temporais, tendo na *mimesis* III o produto final – uma escultura como um novo produto, uma obra de arte em seu estado final, pelo menos até que ela seja retrabalhada outra vez com o exato mesmo processo.

Assim a narrativa representa o seu poder mais extremo, de afetar a vida com quem ela entra em contato e de se tornar uma referência terrana, valendo para todas histórias, até mesmo as fictícias, embora sejam distintas. A tese proposta consegue finalmente demonstrar que tudo pode como uma operação que induz sentidos e conexões:

Essa primeira pressuposição deve ser coordenada com as reflexões anteriores sobre a recepção do texto: aptidão para comunicar e capacidade de referência devem ser postas simultaneamente. Toda referência é co-referência, referência dialógica ou dialogal. Portanto, não é preciso escolher entre uma estética da recepção e uma ontologia da obra de arte. O que um leitor recebe não é só o sentido da obra, mas, através do seu sentido, sua referência, isto é, a experiência que ela traz para a linguagem e, em última instância, o mundo e a sua temporalidade que ela estende diante de si. (RICOEUR, 2010, p. 134)

O ciclo hermenêutico se encerra com a refiguração, que traz novos questionamentos, percepções e um posicionamento temporal. Não à toa, a refiguração passa pelo ideal responsável por um reinício figurativo – um retorno ao mundo prefigurado, onde os horizontes da cognição já estão solidificados. Com o poder distribuído entre mundo, intriga, tempo e leitor, este último um personagem que desfila com um poder muito grande em Ricoeur (2010) e nas propostas agostinianas, as mediações são realizadas e as incidências são provocadas. O signo está devidamente atribuído e em atividade, assim como a condição de existência temporal também – que nos fará estruturar o que se passou no “ontem” da vida; ou seja, algo que pode ser feito nos formatos noticiários de hoje ou nas narrativas sobre o achamento da América de um tempo muito remoto.

### 3.2.1 A mimética do jornalismo

Então, como caminha o jornalismo diante de tudo isso? Ora, com os mesmos passos dados na tríplice mimese das narrativas, sugerindo um aprofundamento em sua relação com o tempo e o mundo. A partir de Ricoeur (2010), podemos associar a arte de nossas representações noticiosas, em qualquer estética, por mais dura que seja, como operações de *mímesis*, fundamentadas de acordo com o que foi falado, envolvendo nossas éticas, a tessitura e o tempo.

A veia jornalística seria uma compreensão atribuída de nexos que recontam a experiência humana no mundo, ou seja, a *mímesis* em sua natureza pura. Como visto em Barbosa (2005), o jornalismo é uma forma de entender o que foi vivido, via notícias e reportagens, por ser governado pela “convenção do verossímil” (p. 59), algo próprio da profissão desde sempre. Esse estilo de discurso transitará entre mundos pré-configurados e terá poder para causar uma refiguração de acordo com a representação da realidade, fazendo com que o leitor seja entrelaçado por conjunturas que passarão por *mímesis* I, II e III graças aos textos jornalísticos com seus acontecimentos e histórias (BARBOSA, 2006, p. 141). À vista disso, toma-se a prática noticiosa também como uma mediadora, que envolve universos e

configurações. A ótica e a importância de todo o processo, que foi nos posto por Paul Ricoeur (2010), pode ser vista nas narrativas cotidianas de representação.

O jornalismo é uma atividade mimética: representa a vida, as ações dos homens, dos bons e maus homens, relata os dramas, as tragédias, as sagas e as epopéias contemporâneas. As notícias são relatos fragmentados e contraditórios sobre a nossa existência, sobre as nossas dores e os nossos amores, nossos sofrimentos e gratificações, sobre os acasos e contingências que nos afetam. O jornalismo conta continuamente as histórias dos nossos heróis, nossas batalhas e conquistas, nossas derrotas e frustrações. O mundo do jornalismo é o mundo da tragédia e da comédia humanas. Como atividade mimética, é sobre esse pano de fundo da cultura e do tempo humanos, com todas as suas fortunas e infortúnios, paradoxos e ordenações, que o jornalista trabalha, e no qual ele se encontra com seus leitores ou ouvintes (MOTTA, p. 15, 2004)

Incorpora-se o narrativismo com essas propostas sociológicas, que pratica a sua representação e recoloca a humanidade em seu específico cenário; substancialmente, o que acontece é a condição e a configuração do ser. Se a narrativa é o que sugere Genette (1995) enquanto significância, e o que Ricoeur (2010) configura como tempo, então, a comunicação jornalística é sua praticante, seja diariamente ou em esporádicas participações. A ideia é mimetizar o que aconteceu, no seu eterno compromisso com a verossimilhança, o que faz o campo fundir pré-configurações e as intenções da intriga no mundo do leitor, que será devidamente refigurado quando o ato da interpretação acabar. Com fatos dentro de formatos e entre o ato da escrita e da leitura, o pré-jornalismo também jamais deixará de passar por condições pretéritas ou será ignorado por projeções futuras caso cumpra seu principal papel como mediador, ou seja, informar o leitor.

### **3.3 Conexões em um mesmo ambiente**

Perante tudo o que foi abordado, parece tarefa simples exaltar os poderes da narrativa e sua concepção como algo amplo, inclusive os seus formatos abraçados pelo jornalismo. No entanto, o exercício sofre de uma certa desconfiança em muitos ângulos, sendo muitas vezes sistematizado por pensamentos dignos de naufrágios, para nos mantermos nos termos da pesquisa. Ciente disso, Fernando Resende (2005) resgata alguns pessimismos históricos, como os de Walter Benjamin. O

consagrado autor alemão, que conta com um legado imenso, alega o desaparecimento do que ele consideraria como a “narrativa verdadeira” – uma prática que, em sua visão, se depreciou a partir da metade do século XX.

Partindo por suposições e considerando o tempo vivido pelo autor, uma provável explicação de seu raciocínio é que ele poderia tomar que o espírito original teria sido banalizado por um multiuso. A era em que viveu foi de intensa transformação textual, com novos formatos, tecnologias e pensamentos, incluindo a profissionalização do jornalismo, que aparentemente poderia assombrar com o alto índice de narrativas e informações. Mas, para Resende (2009a, 2009b), não há de se preocupar com isso, dado que faz parte de nosso instinto humano e que se passou a viver em um mundo muito mais dinâmico e com infinitos acontecimentos, fugindo de um conservadorismo:

(...) há que se compreender o ato de narrar não como o que provém tão-somente da oralidade; ele é, por excelência, fruto da necessidade que o homem tem de contar e recontar as histórias que permeiam a vida. Para Baitello Jr., narrativizar significou e significa para o homem atribuir nexos e sentidos, transformando os fatos captados por sua percepção em símbolos mais ou menos complexos, (...), em encadeamentos, correntes, associações de alguns ou de muitos elos sígnicos (1999, p.37). (RESENDE, 2009b, p.34)

Assim, retomando Genette (1995) e Ricoeur (2010), temos um ideal de narrativa mais amplo, que vive de relações, situações e com um discurso capaz de trazer o leitor a um mundo e seus acontecimentos. Bem como disse o autor brasileiro na citação anterior, envolve nossa necessidade de narrar a vida e de atribuir sentidos.

Não é exagero falar que muito mudou no estudo do conceito ao longo das eras, com novas tecnologias e técnicas, como a transformação entre o que vimos no pré-jornalismo e o que há hoje em um jornal tradicional. Mas, a incorporação de novos formatos narrativos não deveria representar um desvalor, pois isso foi necessário para expandir nossa natureza comunicacional, de ter um mundo formado por histórias; principalmente, por querer formar um ambiente cada vez mais plural e temporal. Isso posto, trago outro exemplo que, embora partindo do comportamento

de um escritor que admiro muito, pode embaralhar o estudo da narrativa e sua amplitude.

Jorge Luis Borges, entidade do mundo fantástico presente na epígrafe do trabalho, debatia em seus contos e inclusive com a imprensa argentina, sobre o jornalismo como um espaço para coisas banais, com pautas como a viagem de ministros nacionais ou outras situações amenas. A relação feita pelo autor também avançava de acordo com nosso passado, pois, de acordo com ele, em épocas importantes para a humanidade jornais não existiam e nem eram necessários, como quando Platão proferia seus discursos. Com isso, Borges alegava que os jornais eram feitos para o esquecimento, enquanto os livros eram para a memória, dado que as notícias erravam ao acreditar que algo novo acontecia todos os dias.

Talvez o real sentimento do autor passa por querer definir discursos mais ou menos marcantes, assim como realizamos essa suposição partindo de Walter Benjamin com a banalização do campo. O pensamento do escritor argentino, que destina somente os livros para a memória, provavelmente passa também por sua cabeça imaginativa. Suas próprias obras são lugares onde o real é mágico, com experiências textuais em que estamos em busca do universo Tlön, diante de um livro de areia ou até que vivemos em uma grande biblioteca, por exemplo. O que o faz pensar isso pode partir de um âmbito que dividiria as narrativas e suas composições, em que algumas, consideradas por ele como excessivamente triviais, estariam destinadas ao esquecimento. Uma narrativa que não poderia ser narrativa, também de acordo com Benjamin. Mas, em Ricoeur (2010), que abraça tanto a historiografia quanto a ficção, vemos que toda referência é útil e deve ser valorizada:

Retomando uma declaração anterior, direi que, para mim, o mundo é o conjunto das referências abertas por todos os tipos de textos descritivos ou poéticos que li, interpretei e gostei. Compreender esses textos é interpolar entre os predicados de nossa situação todas as significações que, de um simples meio ambiente (Umwelt), fazem um mundo (Welt). Com efeito, é às obras de ficção que devemos uma grande medida a aplicação de nosso horizonte de existência. Longe de produzirem apenas imagens enfraquecidas da realidade, "sombras", como quer o tratamento platônico da eikon na ordem da pintura ou da escrita (Fedra, 274e - 277e), as obras literárias só retratam a realidade acrescentando-a de todas as significações que elas mesmas devem a suas virtudes de abreviação, de saturação e de culminação, extraordinariamente ilustradas pela composição da intriga. (RICOEUR, 2010, p. 137)

Ou seja, de referência em referência nosso mundo é montado pelas narrativas, também tendo uma ampliação de horizontes proporcionada por cenários dignos de ficção, que da mesma forma devem ser encorajados. Está na composição do pré-compreender, que é o primeiro passo proposto por Ricoeur (2010): a *mimesis* I também está teorizada nas ficções, até mesmo as mais ousadas, como as de Borges. Ao encorajar o mais intenso dos cenários em um conto, o argentino também tensiona uma pré-realidade. Trata-se de uma busca plural por histórias que montam um mundo ainda mais múltiplo. Sem crer em amarras, ultrapassamos os limites de composições, seja com um romance, em notícias, livros de banguê-banguê e muito mais:

Ao contrário então do que pensa Benjamin, o romance é, ele próprio, um tipo de narrativa. Outros tipos, por exemplo, reportagens e notícias, também, de alguma maneira, recontam e criam sentidos — e, portanto narram — as experiências do homem no mundo (RESENDE, 2009b, p. 34).

A amplitude é confirmada com o próprio conceito que tomamos sobre o verbo narrar. O discurso jornalístico narra mimeticamente uma representação, como pensada pela grande maioria dos autores abordados aqui. A narratividade não demanda separações, ela abraça o amplo.

Em se tratando de narratividade – espaço que não sobrevive de dicotomias como opinião/informação/interpretação ou objetivo/subjetivo, para tratarmos somente de algumas das noções com as quais opera a epistemologia dominante no jornalismo –, um dos aspectos que prevalece diz respeito à ordem própria da vida: não ser estanque. A narratividade – e aí vale pensar a discursividade em seu sentido ampliado – busca conhecer as falas, inclusive nas suas dissonâncias, com suas respectivas personagens, naquilo que elas também apresentam de contraditório. Ela busca reconhecer, além de tudo, o contexto em que os fatos se dão, sempre no intuito de redimensionar os acontecimentos (RESENDE, 2007, p. 89)

Embora mencionar esses dois escritores tenha sido um resgate um pouco distante dos empíricos que fazem parte do trabalho, entendo como algo interessante para fazer uma relação com o próprio pré-jornalismo: nos escritos dos navegadores tínhamos uma literatura inaugural, que surgia lentamente de acordo com os

interesses em narrar algo. Assim como os acontecimentos que relatavam, sua essência narrativista era também algo de certo modo novo, mas que não devia ser desencorajada por aderir tais contornos. Afinal, era mais um jeito encontrado pela humanidade para estruturar seus pensamentos e, especialmente, produzir sentidos.

### 3.3.1 Nova retrospectiva

Em outro momento (2007), Resende realiza uma retrospectiva que julga necessária para entender melhor o campo noticioso. Para isso, ele retorna aos primórdios do Brasil Colônia. Enquanto profissão, o jornalismo brasileiro se iniciou teoricamente com os meios Correio Braziliense e Gazeta do Rio de Janeiro, que já priorizavam a objetividade, a atualidade e a imparcialidade. No entanto, o discurso presente era muitas vezes incongruente e direcionado por valores coloniais, que tinham conceitos formados por seu mundo; logo, uma *mimesis* I. Assim, eram apropriados pelo pudor de seus princípios de acordo com a então metrópole Portugal, o que banhava seus discursos em censura e afetava o ato da narração. De acordo com o pesquisador brasileiro, os primórdios sofreram com inúmeros fatores no surgimento do campo e das vozes jornalísticas. Foi um período sinuoso da história de nossa imprensa, que de alguma forma nos afetou ao longo dos anos na hora de desenvolver o nosso discurso noticioso.

Para nós, o estudo serve de legado muito por sua conexão passado-presente. Assim como Resende (2007) viu o surgimento da imprensa afetar os seus momentos subsequentes, aqui podemos apresentar algumas presenças do passado em nossa imprensa atual. Ao questionar o discurso jornalístico partindo de seus recomeços, o autor indica que deveríamos considerar a história da formação da imprensa. Para ele, a epistemologia dominante se esquivou do passado do jornalismo por muitos anos, que para ela, pouco significava:

É fundamental tomar a história como amparo com o propósito de entender que, do ponto de vista da construção do pensamento sobre o jornalismo, as experimentações de linguagem e discursivas feitas no período anterior aos anos de 1950 foram desconsideradas, como se tudo aquilo não representasse mais do que meras tentativas de se fazer jornalismo (...) na perspectiva da epistemologia dominante, o

que é jornalismo, de fato, somente encontra legitimidade a partir da segunda metade do século XX. (RESENDE, 2007, p. 87)

Mera tentativa de jornalismo ou não, se para muitos a anterioridade da década de 1950 já representa uma distância longa, não escondemos o grande detalhe que os séculos XV e XVI, em que se praticava um pré-jornalismo, estão bem mais distantes. Contudo, não temos o interesse de disfarçar sua ancestralidade como material prévio; pelo contrário, usamos as narrativas passadas para entender o presente. De maneira uniforme, tudo isso interessa na visualização narrativista de um quase jornalismo, sem negar seu discurso secular ou recente. Assim como Resende (2007) deu alguns passos para trás, estudando os primeiros jornais brasileiros no início do século XIX, podemos ir além na busca pela narrativa comunicacional enquanto jornalismo. Para isso, teremos de pular uma barreira que o autor configura como um recurso brasileiro sempre muito praticado: a velha mania de negar o passado e deslegitimar suas experiências.

Como vimos, o discurso jornalístico recorre da arte humana de contar histórias da vida, atribuindo sentidos e conectando percepções de uma realidade via narrativa. O narrar, para o autor, assim como em Ricoeur (2010) e Motta (2004), também “deriva da premência de se estabelecerem modos de compreensão e entendimento do mundo em que se vive” (RESENDE, 2009b, p. 34). Temos aqui uma narrativa abraçada em sua abrangência, buscando representar essa “efervescência do saber”, que foi muito mais agitada em determinadas eras, como na dos descobrimentos. Ao olharmos para trás, vemos verdadeiros períodos de ebulição, como foi a transição entre o Renascimento e o Iluminismo, dois momentos de expansão de horizontes cognitivos e que envolve o contexto das Grandes Navegações. Com a valorização da informação, a sociedade “buscava encontrar lugares por onde extravasar o seu desejo de esclarecer e explicar os fatos do mundo” (RESENDE, 2007, p. 87). Uma descrição de atitude que poderia muito bem representar a intenção jornalística, com sua ideia de mostrar à sociedade o que nela acontece, mesmo que sem prática e diferente do modelo desenhado pelo mundo industrial nos séculos posteriores, mas com as mesmas intenções, que é o que o trabalho quer enfatizar.

Com isso, entraremos para os ensaios analíticos com um maior conhecimento das narrativas, que quando lidas, são como histórias que geram outras a partir de seus significados na compreensão do cotidiano com as trocas de saberes (RESENDE, 2009b). Sabendo disso, a ideia é visualizar como Colombo (1892, 2013), Caminha (1500) e Pigafetta (2011) realizaram isso ao praticar o formato noticioso com suas próprias operações temporais e simbólicas, mesmo que ainda dentro de um momento de pré-jornalismo.

#### 4 ENSAIO ANALÍTICO

Antes de trabalharmos com os materiais sinalizados pela pesquisa, precisaremos entender os motivos que permitem a configuração de notícias e reportagens a partir de uma análise jornalística. Com isso, os materiais empíricos serão estudados, realçando seus detalhes mais ricos que o assemelham ao jornalismo.

A autora de “Relatos do descobrimento do Brasil: as primeiras reportagens”, Maria Cecília Guirado, não escolheu por acaso a presença do termo “reportagem” no próprio título do livro. Para ela, os textos do descobrimento são “pervadidos potencialmente por elementos que merecem ser analisados do ponto de vista jornalístico” (2001, p. 244), e por isso, podem ser chamados dessa forma.

Primeiro, a pesquisadora se questiona sobre os termos que muitas vezes são aplicados nesse tipo de conteúdo histórico: o relato e a relação, que são um tanto similares. A relação tem conexão com o termo *relatione*, derivado do latim, que tem uma construção simplória: é o ato de levar ou conduzir uma informação, podendo ser como um relatório magistral ou um testemunho de reconhecimento, caso visualizado mais formalmente. O relato, por sua vez, que também deriva do latim (*relatu*), geralmente designa em uma narração oficial, como publicações governamentais.

Ao cometer as narrativas das descobertas como relato ou relação, em um sentido oficioso, “ter-se-ia ainda uma ideia incompleta destes textos, pois eles ultrapassam a simples narração oficial, que normalmente é desprovida de olhares mais aguçados sobre o objeto/cenário que tentam descrever” (GUIRADO, 2001, p. 244). Para ela, ao seguirmos essa atribuição, até mesmo os termos “carta” ou “diário” poderiam parecer equivocados, pois poderiam simplificar toda a complexidade dos discursos da Era dos Descobrimientos, que conseguem misturar gêneros textuais e promovem um tipo especial de narrativa.

Portanto, como abordar estes materiais de forma apropriada, sem reduzir sua existência? Para Guirado, o poder dos textos do descobrimento pode ser promovido através do termo “reportagem”. A constituição da palavra tem uma origem variada, com constituições provenientes do francês (*reportage*), inglês (verbo *to report*) e

latim (*reportare*). Seus significados se relacionam com a ideia de “trazer uma resposta ou notícia”, de acordo com a autora, que no estudo sinalizou também o seguinte significado:

reportagem é o nome que se dá a matérias jornalísticas mais longas, em geral ocupando espaço de página inteira, ou, eventualmente, meia página ou um terço de página. Seu conteúdo (...) há que ser investigado, pesquisado até o desenlace da questão, ou até seu esgotamento. É da natureza da reportagem revelar a origem e o desenrolar da questão que ela retrata. Assim, de alguma forma, a reportagem responde, ou busca responder — em tese — temas de interesse social. (GUIRADO, 1993, p. 11-12)

Considerando que há uma ação humana, como vista na intriga de Aristóteles, que quer-se abordar temas sociais importantes com objetividade, a busca por uma resposta de autores como Caminha pode ser associada ao conceito da reportagem. Veremos, nos textos, momentos em que o narrador busca responder certas questões similares ao tradicional lead jornalístico, como “quando isso aconteceu?”, “quem participou do acontecimento?”, “como se deu a situação?” e outros elementos clássicos da objetividade.

Toma-se o repórter como quem conta o novo, que escreve narrativas com representações de situações reais, envolvendo testemunhos de acontecimentos vivenciados por eles ou outrem – como é o caso das fontes. Portanto, os autores ocuparão espaço de repórter, embora ainda sejam parte do pré-jornalismo; ou seja, praticam a ação de reportar, mas ainda não configuram-se como prática jornalística ou jornalistas próprios, sendo pré-reporteres, se permitido o neologismo; ou até, para Maria Cecília Guirado, “repórteres improvisados”.

Assim, teremos nas próximas páginas três autores que “construíram” a América via narrativa estruturada em reportagem. Eles serão organizados por ordem cronológica e contextualizados para realçar o retrato de seus feitos. Serão eles: Cristóvão Colombo (1892, 2013), Pero Vaz de Caminha (1500) e Antonio Pigafetta (2011). Com isso, empreenderemos, nesse processo, um exercício metodológico que visa identificar na escrita índices que configuram ações narrativas que estarão presentes nas práticas jornalísticas que se instituirão, inicialmente no continente europeu, nos séculos seguintes. Assim sendo, as narrativas serão examinadas a

partir dos valores propostos por Paul Ricoeur, como a tríplice mimese, a refiguração de mundo via texto e o acompanhamento da história humana e a memória dos acontecimentos. Logo, estes índices também serão enxergados a partir da carga de sentidos que concentram, com o pressuposto da existência de enquadramentos a priori que, posteriormente, seriam incorporados pelo jornalismo contemporâneo, espaço majoritário referencial com uma produção semântica gigantesca – no passado, hoje e sempre.

#### **4.1 Cristóvão Colombo e a dianteira dos descobrimentos**

Entre os personagens das Grandes Navegações, que literalmente puxaram o barco e marcaram uma era, o nome mais representativo talvez seja Cristóvão Colombo (1892, 2013). Misterioso, o navegador ainda dá muito trabalho para os historiadores, pois sequer apresenta registros oficiais, com data de nascimento estimada entre agosto e outubro de 1451. Originário da República de Gênova, hoje Itália, ele tinha paixão enorme pelo mar, geografia e cartografia, o que naturalmente contribuiu para tornar-se um grande navegador, que vinha a ter experiências marítimas por territórios variados e remotos, como o mar de Egeu, Bristol e até mesmo a Islândia. Por volta de 1470, se estabeleceu em Portugal, onde casou-se, teve filhos e morou por muitos anos, sentindo-se em casa na Península Ibérica, embora fosse genovês por nascimento.

Inquieto, Colombo (1892, 2013) traçava planos ousados em sua mente perante o mundo e sua formação. Vivendo no período do Renascimento, uma era de efervescência cultural e científica, questionava-se sobre o universo e o funcionamento de suas naturezas. Não se nega que o marinheiro também contava com uma obstinação muito mercantilista, preocupado com finanças, cifras e o fluxo dos negócios entre o lado europeu e as Índias. Assim, condenava o monopólio dos vendedores de especiarias orientais que se encontravam em lugares como Gênova e Veneza, onde comercializavam especiarias por preços exorbitantes para os ibéricos. Também rebatia a teoria de que as rotas para se chegar aos países que vendiam iguarias se reduziam à uma; para ele, um conhecedor do mar, era inválida

a limitação de navegação entre a Península Ibérica e as Índias diante da imensidão oceânica.

Com isso, moveu uma teoria de que seria possível chegar em terras orientais navegando pelo oeste, tendo inclusive trocado cartas com Paolo Toscanelli, cartógrafo de Florença que acreditava na circunferência do globo e que o enviou mapas recheados de conceitos frescos. Era perceptível que ambos estavam na vanguarda, com pensamentos à frente de seus tempos. Colombo (1892, 2013) então decidiu que iria se lançar ao mar em direção ao oeste nas misteriosas águas do Atlântico. Desde o início sabia dos perigos e sentia que, com uma frota limitada, não conseguiria chegar ao outro lado do mundo, o que o fez buscar ajuda e apoio financeiro. Primeiro se apresentou ao rei de Portugal, dom João II, a quem ofereceu a chegada ao oriente por rotas inéditas e isentas de prejuízos ou impostos. Sua primeira reunião com ele, no entanto, não convenceu a corte. Profundamente chateado, Colombo (1892, 2013) mudou de rumo e de residência, passando a morar na Espanha ao lado de seu filho Diego em 1485.

Embora a negativa portuguesa, ele não desistiu da ideia e logo conseguiu uma audiência com os Reis Católicos da Espanha, Fernando de Aragão e Isabel de Castela. O país enfrentava uma situação imensamente delicada no regime dos Reis, pois travava uma guerra contra os mouros instalados em Granada, na região sul da península. Por mais que a família real tenha demonstrado interesse nos planos, o projeto foi negado em função dos esforços bélicos da guerra mencionada. Após outro não, diz-se que o genovês persistiu e apresentou o projeto mais uma vez para Portugal, também tentando na Inglaterra e França, onde também não foi bem sucedido.

As negações não o abalaram, e após um tempo, teve a notícia que os Reis da Espanha aceitariam financiar a jornada ousada. Assim, representando o rei e o catolicismo, saiu de Palos de la Frontera, em 3 de agosto de 1492. Com as embarcações Niña, Pinta e Santa Maria, e portando a cruz sagrada em suas velas, a expedição entraria para a história.

Cristóvão Colombo (1892, 2013) não seria nem o início nem o fim das Grandes Navegações, mas era a personificação do conceito. Era um expoente com

sonhos altos e devidamente dedicado às principais bandeiras vigentes na Europa naquele período: o capitalismo-mercantilista e a catequização.

Entretanto, o navegador de Gênova escondia outras singularidades, que o ajudariam a se diferenciar de outras figuras públicas de sua época – além da aparente coragem e bravura. Um de seus traços diferenciais era o fato de que era leitor fiel dos relatos de Marco Polo, sendo um grande admirador das narrativas sobre o oriente e os Cãs do Império Mongol. Isso o fez sonhar alto em suas ambições, pois claro, queria descobrir novas terras, mas também queria contá-las para os outros.

Desde a saída de sua embarcação da Europa, Colombo (1892, 2013) manteve consigo um diário em que descreveu os acontecimentos da embarcação durante a primeira viagem. O material, com tons oficiosos e que muito registrava por estar preocupado em contar aos reis financiadores sobre o sucesso das expedições, é uma narrativa que muito nos diz sobre sua temporalidade. Como veremos, ele também trocou muitas cartas com membros da corte espanhola, que constituem as memórias sobre o descobrimento da América.

Embora tenha morrido desacreditado e longe da glória, a circulação das cartas e memoriais de Colombo (1892, 2013) povoaram os imaginários de seu período. Estes materiais produziram sentidos e foram os relatos testemunhais escassos sobre o novo mundo – pelo menos até a efetivação da colonização. Escrevendo, o genovês criou narrativas quase jornalísticas que construíram um continente até então inexistente. Tais discursos são materiais da memória, que possibilitam referências no tempo humano graças ao poder do texto. Dessa maneira, as narrações podem hoje ser analisadas por olhares múltiplos, pois inegavelmente fazem parte da memória contemporânea. Nos ensinamentos escolares, por exemplo, abordamos tais relatos no intuito de mostrar as circunstâncias do achamento da América, o que faz com que a Era dos Descobrimentos seja devidamente situada na cronologia humana.

Outro legado desse material também se apresenta em estudos das ciências sociais, com autores como Tzvetan Todorov (2010), que viu ali a ausência de alteridade europeia. Analisando o discurso dos desbravadores, o sociólogo búlgaro sinalizou preconceitos que criaram a imagem das novas terras de acordo com os

interesses religiosos e mercantilistas da nobreza, que sentiam-se no dever de salvar os indígenas da descrença com a catequização.

Por aqui, o principal viés de análise do material, que de fato é colombino, é a sua existência enquanto proto reportagem do pré-jornalismo. Nele, Colombo (1892, 2013) contou o novo em uma narrativa com o interesse de objetividade, em um texto que buscava trazer respostas e descrever as ações humanas nos acontecimentos do século XV. Ou seja, era o pré-jornalismo em sua função conceitual, não um elemento de circulação ou periodicidade.

Mesmo assim, tanto o gancho historiográfico como o antropológico também nos servem de exemplo, pois suas análises também são centradas nos estudos narrativistas – exemplares da bárbara conquista europeia na América. Dessa forma, os materiais de Colombo (1892, 2013) contam o novo à sua maneira, e como toda narrativa, conta formando sentidos e direcionando contextos – como o jornalismo faz hoje e como o seu momento prévio também fez.

Sendo um material extremamente rústico, ele é, portanto, prévio da prática jornalística em si, mas tem em sua atuação o âmago do conceito, no qual um repórter narra os acontecimentos recentes com objetividade. Os discursos narrativistas dos descobrimentos evidenciam que foram eles que configuraram o tempo humano e coletivo daquela época; afinal, a Europa conviveu por anos com a imagem da América baseada somente naqueles textos testemunhais, capazes de Estas narrativas assim produzir sentidos e reconfigurar imaginários, bem como pratica o jornalismo de hoje.

O trabalho de análise empírica irá demonstrar como Colombo (1892, 2013) noticiou o outro lado do mundo em cartas, memoriais e diários. As notícias, mesmo que embrionárias, serão abordadas conforme o seu poder narrativista de reformular o cotidiano, influenciando nos atos e na composição social. Como veremos, até mesmo em 1492, a narrativa do (pré) jornalismo já se mostrava uma nobre compositora e configuradora de mundos.

#### 4.1.1 O achamento contado em carta

Para contar o descobrimento das terras americanas, Colombo (1492) enviou a Luís Santangel uma carta, escrita entre o final de 1492 e 15 de fevereiro de 1493. O destinatário, além de trabalhar como tesoureiro e tabelião para o reino espanhol, foi amigo próximo do genovês, tendo ajudado a convencer os reis a financiarem a expedição.

O descobrimento é contado em uma carta com toques jornalísticos. É interessante pensar que a carta funcionou tal como uma reportagem, que quer responder uma grande questão – ou, se preferir, uma grande pauta: o que existe do outro lado do Oceano Atlântico? Fiel à objetividade, mas dentro de suas censuras e pudores, a resposta dessa questão seria respondida por Colombo para quem a lesse.

O principal apontamento inicial do navegador foi quanto ao paraíso em que se encontrava. Cristóvão Colombo (1492) se deslumbrava com as terras tropicais e, ciente de seu poder como narrador, sabia que refletir objetivamente a grande beleza das novas regiões não só seduziria o povo europeu como também garantiria a atenção de seus monarcas. Além do mais, tamanhas maravilhas certamente deviam esconder riquezas, como ouro, prata e especiarias, que justificariam o investimento na expedição.

Desse jeito, ele começou a construir o continente com muitos adjetivos, e para complementar a representação, fez o uso de comparações e analogias com as terras européias, o que poderia ajudar no retrato. Esse estilo de figura de linguagem foi muito usado pelos repórteres do descobrimento, e ainda é um mecanismo que facilita a objetividade jornalística, principalmente para representar algo novo com o uso de algo já conhecido; por exemplo, para mostrar o desmatamento de uma floresta, se usa a medida de cidades ou campos de futebol, ou ainda para simbolizar sintomas de uma doença. Aqui, para explicitar que as novas terras eram grandiosas e paradisíacas, Colombo a comparou com outra colônia espanhola, que faz parte do arquipélago das Ilhas Canárias:

As terras são altas, e nelas há muitas serras e montanhas altíssimas, sem comparação com a ilha de Tenerife; todas são muitíssimo lindas, de mil encontros e todas percorríveis, e cheias de árvores de todos os tipos e altas, e parecem que chegam até o céu; e me disseram que jamais perdem as folhas, pelo que pude compreender, que as vi tão verdes e tão belas como são as árvores em maio na Espanha, e estavam floridas, com frutos e condições segundo são suas qualidades; e os rouxinóis e outros passarinhos de mil formas cantavam no mês de novembro que por ali eu andava. Há palmeiras de seis ou oito tipos, que são admiráveis de se olhar, por suas desproporções/deformidades lindas, mas assim como as outras árvores e frutos e ervas. Nelas há pinheiros/pinhais maravilhosos e campos extensos, e há mel, e muitas espécies de aves e muitas frutas diversificadas. Nas terras há muitas minas de metais e há gente em um número considerável. (COLOMBO, 1892, p. 186, tradução nossa)

A ilha que mais enchia os olhos dos europeus foi batizada Española, que hoje corresponde à região de Santo Domingo. Viam apenas maravilhas nela: “as serras e montanhas e prados e os campos, e as terras tão lindas e férteis para plantar e semear, para criar gados de todos os tipos, para edifícios de vilarejos e lugares” (COLOMBO, 1892, p. 187, tradução nossa). Aqui, o navegador-narrador constrói o retrato do novo mundo em narrativa noticiosa e já projeta a possibilidade de construir uma região nova, de acordo com os interesses espanhóis. Nessas localidades, também se encantava com os frutos e as especiarias das árvores, além de apontar que, para ele, aqueles rios enormes certamente deveriam ter ouro.

Após desembarcarem, Cristóvão Colombo (1892) tratou de narrar os habitantes da região, o que era outro grande mistério além-mar e acabou se tornando a grande pauta a ser respondida. Aqui, antes de iniciarmos com as citações do navegador sobre a fisionomia indígena, será necessário resgatar as ferramentas narrativistas de Paul Ricoeur e a concepção europeia do período quanto ao mundo. Como veremos, este é um processo que aparece naturalmente nos discursos do genovês – e também nos textos pré-jornalísticos de outras eras. Trata-se da primeira etapa da tríplice mimese: antes mesmo de escrever, o genovês naturalmente já contava com suas pré-concepções de mundo, que foram construídas via narrativas anteriores. Assim, contaria o novo de acordo com o que considerava anteriormente, mundo.

Como vimos, os mapas do globo nos séculos XIV e XV eram extremamente limitados, e as indagações sobre o formato terrestre, que poderia ser esférico ou

não, divergiam. Naturalmente a civilização se questionava sobre a existência de outras terras, e não era refutado nas conversas populares sobre um mundo além da Europa. Com muitas fantasias sobre os territórios distantes e seus moradores, as outras localidades eram construídas através de mitos e lendas folclóricas: na natureza, geralmente o imaginário europeu esperava paraísos divinos – que, modéstia à parte, foram encontrados em nosso continente, com suas praias, rios e florestas; quanto à fantasia sobre os moradores desconhecidos, eles esperavam encontrar homens monstruosos e criaturas anormais nas regiões distantes, com uma expectativa o mais exótica possível. Diante de tal contexto, essa pré-configuração foi demonstrada nos discursos da Era dos Descobrimientos, tanto que Colombo demonstrou surpresa em sua carta ao encontrar pessoas de estatura considerada normal e de cabelo corrido:

Nessas ilhas até aqui não encontrei homens monstruosos, como muitos pensavam, mas na verdade toda gente é respeitosa/de boa índole. Eles não são negros como em Guinéa, exceto por seus cabelos corridos, e não se criam onde há muita ímpeto de raios solares. É verdade que o sol tem grande força ali, dado que está a vinte e seis graus de distância distante da linha equinocial. Nessas ilhas, onde há montanhas grandes, o frio foi forte nesse inverno; mas eles o suportam graças aos seus costumes, e com a ajuda das comidas que comem, com muitas especiarias/temperos e muito quentes. (COLOMBO, 1892, p. 191, tradução nossa)

As narrativas dos descobridores tinham, acima de tudo, o grande papel de responder sobre os mistérios dos mundos onde estavam, porque isto era uma incógnita histórica. Antes das Grandes Navegações, esperavam que o além-mar seria completamente distinto do que viviam, fantasiando sobre o Outro e suas localidades. Com isso, os textos de Colombo e companhia se viam com o dever de responder sobre esse assunto. Ao narrar a presença de homens e mulheres “comuns”, o marinheiro estava reconfigurando lendas e mitos: no lugar das figuras monstruosas, entraram pessoas compreendidas como normais, embora elas seriam julgadas posteriormente por suas diferenças culturais e religiosas.

Monstros e criaturas à parte, o jornalismo atual também tem o mesmo papel de refigurar diariamente a percepção do mundo. Ele é capaz de renovar todos os dias as pessoas e seus valores, se atualizando de acordo com os acontecimentos.

Portanto, lá em 1492, Colombo (1892) sentiu que deveria reportar sobre a fisionomia dos povos. Assim, após descrever a pele indígena, ele também contou sobre a ausência de vestuário, ornamentos, armas e objetos:

A gente dessa ilha e de todas as outras que achei e tive notícia andam nus, homens e mulheres, assim como suas mães o pariram, ainda que algumas mulheres acobertam um lugar só com uma folha de erva ou com uma touca de algodão feita para isso. Eles não têm ferro, aço, nem armas, não são para isso, não porque não são gente bem disposta e de estatura agradável, exceto que temem muito as maravilhas. Não tem outras armas, exceto as armas de cana/madeira, quando estão com sementes, a qual põe uma ponta afiada, e eles não ousam usá-las. (COLOMBO, 1892, p. 187, tradução nossa)

Com o cenário e os personagens montados, ele iria realizar uma representação mimética sobre as ações do outro. Os indígenas teriam levado um tempo até as primeiras interações definitivas, muito provavelmente por assombro e medo. Como conta a carta, enquanto alguns fugiam para a mata se esconder, outros corriam para as tribos para alertar sobre a chegada misteriosa. No trecho a seguir, a mimética do encontro é narrada pelo Almirante; claro, por um olhar europeu:

E assim que cheguei nas Índias, na primeira ilha que achei, peguei por força alguns deles, para que se separassem e me dessem notícia do que havia por aquelas partes; e assim foi que logo entenderam, e nós entendemos eles, quando por línguas ou sinais, e estes aproveitaram muito; hoje em dia entendo que eles sempre acham que venho dos céus, não importa o quanto conversamos. E estes eram os primeiros a anunciar aonde eu chegava, enquanto os outros corriam de casa em casa, e nas vilas próximas falando em voz alta: “Venham ver a gente do céu”. Assim, todos homens e mulheres, depois de ter o coração seguro quanto a nós, eles vieram e não ficavam grandes ou pequenos, e todos traziam algo de comer ou beber, que nos deram com um amor maravilhoso. (COLOMBO, 1892, p. 188 - 189, tradução nossa)

Como veremos em outros trechos do material empírico, os primeiros contatos sempre foram de comunicação difícil e consistiam muito em gesticulações – afinal, não havia uma linguagem em comum para os aproximarem. A interação, na sequência, consistiu em mostrar uns aos outros os objetos de suas culturas. A troca de materiais de diferentes valores (mercantilistas), que viria a ser interpretada como escambo, fez os europeus os taxarem de “inocentes e tão liberais do que tem, que

você não acreditaria se não visse" (COLOMBO, 1892, p. 187, tradução nossa). Com diferenças culturais, os dois povos mediam seus valores de maneira distinta. abriam mão de objetos que para eles não eram tão valorosos:

Eles dão todas as coisas que tem, se pedimos, jamais dizem não; antes, eles convidam as pessoas e mostram tanto amor que deram seus corações, e, quer seja coisa de muito valor, quer seja coisa de pouco preço, logo por qualquer coisa, de qualquer forma em que os dê, eles se saem contentes. Eu propus (à tripulação) que não dessem coisas muito civis, como pedaços de tigelas quebradas e pedaços de vidros quebrados, e cordas/cadaços, ainda que, quando eles poderiam ganhar isso, agiam como se tivessem ganho a melhor jóia do mundo. Aconteceu que um marinheiro, por um cadaço, ganhou ouro do peso de dois castellanos e meio; e outros, de coisas que menos valiam, ganharam muito mais. Já pelas novas brancas, deram-lhes tudo o que tinham, mesmo que fossem dois ou três castelhanos de ouro, ou um ou dois de algodão enrolado. Até mesmo os pedaços dos arcos quebrados dos canos pegaram e deram, o que eles tinham como bestas; então, pareceu errado para mim e nos defendi. E eu dei mil coisas engraçadas que eu estava vestindo, porque levam com amor; e além disso, os cristãos serão famosos ali, inclinados ao amor e ao serviço de suas Altezas e de toda a nação castelhana. Eles tentam nos ajudar e nos dão coisas que eles têm em abundância, mas que são necessárias para nós. (COLOMBO, 1892, p. 187 - 188, tradução nossa)

Conforme circulava pela região caribenha, Colombo se surpreendia por não enxergar muitas diferenças entre as populações das diferentes ilhas; talvez, seria um contraste com o que via na Europa. Ele achava incrível que os indígenas, mesmo que de localidades distintas, se entendiam, “o que é uma coisa muito singular/única, e espero que Vossas Altezas levem em consideração e determinem a conversão deles para nossa santa fé, a qual eles estão muito dispostos a fazer” (COLOMBO, 1892, p. 189, tradução nossa). A servidão e catolicização estavam por vir, e os europeus passariam a julgar cada vez mais o comportamento das tribos. Neste setor, um dos clichês célebres pode ser comentado por Colombo na carta, que disse não ter encontrado feras ou notícias da existência de tais, mas que descobriu que a ilha Quaris “é povoada por uma gente considerada pelas outras ilhas como um povo muito feroz, os quais comem carne humana e crua. (COLOMBO, 1892, p. 191, tradução nossa).

A “anormalidade” que os espanhóis tanto queriam, foi encontrada na descoberta do canibalismo, mesmo que fosse uma prática adotada por

pouquíssimas tribos. Esta era uma marca para causar espanto em quem acompanhasse as narrativas dos descobrimentos, mais um componente para habitar o novo imaginário europeu sobre o outro americano – uma terra exótica, menos civilizada do que a de quem narrava.

Para falar do comportamento e da cultura, o navegador necessariamente também teria de abordar a fé indígena, afinal, estava ali graças ao empreendimento dos Reis Católicos. Colombo, que com o tempo tornou-se um religioso ainda mais fervoroso, não hesitava em reportar a religião do outro como crença inválida: “e não conheciam nenhuma seita ou idolatria, exceto que todos creem que as forças e o bem estão no céu. E acreditavam fortemente que eu com estes navios e gente teria vindo do céu, e em tal conformidade me recebiam nos cabos de terras depois de terem perdido o medo. (COLOMBO, 1892, p. 188, tradução nossa). Entretanto, o discurso mudava conforme se simpatizava com a conduta de alguns índios, que para Colombo (1892, 2013) estariam dispostos a se tornarem “novos europeus”. Como proferido por Todorov (2010), criava-se assim, um ser de páginas vazias, que poderia ser catequizado e europeizado caso fosse bem governado.

No geral, exceto pela engenhosidade das canoas, que carregavam quase 80 índios de uma vez, Colombo se referia aos índios como ignorantes, principalmente pela grande maioria não usar roupas, ter objetos distintos, por temerem os navios e não portarem uma cruz em sua crença. Os europeus estranharam também o estilo diferente das vilas e governo, que para eles era uma bagunça tremenda. Achavam insano que muitos nativos moravam e dividiam uma mesma casa, e se assustaram com a impressão de que o cacique da tribo era poligâmico, pois estava cercado por várias mulheres.

Se aproximando do final do documento, o navegador fazia projeções de colonização e até comparava os seus achados com os ocorridos no governo dos Grandes Cães, que conhecia graças aos diários de Marco Polo. Para ele, as coisas definitivamente poderiam funcionar na América, tanto que deixou tripulantes por aqui, pensando em voltar logo:

Na qual, dado que tomei posse por parte das Altezas (...) podem dispor como e tão totalmente como os reinos de Castilla; nesta Española, no lugar mais conveniente e de melhor comarca/região para as minas de ouro e trato essa terra firma de aqui como aquela

do Grande Cã, haverá mais lucro e ganância. Tomei posse de um vilarejo grande, o qual pus o nome de Vila de Navidad; e nele montei forças e fortalezas, que a esta hora já devem estar prontas, e deixei-as com gente o bastante para cuidar, com armas e artilharia e suprimento para mais de um ano; e chicotes e tripulação de todos os tipos para lá ficarem, e fazerem grande amizade com o rei daquela terra, em tanto grau que se fosse preciso era para chamar e ter como um irmão; e, ainda que mudasse de vontade mudasse para ofender essas pessoas, nem o rei nem seu povo não sabem o que são armas e estão nus, como eu já disse, e são os mais medroso do mundo; assim, as pessoas apenas ficaram lá para destruir/desfazer toda aquela terra; e é uma ilha que não oferece perigos com o seu povo sabendo governar (COLOMBO, 1892, p. 190-191, tradução nossa)

A deixa de Colombo com suas intenções de colonização encerra uma carta que ajuda a evidenciar a (re)configuração do mundo via narrativa. Com isso, pode-se notar que estes relatos são importantes para entender a pré-formação do jornalismo em dois campos.

O primeiro é o factual, de que essas narrativas apresentam elementos jornalísticos, como a atualidade e objetividade, em que um narrador quer responder uma pauta real e de interesse público. Em segundo, estas narrativas funcionaram no final do século XV como as notícias funcionam hoje. Um jornal impresso, por exemplo, nos responde diariamente sobre o mundo, suas pessoas e fronteiras, contando histórias que formam a temporalidade. Da mesma maneira, as histórias do descobrimento da América, narradas por Colombo (1892), informaram o povo europeu sobre as terras distantes. O navegador foi do testemunho à narrativa quando representou em suas palavras o novo mundo, e sua narrativa sobre a América entrou para o campo da memória, formando um tempo humano em nossa história.

Além do mais, há também a presença de um enquadramento do jornalismo tradicional praticado no ocidente, que é a narrativa do Outro. Permeadas por exotismos, elas designam estereótipos que perduraram através das eras, como a credulidade dos nativos da América Central, a prática canibal dos brasileiros e as proporções enormes dos índios patagões. É o retrato de seres distintos em discursos de posse e opressão, conforme classificados por Todorov (2010) em seu estudo sobre as narrativas das conquistas americanas.

O fato de Colombo ser um leitor ávido de Marco Polo indica suas intenções não só de desbravar, mas também de narrar. Nós devemos aos seus discursos o

conhecimento sobre o dito achamento da América, pois sem eles, jamais saberíamos o que se passou em 1492 – por mais que tenha sido narrado problemáticamente. A narrativa é assim, temporal e existencialista, que permite futuramente que outros olhos conheçam sobre seus temas.

Desse modo, veremos que Cristóvão Colombo (1892, 2013) escreveu outros materiais de testemunhos nos anos seguintes, como diários, memoriais e outras cartas. Todos eles também apresentam traços embrionários de notícias, e são ligados ao que o narrador genovês viveu em suas expedições posteriores.

#### 4.1.2 Os três retornos à América

Em setembro de 1493, cerca de seis meses após o seu regresso, o genovês saiu mais uma vez da Espanha para retornar às terras recém descobertas, tendo como principal intuito dar início à colonização. Ao chegar na região caribenha, contudo, presenciou o caos: a Vila de Navidad, fundada por Colombo (1892) na América, estava completamente destruída, restando apenas os cadáveres barbudos dos europeus que tinham ficado para cuidar do forte. Assim, o que ficou conhecido como o Massacre do Forte Navidad pode entrar neste trabalho como outra demonstração do poder narrativista.

Não há qualquer relato sobre o que se passou na Fortaleza de La Navidad entre sua fundação, em dezembro de 1492, e o retorno em novembro de 1493. O que se tem registrado é que tudo estava devastado no regresso, e muito se especula sobre o que poderia ter acontecido. Porém, sem narrativa, não há tempo humano.

As principais teorias sobre o massacre evocam possíveis ataques indígenas ao forte, disputas internas por poder e ouro entre os espanhóis, e a existência de febres tropicais. Mesmo sem sabermos sobre os ocorridos, a verdade é que o cenário devastador evidenciava as precariedades dos europeus que ficaram pela América, o que fez com que Colombo (1892) escrevesse uma carta aos reis antes do fim de sua viagem.

Em 30 de janeiro de 1494, Dom Antonio de Torres, comandante de uma das naus da expedição, retornou à Espanha carregando uma carta escrita por Cristóvão Colombo (2013). Preocupado com o que havia encontrado em terras americanas um ano após seu descobrimento, o genovês escreveu no documento, que chamou de memorial, sobre a existência de doenças e desavenças entre os povos, algo que estaria atrapalhando na busca por ouro:

Que eu desejava muito poder-lhes enviar, nesta armada, maior quantidade de ouro do que se espera extrair, se a nossa tripulação que aqui se encontra não caísse subitamente, na maior parte, doente; (...) e também seria muito inconveniente deixar aqui os doentes expostos ao ar livre e em choças, e as provisões e mantimentos que estão em terra, que, por mais que esses índios se hajam mostrado aos descobridores e se mostram cada dia muito simples e sem malícia (COLOMBO, 2013, p. 122)

Muitos dos enviados à terra começaram a apresentar enfermidades, como febre forte e dor no corpo. Dessa forma, algumas das estratégias de Colombo (1892, 2013) começaram a ser questionadas, dado que soldados caíam doentes em meio às explorações e não conseguiam retornar. No memorial, o navegador dizia acreditar que a mudança dos ambientes climáticos poderia ser um dos culpados: "dizeis a Suas Majestades, como já foi dito, que as causas das doenças tão comuns a todos vêm da mudança de águas e ares, porque vemos que se estende a toda equipagem" (COLOMBO, 2013, p. 124).

Quanto às enfermidades, o narrador aqui até cita o trabalho de um doutor da tripulação, que havia ficado responsável por cuidar dos doentes: "o trabalho que o doutor Chanca vem enfrentando para atender a tantos doentes, bem como a situação dos mantimentos, e como, apesar de tudo isso, cumpre com a sua obrigação (2013, p. 130).

Com isso, lentamente o discurso passa da exaltação e deslumbramento para pedidos de ajuda aos reis, suplicando por mais tripulação e mantimentos nas Américas. Efetivamente, depois do ataque da Fortaleza de La Navidad, a estratégia de exploração e expansão se tornava mais conservadora:

Por conseguinte, a conservação de saúde, depois de Deus, depende de que essa gente esteja provida dos mantimentos a que estava acostumada na Espanha, pois Suas Majestades não se poderão

servir deles nem de outros que para aqui vieram, se não estiverem sãos (COLOMBO, 2013, p. 124)

Para não dar a segunda viagem como vencida ou inútil, Colombo (2013) navegou até achar outras ilhas e decidiu escravizar indígenas, ato que se tornaria um dos maiores impasses entre o marinheiro e os Reis Católicos – especialmente quanto a Rainha Isabel. Na mesma jornada também montaria outro forte no mar do caribe, que foi nomeado Isabela.

Mesmo com as adversidades, a busca pelo ouro continuava. Na mesma carta, Colombo pedia para a corte que enviassem mais material humano para explorar os muitos rios da região que haviam encontrado:

Embora os rios o possuam na quantidade que se diz pelos que já viram, mas que o certo a esse respeito é que o ouro não se origina nos rios, mas na terra, que a água deparando com as minas o traz misturado à areia, e como foram feitas descobertas nesses tantos rios, muito embora haja alguns bem grandes, existem outros tão pequenos, que podem ser tudo menos rios, pois não têm mais que dois dedos de água e logo se acha a nascente, para os quais não só seria proveitoso dispor de garimpeiros para colhê-lo na areia como também de outros para extraí-lo do solo, que será o mais especial e em maior quantidade. E por isso seria bom que Suas Majestades enviassem garimpeiros (...) (COLOMBO, 2013, p. 134)

Os relatos do final da segunda viagem assim se encerravam, e em meio às súplicas e pedidos, a ideia de colonização parecia mais complicada do que nunca. Já era notável no discurso do Almirante que o contexto havia mudado, pois a produção de sentido agora abordava outros olhares. Mas mesmo trágico, não foi algo que afrontou Colombo (2013) por completo. Ainda com prestígio entre a corte espanhola, decidiu voltar mais uma vez às Índias. Ele ainda sonhava em chegar no Oriente navegando pelo oeste.

A terceira viagem partiu em 1498 e teve como combustível, além da insistência de Colombo (2013) em achar que estava próximo das terras asiáticas, o fato de que havia sido encontrado ouro na ilha Española. Porém, antes de chegarem, as embarcações navegaram mais ao sul do caribe, e passaram por uma ilha que foi nomeada Ilha Trinidad – hoje, Trindade e Tobago –, que assim foi descrita:

Dissemos a Salve Rainha e outras orações e rendemos, todos, muitas graças a Nosso Senhor; depois abandonei a rota do Setentrião e voltei para a terra, aonde cheguei na hora das completas a um cabo que denominei da “Galea”, depois de ter chamado a ilha de “Trinidad”; e ali haveria um ótimo porto, se fosse fundo, e viam-se casas, gente, e terras lindíssimas, tão bonitas e verdejantes com as hortas de Valência em Março. (COLOMBO, 2013, p. 143)

Ao olharmos nos mapas, percebe-se que essas foram as proximidades mais austrais entre todas as viagens de Colombo (1892, 2013), e se acredita inclusive que uma tripulação enviada pelo Almirante tenha pisado na América do Sul, o que os tornariam nos primeiros europeus a chegarem em tal parte do continente. Mas sem saber disso, concentrou suas formas na ilha descrita acima, que também ficaria conhecida por outro encontro entre os povos, devidamente reportado por ele:

A essa ponta chamei de “Arsenal” e ali se encontrou o solo todo marcado pelo rastro de animais que teriam pata igual às cabras, e, embora pareça existir muitas no local, viu-se apenas uma e morta. No dia seguinte, veio do Oriente uma grande canoa com vinte e quatro homens, todos jovens e bem aparelhados em matéria de armas, arcos, flechas e escudos de maneira, sendo todos, como já disse, jovens, de boa disposição e não negros, a não ser mais claros que outros que vi nas Índias, e de gestos muito harmoniosos, corpos bonitos e cabelo comprido e liso, cortado à maneira de Castela, com a cabeça amarrada por um pano de algodão, tecido com bordados e cores, a meu ver servindo de toucado. (COLOMBO, 2013, p. 144)

Em outros momentos do diário, o navegador voltaria a comentar sobre a pele destes nativos, que para ele era “mais branca que qualquer outra que eu tenha visto nas Índias” (2013, p. 148). As tribos dessa região também tiveram descrições destacadas por terem as cabeças envoltas com panos bordados e por carregarem ouro pendurado ao pescoço; quanto ao comportamento, Colombo os considerava “gente mais astuta, de maior engenho e nada covarde.” (2013, p. 152).

Prosseguindo de acordo com os ocorridos, Colombo (2013) tece sobre as próximas interações entre os dois grupos, que seriam peculiares e cômicas. Por um breve momento, os europeus tentaram se comunicar com instrumentos musicais e promovendo uma festa:

Quando a canoa chegou, falaram de muito longe. Nem eu nem ninguém entendeu o que diziam, limitando-me a lhes fazer sinal para que se aproximassem; nisso gastou-se mais de duas horas, e quando se aproximavam, em seguida se desviavam. Eu mandava mostrar-lhe bacias e outras coisas brilhantes, para atraí-los para o nosso lado, e ao cabo de algum tempo foram se aproximando um pouco mais; eu queria muito conversar com eles e não dispunha de mais nada que me parecesse que serviria para atraí-los; então mandei subir um tamborim ao castelo da popa para que tocassem e alguns marinheiros dançassem, acreditando que se aproximariam para ver a festa mais perto. E, logo que viram que estavam tocando e dançando, todos largaram os remos, pegaram os arcos e, protegendo-se cada um com o seu escudo de madeira, começaram a nos atirar flechas. (COLOMBO, 2013, p. 144)

A representação mimética assim avançaria conforme os povos se entendiam. O narrador genovês, em certo momento, reporta sobre uma história que não aconteceu com ele, mas sim a outros tripulantes. Mesmo assim, a cena é bem narrada, em um dos raros momentos em que o Almirante abriu mão de ser o protagonista dos acontecimentos e virou apenas narrador:

(...) logo que os barcos chegaram chegaram à margem, vieram duas pessoas importantes acompanhadas por todo o povoado; acreditam que uma fosse o pai e a outra o filho, e os conduziram a uma casa enorme, construída a duas léguas dali, e não redonda como tenda de acampamento, como costumamos encontrar, e onde havia muitas cadeiras. Fizeram com que sentassem, ocupando as restantes; e mandaram trazer pão e muitas variedades de fruta e de vinho, branco e tinto, mas que não é feito de uvas; deve ser de diversos tipos de fruta, e mesmo assim deve ser de milho, que é uma semente de onde brota uma espiga igual à maçaroca, que levei para aí e já tem muito em Castela, e parece que aquele que bebesse melhor era considerado com maior apreço. Os homens estavam todos juntos a uma extremidade da casa, e as mulheres na outra. De ambas as partes ficaram penalizados, pois não se entendiam, eles para perguntar sobre nossa pátria e nos para saber da sua. (COLOMBO, 2013, p. 147)

O povo de Trinidad também responderia algumas questões dos europeus, que estavam sedentos por ouro e outras riquezas. Colombo (2013), que diz ter feito enorme esforço para entendê-los, conseguiu uma resposta sobre onde tiravam o ouro de seu vestuário: “todos me indicaram uma terra que lhes fica fronteira ao lado do Poente, bem montanhosa, mas não distante” (COLOMBO, 2013, p. 148). Entretanto, na mesma indicação, os indígenas não o aconselharam a ir, pois,

conforme entendido pelos espanhóis, a mina ficava em terra de canibais e outras feras.

Com outras passagens, a terceira viagem também tem em seus relatos elementos que nos apontam a pré-configuração do mundo anterior ao descobrimento. Nas primeiras páginas, Colombo (2013), sem querer, divaga sobre a *mimesis* I, do mundo configurado, e diz que, para viajar, foi “necessário invocar o conceito e a opinião daqueles que descreveram e situam o mundo. (COLOMBO, 2013, p. 139). Ou seja, queria ele também ser outro Marco Polo para situar e descrever o mundo.

Em outra peculiaridade na mesma carta, o navegante acha curioso que “jamais encontrei nenhuma escritura de latinos ou gregos que indique, com segurança em que se situa neste mundo o Paraíso terrestre. (COLOMBO, 2013, p. 152). Ele admite a divagação europeia sobre o outro mundo, e embora julgasse estar em um paraíso terrestre, achava estranho não haverem narrativas sobre aquelas terras, ao contrário de outros territórios, como Pérsia, Etiópia e Alexandria.

A América era, até então, livre de narrativas. Ou seja, não tinha sua temporalidade situada no campo cognitivo da humanidade, o que fazia com que ela simplesmente “não existisse” para os europeus. Dessa maneira, Colombo (1892, 2013) e Caminha (1500) entenderam que deveriam estruturar um novo continente por completo – seriam “aqueles que descreveram e situariam o mundo”, como foi Marco Polo. Não seriam apenas os descobridores, mas também os grandes narradores do novo mundo, postados quase como jornalistas.

No final de sua terceira viagem, ao chegarem na Ilha Española que supostamente teria ouro, presenciaram outro caos: as fortificações destruídas e os índios em guerra. O conflito entre os dois povos tenderia a aumentar nos próximos anos e era visto com maus olhos pela corte, pois demonstrava que o processo de catequização não estava sendo bem sucedido. Assim, a viagem estava prestes a se tornar desastrosa, ainda mais quando os europeus descobriram que a quantidade de ouro encontrada era muito baixa, o que gerou alta frustração.

Com estes fracassos, Colombo (1892, 2013) estava sendo acusado de má administração por parte da corte, que enviou o inquisidor Francisco de Bobadilla para o prender. Ironicamente, quis o destino que ele fosse preso na região que

descobriria. Ele retornou algemado para a Europa, e embora tenha sido solto logo em seguida, já estava com a reputação corroída, e havia perdido muitos de seus cargos. Infelizmente essa parte da história do genovês não conta com suas narrativas, mas se sabe que, um ano depois, ele seria capaz de organizar a quarta e última viagem às Américas, com a ajuda da Rainha Isabel – sua única defensora, mesmo com rusgas.

Iniciada em maio de 1502, a expedição final liderada por Cristóvão Colombo (2013), explorou a costa da América Central, principalmente a região do Panamá. Devido aos problemas no final da terceira viagem e sua prisão, o navegador estava proibido de pisar nas fortalezas da Ilha Espanhola, onde passou com sua nau apenas para deixar cartas espanholas aos habitantes.

No trânsito, quando estavam entre a Jamaica e o continente, uma tempestade devastadora atingiu as embarcações. Assim, Colombo (2013) compôs em nova carta aos Reis Católicos os seus registros de maior pavor:

Durante esse tempo todo não encontrei guarida, pois não pude nem me deixaram as tormentas do céu, da água, trovões e relâmpagos inacabáveis: mais parecia o fim do mundo. Cheguei ao cabo “Graças a Deus” e ali Nosso Senhor me concedeu vento e corrente propícios. Isso foi a 12 de setembro. Fazia oitenta e oito dias que essa espantosa tempestade não me dava trégua, a ponto de não ver o sol nem as estrelas pelo mar; os navios já estavam com rombos, as velas rasgadas, as âncoras, enxárcias, cabos, tudo perdido, junto com os barcos e muitas provisões, e a tripulação toda doente e contrita, vários com promessas religiosas e não poucos com outros votos e romarias, até terminar o mau tempo. (COLOMBO, 2013, p. 160)

A narrativa da quarta viagem é de longe a mais assombrosa, especialmente porque quase tudo começou a dar errado para o lado europeu. Assim, como em uma matéria de tragédia e sofrimento humano, ele tratou de garantir uma representação das adversidades. A agitação da natureza e as tempestades, que não atrapalharam nas outras três viagens, assustavam, e nas palavras do genovês, “ninguém jamais viu o mar tão agitado, feroz e coberto de espuma” (p. 161):

Ali fiquei, naquele mar feito sangue, fervendo que nem chaleira a todo vapor. Nunca se viu céu mais aterrador: um dia, ardeu feito forno até de noite; e assim os raios do sol queimaram como chamas, a ponto de eu olhar para ver se não me havia levados os mastros e as velas. A tripulação estava tão alquebrada que sonhava até com a

morte para se livrar de tanto padecimentos. (COLOMBO, 2013, p. 161-162)

Após as tormentas, chegaram à costa do Panamá, e Colombo (2013) descreve na carta os ocorridos posteriores. Novamente seria a presença de indígenas carregando ouro que moveria a trupe espanhola, em uma representação que assim foi descrita:

Cheguei à terra de Cariay (Costa do Mosquito, Panamá), onde parei para recuperar os navios e as provisões, e dar alento à tripulação, que estava muito doente. Eu que, como disse, por várias vezes me vi às portas da morte, soube ali das minas de ouro da província de Ciamba, que tanto procurava. Dois índios me levaram a Caramuru, onde a população anda nua e usa no pescoço um espelho de ouro; mas não quiseram vender nem fazer permuta. Indicaram vários lugares na costa marítima, onde diziam que havia ouro e minas; o mais próximo era Veragua, que distava cerca de vinte e cinco léguas dali. Parti com a intenção de tentar todo, e, chegando já na metade do caminho, soube que havia minas a dois dias de percurso. Nessa noite o mar e o vento se agitaram de tal forma que foi preciso correr para onde nos levaram; e o chefe dos índios das minas sempre ao meu lado. (COLOMBO, 2013, p. 161)

Mais tarde, o navegador conta que ele e sua tripulação saíram em uma verdadeira expedição em busca das minas. Ao lado dos europeus, um número de índios os acompanhavam, mas os espanhóis desconfiavam de seus auxílios:

(...) e a cinco léguas da costa, descobriram várias minas: os índios que os acompanhavam os levaram a um morro muito alto e de lá lhes mostraram até onde se podia ver, dizendo que em toda parte havia ouro e que para o lado do Poente se demorava vinte dias para chegar às minas, e enumerar as vilas e lugarejos mais pródigos nesse sentido. Depois fiquei sabendo que o Quibian (cacique), que tinha emprestado esses índios, lhes havia ordenado que mostrassem as minas mais distantes e difíceis, e que dentro de sua povoação, um homem, se quisesse, extraía uma infinidade de ouro em poucos dias. O meu irmão voltou junto com essa gente, todos trazendo o ouro extraído em quatro horas que passaram lá na mina. Fundei uma povoação e dei muitos presentes ao Quiabian, que é como chamam o cacique dessa terra. E bem sabia que a concórdia não podia durar: eles são muito simples e nossa gente é importuna; no fim, eu seria preso. (COLOMBO, 2013, p. 162 -163)

Reconhecendo as diferenças, Colombo (2013) narrou em seguida que o chefe da tribo deu ordens para matar os espanhóis, que carregavam ouro extraído livremente de diversas minas. O Cacique tentou também atear fogo nos pertences

dos europeus, mas sua tripulação agiu rápido: “quem ficou preso foi ele, com as mulheres e os filhos já grandes; se bem que sua prisão durou pouco. O Quibian fugiu da guarda de um homem honrado, a quem se rendera; e os filhos foram entregues a um piloto de navio, que os prendeu em um lugar seguro” (COLOMBO, 2013, p. 163).

O resto da tribo, ao ver a cena, se juntou e demonstrou hostilidade aos espanhóis, que não conseguiam fugir por causa da agitação do mar. A ordem do almirante para a trupe foi direta: “tiveram que combatê-los e por fim matá-los” (2013, p. 163). Com tiros e bombas, o primeiro dos muitos extermínios na América Latina ecoava.

A carta aos Reis sobre a quarta viagem segue com um desabafo avesso de Colombo (2013). Ele reclama em seu texto principalmente da traição sofrida na terceira expedição, quando acabou preso. Também achava que os Reis não agiam de acordo com o que ele exigia, não fornecendo tripulação e suprimentos, e que a descoberta não estava sendo devidamente explorada pela coroa. Honestamente ele sentia que aquela era a melhor descoberta da história por parte da Espanha, mas não ganhava a atenção que queria. Desabafou: “Estou tão perdido quanto disse. Até agora chorei na frente dos outros: que o céu seja misericordioso e chore por mim a terra” (COLOMBO, 2013, p. 167). Cercado de inimigos, encerra a carta falando que, se Deus o permitisse sair vivo daqueles embates, iria para Roma, o que aparentemente indicava que pararia com suas explorações.

Com uma certa quantidade de ouro e ainda vivo, Colombo (1892, 2013) e sua embarcação retornaram à Espanha em 1504, no mesmo ano em que a rainha Isabel morreria. O descobridor da América, dois anos depois, também faleceria, ao lado de sua vontade de circular pelo globo, feito que seria conquistado pela tropa de Fernão de Magalhães e Antonio Pigafetta (2011) 15 anos depois. Era o fim do personagem mais icônico das Grandes Navegações.

#### 4.1.3 Considerações das reportagens de Colombo

As narrativas de Colombo (1892, 2013) nos contam sobre os ocorridos entre 1492 e 1502 na América, indo do descobrimento até os conflitos de sua última passagem. Elas funcionam de forma jornalística dentro de seus discursos: quer seja para os Reis Católicos, para Santangel ou para seu diário, o narrador reporta o novo mundo e seus acontecimentos via intriga. As primeiras frases são mais descritivas, onde quis exaltar as maravilhas tropicais da terra. Assim, foi capaz de representar um cenário de beleza natural apenas com as palavras, mostrando aos Reis e o seu povo como as ilhas do Caribe se mostravam.

Em seguida, ele prontamente inicia a descrição dos indígenas, também com adjetivos e elementos descritivos e comparativos. Como dito, esse seria um ponto crucial de sua narrativa devido às pré-concepções europeias sobre os habitantes de outras terras. Ao ver que os americanos eram considerados normais, Colombo (1892, 2013) sabia que teria que descrevê-los a ponto de quebrar com a imagem anterior, que dizia que fora da Europa muitas criaturas monstruosas tomavam conta de outras terras. Por fim, a preocupação do narrador esteve em representar a ação dos primeiros europeus a pisarem na América, reportando os contatos entre os dois povos e suas diferenças comportamentais.

A partir disso o que ocorre é um acompanhamento da história e dos acontecimentos. Conforme as viagens ocorrem, as narrativas de Colombo (1892, 2013) nos atualizam sobre a situação das terras e suas tribos, bem como o que o jornalismo faz diariamente: suas notícias nos mantêm acompanhando a história de algo. A pauta passou de “como é o outro mundo?” para “o que está acontecendo no outro mundo?”

Como visto, o descobrimento e os acontecimentos posteriores na América não seriam contados sem o uso da narrativa, que construiu um continente completamente novo apenas com palavras. O que Colombo (1892, 2013) viveu parecia tão irreal que ele até se questionaria sobre o que narrava: “Quem acreditaria no que descrevo aqui? De cem partes acontecidas, afirmo que não contei sequer

metade. Os que acompanharam o Almirante são testemunhas.” (COLOMBO, 2013, p. 164).

O navegador teve em seus relatos uma questão noticiosa, pois quis contar sobre os acontecimentos de sua viagem. Reportou de uma maneira parecida com a que a imprensa opera hoje: nós ficamos sabendo de notícias de todas as partes do mundo via narrativa, que irão reconfigurar nossos sentidos. Portanto, quase como um jornalista correspondente, Colombo (1892, 2013) mostrou que as narrativas cumpriram os seus propósitos nas Grandes Navegações: sem elas, não haveria tempo humano para sabermos sobre este período tão crucial na história civilizacional.

#### **4.2 A carta do descobrimento do Brasil**

Entre as obras, a escolha por abordar a carta escrita por Pero Vaz de Caminha (1500), reside em fatores que se conectam com nossa história como brasileiros. Ela é tida por muitos autores como nossa certidão de nascimento (desde que se pense essa designação dentro das suas limitações arbitrárias e considere-se toda a carga colonialista que possui), sendo a primeira narrativa a descrever os povos nativos e suas terras, que, na sequência, foram indevidamente invadidas. Com o olhar de análise voltado ao jornalismo, podemos identificar pontos em comum da escrita do europeu com a prática atual da profissão.

Para contextualizar, a viagem do achamento do Brasil também se deu no período das Grandes Navegações, sendo financiada por Dom Manuel, o Rei de Portugal, que havia escolhido Pedro Álvares de Cabral como capitão-mor da expedição. Com intenções de explorar o comércio do Oriente, a frota saiu do porto de Lisboa em 9 de março de 1500, com cerca de 1500 homens, como marinheiros, cozinheiros e outras profissões, distribuídos em mais de dez caravelas e naus. Durante a viagem pelo Oceano Atlântico, considerado um mar tenebroso, as embarcações se afastaram da costa africana, dirigindo-se à sudodeste, onde, em 22 de abril do mesmo ano, avistaram um monte, que chamaram de Monte Pascoal. Com o grito de “terra à vista”, foi descoberto o Brasil, onde nos próximos dias teria sua costa explorada pelos portugueses, que interagiram com indígenas, rezaram a

primeira missa e registraram o ambiente sul-americano. Como sabemos dos acontecimentos desse dia, na época de Páscoa? Graças aos relatos de Pero Vaz de Caminha (1500), integrante da jornada, que reportou tudo em uma espécie de carta-crônica.

O escrito se inicia com a principal informação que Pero Vaz de Caminha (1500), de forma direta, deseja comunicar ao Rei: “a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou (...)” (1500, p. 1). A prática da narrativa de Caminha segue o início da carta com uma explicação da capacidade de fazer uma reportagem, com os conhecimentos que o escrivão possuía, que até se coloca como um ignorante, mas afirma que está agindo de boa vontade. Em suas palavras, quer contar aquilo que viu e o que tudo pareceu, o que, basicamente, é um exercício de objetividade, que quer espelhar a realidade observada. Este contexto é muito presente dentro do jornalismo, que produz seus sentidos a partir da realidade que pensa reproduzir. Dentro do possível, o escrivão português diz que irá narrar o descobrimento do Brasil com tudo aquilo que testemunhou:

(...) não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que — para o bem contar e falar — o saiba pior que todos fazer. Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para aformosear nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu. Da marinhagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado. Portanto, Senhor, do que hei de falar começo e digo: (...) (CAMINHA, 1500, p. 1)

A sinalização inicial do português está no que é tido como o primeiro avistamento do Brasil. Este trecho, dentro do trabalho, é considerado de posse e nomeação por quem descobriu, algo que também está presente nos textos dos outros autores da Era dos Descobrimentos.

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome — o Monte Pascoal e à terra — a Terra da Vera Cruz. (CAMINHA, 1500, p. 1)

Contudo, a primeira descrição mais efetiva dos acontecimentos está no primeiro avistamento do outro, que seria o dos povos indígenas e sua respectiva reação ao presenciarem a cena da chegada europeia. De acordo com a proto reportagem de Caminha (1500), ocorreu uma verdadeira aglomeração na costa brasileira:

Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro. Então lançamos fora os batéis e esquifes, e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor, onde falaram entre si. E o Capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou de ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens. (CAMINHA, 1500, p. 2)

Diante dos primeiros contatos com o Outro, ele começa uma descrição baseada na sua observação como repórter, tanto do visual como das ações na nova terra. Aos poucos, o português solta novas informações e, respeitando a ordem dos acontecimentos, descreve o do corpo indígena da seguinte forma: “eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel” (CAMINHA, 1500, p. 3).

Caminha aos poucos narra as primeiras interações entre o novo e o velho mundo, em um contato com o outro marcado por deduções e uma produção de sentido conforme a memória do encontro prossegue. O primeiro gesto partiu dos europeus, em que o navegador Nicolau Coelho “lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram” (1500, p.2), conforme o narrador.

Seguindo a ordem semântica e temporal da narrativa, narra-se o princípio do escambo entre os povos, outra característica das viagens das Grandes Navegações. Assim como foi com os tripulantes de Colombo (1892, 2013), primeiro se tratou como um formato de interpretação do outro, entregando riquezas e possibilidades de compreensão, um signo perante os dois mundos e suas significações:

Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem

parecer de aljaveira, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar. (CAMINHA, 1500, p. 2)

Desde o início, a estranheza era grande e polarizada nos contatos: ora um indígena era capturado brutalmente e trazido a bordo das naus, ora festejavam os portugueses com os índios que subiram no navio e lhes pareciam mais “amigáveis”.

E estando Afonso Lopes, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, por mandado do Capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meteu-se logo no esquife a sondar o porto dentro; e tomou dois daqueles homens da terra, mancebos e de bons corpos, que estavam numa almadia. Um deles trazia um arco e seis ou sete setas; e na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas de nada lhes serviram. Trouxe-os logo, já de noite, ao Capitão, em cuja nau foram recebidos com muito prazer e festa. (CAMINHA, 1500, p. 2-3)

Pero Vaz de Caminha (1500) se ateuve mais uma vez à descrição dos indígenas, e interpretando seu texto, podemos sentir que o português tenha tomado essa como a maior necessidade entre todas de sua proto reportagem, visto que estava diante de algo novo e contava com uma proposta ousada: descrever um outro povo de forma que considerava clara e objetiva. Por ser uma outra parte das “Índias”, a narrativa do escrivão era necessária para levar uma das grandes respostas do achamento das terras, que era sobre os seus possíveis habitantes, que, antes do relato de Colombo (1892, 2013), acredita-se em figuras monstruosas habitando as terras além-mar. Mesmo assim, de uma forma ou de outra, os escritos de Caminha (1500) formaram a imagem do americano como um ser exótico, de práticas incomuns e sem religião (pelo menos, não católicos).

Certamente sua escrita propiciou a formação da imagem eurocentrista sobre o Brasil, que viria a surgir nos próximos anos como uma terra de índios e papagaios, simplificando suas riquezas. A partir do testemunho, o discurso de caminha distribuiu ícones que povoariam o imaginário europeu por séculos, com descrições físicas dos outros habitantes:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e

verdadeiros, de comprimento duma mão travessa (...) Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepenete, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. (CAMINHA, 1500, p. 3)

Com a fisionomia indígena representada, Caminha (1500) direciona suas significações para novos acontecimentos e suas produções, adentrando em um momento muito priorizado pela história e jornalismo: o espaço da ação humana. Aqui, ela se concentra prioritariamente na interação entre os dois continentes e os procedimentos europeus das descobertas, como o batismo da terra e sua primeira missa. Os trechos a seguir demonstram a tentativa de interpretação indígena por parte europeia, em que a tripulação de Cabral se julga capaz de entender o outro. Esse momento, então, envolve o exercício hermenêutico, partindo da compreensão e da forma em que isso foi noticiado na narrativa:

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado(...) Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata (CAMINHA, 1500, p. 3)

Como em uma reportagem, a interpretação de um acontecimento permite a Pero Vaz de Caminha (1500) sua suposição sobre os atos, referindo seus próprios valores e sua pré-concepção (mimese I). Para ele, os gestos dos índios indicavam que havia metais, como ouro e prata, em terras tupiniquim.

A tripulação de Cabral seguiu no princípio da tentativa e erro, mostrando animais, comidas e bebidas para ver a reação dos índios. Dessa forma, a diferença cultural e semântica entregava as distinções entre os povos, que buscavam algum assunto em comum para conversar.

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhes um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha, quase tiveram medo dela: não lhe queriam pôr a mão; e depois a tomaram como que espantados. Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provaram, logo a lançaram fora. Trouxeram-lhes vinho

numa taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram nada, nem quiseram mais. Trouxeram-lhes a água em uma albarrada. Não beberam. Mal a tomaram na boca, que lavaram, e logo a lançaram fora. (CAMINHA, 1500 p. 3)

Um dos momentos mais particulares da escrita está em sua justificação sobre o seu entendimento da linguagem indígena. Em certo momento, o português admitiu que “ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbaria deles ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguém”. (CAMINHA, 1500, p. 5) O autor, que tinha suas próprias visões de mundo vindas de outras referências, deliberadamente demonstra que Cabral e sua tropa interpretavam de acordo com suas vontades, parecendo sempre que os índios estavam pedindo por algo em um contexto mercantilista – ou seja, em um sentido de posse.

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhas dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamos nós assim por assim o desejamos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lhas dera. Então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem buscarem maneira de cobrirem suas vergonhas, as quais não eram fanadas; (...) E lançaram-lhes um manto por cima; e eles consentiram, quedaram-se e dormiram. (CAMINHA, 1500, p. 3-4)

No retorno da descrição indígena, os destaques dos olhares europeus eram os bicos de ossos na boca dos habitantes e suas “vergonhas”. Caminha (1500) inclusive parte para uma relação comparativa na tentativa de explicar algumas diferenças das mulheres indígenas com as habitantes da Europa: “era tão bem-feita (...) e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela” (p. 5). Nota-se, mais uma vez, a necessidade que o autor sente de descrever os traços dos indígenas:

Muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beiços. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beiços furados e nos buracos uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; outros traziam três daqueles bicos, a saber, um no meio e os dois nos cabos. (...) Ali andavam entre eles

três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. (CAMINHA, 1500, p.4 - 5)

Um dos micro acontecimentos que simboliza a mística do descobrimento é a primeira missa em solo brasileiro e, em uma operação existencialista da narrativa, só sabemos sobre ela graças ao que é reportado na carta. A representação feita por Caminha (1500) busca ser fiel à realidade, tornando em notícia a devoção portuguesa em terras distantes. O fato de um novo território ter sido batizado era certamente uma questão de interesse social do povo católico europeu, que assim foi noticiado:

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se aprestassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperavel, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que todos eram ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção. Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho. (CAMINHA, 1500, p. 5)

Essa era apenas uma continuação do que já havia se visto em terras americanas, que era a busca pela catolicização muito presente nos textos de Cristóvão Colombo (1892, 2013). A descrição de Caminha (1500), na tentativa de contar ao Rei sobre um dos grandes interesses do expansionismo, segue na faixa da propagação da cultura católica:

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção. Enquanto estivemos à missa e à pregação, seria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando. E olhando-nos, sentaram-se. (CAMINHA, 1500, p. 5-6)

As narrativas dos descobrimentos partilham de outra semelhança ao jornalismo, que é o narrar do Outro. As reportagens tradicionais muitas vezes

trabalham com a conexão de lados que geralmente estão afastados. Nas reportagens analisadas neste trabalho, percebe-se a dificuldade de compreensão dos europeus quanto ao povo americano, de uma forma em que o outro não consegue se revelar pois os europeus não permitem isso em suas narrativas. Problematiza-se as narrações no sentido de silenciamento da cultura indígena. Caminha (1500), como repórter, trabalha a objetividade, mas peca no tratamento ao outro enquanto humano.

Muitas das anotações da reportagem contidas na carta do descobrimento estão nas diferenças entre os povos, e não em suas semelhanças. Por exemplo, ela diz que “eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens” (CAMINHA, 1500, p.12). Ou seja, ele assume as diferenças existentes para relatar melhor, em uma analogia, em sua reportagem. Em seguida, veio a possibilidade de converter os nativos ao cristianismo:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim. (CAMINHA, 1500, p. 12)

Aparenta, portanto, que ao tentar descrever minuciosamente o lado físico dos indígenas, Caminha (1500) está interessado em noticiar ao Rei que nas novas terras há material humano pronto para ser catequizado: “Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.” (CAMINHA, 1500, p. 14). Assim, os habitantes são bárbaros que precisam ser “salvos”, bem como trabalha Todorov (2010)

A carta de Pero Vaz de Caminha (1500) é, em sua essência, uma reportagem, então assim como toda produção jornalística, está sujeita a equívocos. Um deles está na dificuldade de reconhecer o Outro, não permitindo espaços para os marginalizados de nossa cultura em suas próprias narrativas.

Podemos assinalar também outros detalhes jornalísticos presentes em momentos do texto. Se pensarmos na questão da temporalidade, Pero Vaz de Caminha (1500) está contando o que está acontecendo em terras brasileiras no presente, em 1500. Hoje, é passado, mas já foi o presente de uma memória muito viva. Se também pensarmos em objetividade, Caminha tentou construir um espelho da realidade, sinalizado pela busca por veracidade e clareza do repórter que noticia o acontecimento, o que ainda é a essência do jornalismo no século XXI.

Da mesma forma em que inicia sua carta, Caminha a encerra com uma explicação de sua narrativa: “dou aqui a Vossa Alteza do que nesta vossa terra vi. E, se algum pouco me alonguei, Ela me perdoe, que o desejo que tinha, de Vos tudo dizer, mo fez assim pôr pelo miúdo”. (CAMINHA, 1500, p.14).

Fica claro que, desde o século XV, o Brasil já era muito mais do que uma simples terra, mas tivemos, em nossas primeiras reportagens, alguns detalhes eurocêntricos que criaram o imaginário via narrativa, que aqui opera de forma semântica e de forma temporal, produzindo sentidos assim como Ricoeur atribui (2010). Essa produção da memória brasileira, como um lugar exótico e de um povo “primitivo” durou muitos anos, e de uma forma ou de outra, ainda respinga em nossas culturas e narrativas, que, por um, enquadramento estrangeiro, enxerga o Brasil como um país de índios, florestas e papagaios.

### **4.3 O sul da América na viagem de Magalhães**

Com o mundo em expansão desde a descoberta da América, o navegador português Fernão de Magalhães planejava uma viagem ousada, com objetivo similar ao de Colombo (1892, 2013): queria chegar às terras das especiarias navegando pelo oeste. Para ele, isso seria fácil, dado que cada vez mais se notava que a terra era redonda. Poderia, logo, navegar em direção contrária à boa parte de seus contemporâneos, que geralmente rumavam em direção ao Cabo da Boa Esperança.

De descendência nobre, Magalhães sempre teve acesso a livros e participou de expedições militares, tendo conhecido as Índias e as Ilhas Molucas, por exemplo. Assim como Colombo (1892, 2013), dedicava-se muito à cartografia, geografia e astronomia, e pode analisar muitos mapas, arquivos e notícias de outras viagens europeias, que estavam disponibilizados em uma luxuosa biblioteca da corte portuguesa. Entre essas obras, estava o globo de Martin Behaim, chamado *Erdapfel* (maçã da Terra). Este foi um dos primeiros projetos cartográficos a representar o mundo como uma esfera, dispondo de algumas exatidões geográficas. Embora ainda não incluísse a América em sua versão mais conhecida, anterior a 1492, foi um objeto importante para o português idealizar sua jornada. É debatido, inclusive, a possibilidade de Behaim, nos anos posteriores à viagem de Colombo (1892, 2013), já ter calculado de alguma forma ou tomado conhecimento da existência prévia do que viria a ser o Estreito de Magalhães e a entrada para o Oceano Pacífico. Assim, poderia ter conversado sobre o assunto com o português, dado que ambos trocavam cartas e projetos naquele período. Entretanto, essas são apenas teorias do presente.

No início do século XVI, Magalhães se desentendeu ideologicamente com a corte portuguesa, principalmente por ela se recusar a financiar uma jornada que tinha em mente. Bem como Colombo (1892, 2013), o português trocou de ares após a negativa dos Reis de Portugal, se mudando para a Espanha, onde ofereceu seu projeto a Carlos V, rei do país em 1518 com apenas 18 anos. O empreendimento foi aceito pelo monarca prematuro, e com isso, o navegador começou a preparar sua expedição – o que levou cerca de um ano e meio até estar completamente estruturada.

Em 20 de setembro de 1519, cinco navios transportando 250 pessoas partiram de Sanlúcar de Barrameda, com o líder Fernão de Magalhães pilotando a nau *Trinidad*. Sendo o único dos capitães que não era espanhol, ele viria a sofrer muitas tentativas de motim ao longo do trajeto, justamente por ser lusitano. Assim, pode se dizer que nos anos seguintes enfrentaria tempestades dentro e fora dos navios, mas nada o impediu de conduzir o projeto com afinco, mesmo com as incertezas do trajeto desconhecido.

Tragicamente, não conseguiu concluir sua obsessão de circum-navegar o globo, pois foi assassinado com uma flechada desferida por indígenas filipinos em 27 de abril de 1521, em uma praia de Mactan. De qualquer forma, a viagem seria finalizada sob o comando de Juan Sebastian del Cano, que pilotando a solitária Victoria, atracou no porto de Sanlúcar de Barrameda em 6 de setembro de 1522.

O mais assombroso é que, na única nau que restou entre as cinco que partiram, apenas dezoito dos 250 marinheiros sobreviveram. Um deles foi responsável por um retrato narrativista rico da jornada: Antonio Pigafetta (2011), escritor nascido em Vicenza, que acompanhou toda a navegação. Diz-se que ele embarcou de última hora em uma das naus, quase como excedente da empreitada, tendo inclusive pago de seu próprio bolso para participar dela. Curiosamente, o marinheiro narrador, que muito mais se preocupava em escrever do que tratar dos assuntos do mar, foi um dos poucos a sobreviver e a concluir a rota.

Em “A primeira viagem ao redor do mundo”, Antonio Pigafetta (2011) narra os principais acontecimentos e descobertas do trajeto idealizado por Fernão de Magalhães. Como veremos, o discurso do vicentino era noticioso, com intenções de retratar o globo amplamente e com objetividade. Ele tem muitas similaridades aos objetos de correspondência de Colombo (1892, 2013) e Caminha (1500), por exemplo, mas tinha uma distinção: não era adereçada exclusivamente a um rei ou conhecidos. Pigafetta (2011) pensava em escrever para todos, a fim de registrar a viagem na memória eterna:

Assim, me determinei assegurar por meus próprios olhos a veracidade de tudo que contavam para, por minha vez, contar a outros minhas viagens, tanto para entretê-los e ser-lhes útil como para tornar-me um homem que passasse para a posteridade. (PIGAFETTA, 2011, p. 44)

A reportagem foi inicialmente publicada em 1536 em Veneza, mas receberia outras edições nos anos seguintes, com novas traduções e outros materiais, como as ilustrações de Théodore de Bry, famoso gravurista belga que representou muitos textos da Era dos Descobrimentos. Pigafetta (2011) pretendia entregar cópias de sua obra para figuras públicas europeias, no intuito de difundir a reportagem por outros países. Entre os selecionados para divulgar o livro, constavam o papa Clemente VII,

o próprio monarca Carlos V e Villiers de l'Isle-Adam, grão-mestre dos Cavaleiros Hospitalares de Rodes. Assim, certificou-se que a viagem seria registrada na memória e amplamente divulgada.

#### 4.3.1 Terras tupiniquins pelo olhar de Pigafetta

Nos escritos de Antonio Pigafetta (2011), nota-se que o povo europeu acompanhava as notícias do novo mundo. Ao saírem da Espanha, já sabiam sobre a América em geral e suas partes, inclusive as recém descobertas, como o Brasil e as proximidades do Rio da Prata, desbravadas por Juan de Solis. Ao passar pela Terra do Verzino, que em italiano é uma referência ao pau-brasil, Pigafetta (2011) não deixou de noticia-lá. Sua principal observação seria o tamanho da colônia portuguesa, que era muito maior comparada às terras do velho continente:

Entramos em um porto no dia de Santa Lúcia, 13 de dezembro. Estava então ao meio-dia e o Sol em nosso zênite e sofremos com o calor muito mais do que ao passar a linha (do Equador). A terra do Brasil, tão abundante em toda classe de produtos, é tão extensa como França, Espanha e Itália juntas. Pertence ao rei de Portugal. (PIGAFETTA, 2011, p. 53)

Os viajantes aproveitaram para desembarcar e repor seus mantimentos. Um dos dotes de Pigafetta (2011) prontamente se manifesta neste trecho, que é sua capacidade de prestar atenção em detalhes mais sutis da fauna, da flora e da linguagem indígena. Em um dos primeiros contatos com a natureza brasileira, ele introduz o abacaxi, que por um tempo seria chamado de *piña de América* pelos espanhóis:

Aqui nos provisionamos abundantemente de galinhas, de batatas, de um fruto parecido com a pinha, extremamente doce e de gosto esquisito, de cana-de-açúcar, de carne de anta – a qual é parecida com a carne de vaca etc. (PIGAFETTA, 2011, p. 53)

Em terras brasileiras também encontraram os indígenas, que foram retratados comportamentalmente pelo escritor. Pode-se avaliar que a tripulação já reconhecia os traços corporais dos americanos, estabelecidos na memória europeia muito

graças aos relatos dos descobrimentos anteriores. Ou seja, era um indício de que os habitantes do “novo mundo” não eram tão novos assim. Pigafetta (2011) até comenta sobre o uso de tintas e adornos dos indígenas, mas no geral, seus relatos se voltavam aos modos e hábitos das tribos brasileiras, como a religião, suas casas e seus idiomas. Pelo menos nessa parte do continente, os europeus não esperavam mais encontrar as figuras monstruosas das lendas europeias anteriores a 1492.

O narrador tem em seu material uma contribuição interessante, que é a de anotar expressões indígenas e seus significados, montando inclusive um minidicionário com palavras de diferentes tribos. Aqui, no Brasil, após abordar a religião dos indígenas, comentou sobre as cabanas e redes dos nativos e seus respectivos nomes:

Os brasileiros não são cristãos, porém, tampouco são idólatras, porque não adoram nada. O instinto natural é a única lei (...). Vivem muito tempo. Os velhos chegam ordinariamente até os 125 anos e algumas vezes até os 140. (...) Andam completamente nus, tanto os homens como as mulheres. (...) Suas habitações consistem em espaçosas cabanas, a que chamam *boi*, e dormem sobre malhas de fio de algodão chamadas *hamacas*, presas nos extremos a grossas vigas. Um destes *boi* pode abrigar algumas vezes até cem homens, com suas mulheres e filhos e, como consequência, há no seu interior muito ruído. (PIGAFETTA, 2011, p. 53 - 54)

Similar ao relatado pelas outras narrativas, a tripulação de Magalhães também se vangloriava dos escambos realizados. Na reportagem, contam que eles orgulhosamente realizavam trocas envolvendo cartas de baralho e outros objetos inusitados, considerados insignificantes, por utensílios mais valiosos e animais: “por um rei de ouro me deram seis galinhas e ainda acreditavam ter feito um magnífico negócio”, conta Pigafetta (2011, p. 53).

Na sequência, o vicentino registra uma história sobre os antropófagos daquela região, que ainda assombravam os europeus com o conceito de comer carne humana, muitas vezes crua. Para tentar contextualizar a prática, o narrador conta uma narrativa que ouviu de João Lopes de Carvalho, um tripulante da nau de Magalhães que já tinha visitado o Brasil em uma das primeiras expedições a atracar no Rio de Janeiro. Baseado na história paralela, contou o seguinte:

Os homens e as mulheres são fortes e bem conformados como nós. Comem algumas vezes carne humana, porém, somente a de seus inimigos. Mas não é por gosto ou apetite que a comem, mas por um costume que, segundo disseram, começou da seguinte maneira: uma velha tinha apenas um filho, que foi morto pelos inimigos. Algum tempo depois, o matador de seu filho foi feito prisioneiro e conduzido à sua presença. Para vingar-se, a mãe arrojou-se como fera sobre ele e, a bocadas, lhe destroçou as costas. O prisioneiro teve dupla sorte de escapar da velha e retornar para junto dos seus, aos quais mostrou as marcas das dentadas em suas costas, fazendo-os crer (talvez ele acreditasse também) que os inimigos queriam devorá-lo vivo. Para não serem menos ferozes que os outros, se determinaram a comer de verdade os inimigos que aprisionassem nos combates. Os outros fizeram a mesma coisa, e o costume vingou. Todavia, não os comem nos campos de batalha, nem tampouco vivos. Despedaçam o corpo e repartem entre os vencedores. Cada um leva a parte que lhe corresponde, passando-a no vapor e, a cada oito dias, come um pedaço assado. (PIGAFETTA, 2011, p. 54-55)

Em outras descrições de “A primeira viagem ao redor do mundo”, Pigafetta (2011) registrou animais, como as queixadas e os pelicanos, que eram ainda desconhecidos, e as plantações de raízes consumidas pelos nativos, como as batatas, que comparou aos nabos europeus. A suposta credulidade indígena seria retratada novamente, dado que os europeus interpretaram que os nativos estavam os idolatrando por terem trazido chuva às terras em período de seca, conforme o vicentino.

Saindo do Brasil ao sul, os viajantes passaram pelo Rio da Prata, outra terra construída pelas narrativas dos descobrimentos. A história de Juan de Solis, que havia passado pela região entre 1515 e 1516, já era conhecida por eles, que sabiam inclusive das circunstâncias de sua morte peculiar:

Este rio contém sete ilhas, sendo que na maior, que chamam Cabo de Santa Maria, se encontram pedras preciosas. Antes se acreditava que não era um rio, mas um canal pelo qual se passava o mar do sul, porém, logo se soube que não era mais que um rio, quem tem dezessete léguas de largura no seu desembocadouro. Foi aqui que Juan de Solis, que confiaram em demasia nos canibais, acabou comido por eles, juntamente com sessenta homens de sua tripulação. (PIGAFETTA, 2011, p. 57)

Em suma, as terras entre os paralelos do Caribe e o Rio da Prata já eram conhecidas pelos europeus, mesmo que de forma limitada. Os diários, cartas e outros formatos de narrações já eram referências humanas do conhecimento

geográfico e temporal, graças às narrativas que ampliaram o planeta. Porém, ao sul de onde hoje se situa o Uruguai e parte da Argentina, haviam terras nunca antes reportadas.

#### 4.3.2 Uma nova América e outros povos ao sul

Rumo a pontos mais austrais, Pigafetta (2011) relatou a presença de muitos lobos e vacas marinhas, que repousavam graciosamente nas praias. Enquanto costeava o continente, também se maravilhou com o que descreveu como gansos pretos, caracterizados assim: “parecem ter o corpo coberto de minúsculas plumas, sem ter nas asas as plumas necessárias para voar. Com efeito, não voam e se alimentam de peixes” (p. 57). Com essas palavras, Pigafetta (2011) se referia aos pinguins, sem nem imaginar que futuramente uma espécie desses animais levaria o nome do capitão da expedição: pinguim-de-magalhães. Os europeus acharam essas aves tão graciosas que admitiam a dificuldade de matá-los para o uso enquanto fonte de alimento. Como conta o relato, a estratégia encontrada por eles foi simplesmente não assistir ou fechar os olhos na hora derradeira.

No Porto de San Julián, sul da Argentina, a tripulação de Fernão de Magalhães decidiu ancorar para esperar o inverno de 1520 passar. Após alguns meses sem nenhum acontecimento extraordinário, eis que um nativo subitamente surge próximo das embarcações. Esse seria o primeiro registro dos povos daquela região, que para os europeus, claramente se mostravam diferentes dos outros americanos. Se em terras brasileiras Pigafetta (2011) encontrou basicamente o que esperava, o povo mais austral se distinguia; não eram os monstros que Colombo (1892, 2013) esperava, mas sim, pessoas muito altas e fortes:

Transcorreram dois meses sem que vissemos nenhum habitante do país. Um dia, quando menos esperávamos, um homem de figura gigantesca se apresentou ante nós. Estava na areia, quase nu, e cantava e dançava ao mesmo tempo, jogando poeira sobre a cabeça. O capitão enviou à terra um de nossos marinheiros, com ordem de fazer os mesmos gestos em sinal de paz e amizade, o que foi muito bem compreendido pelo gigante, que se deixou conduzir a uma pequena ilha, onde o capitão havia descido. Eu me encontrava ali com muitos outros. Deu mostras de grande estranheza ao ver-nos e levantando o dedo queria dizer que acreditava que nós havíamos descido do céu. (PIGAFETTA, 2011, p. 58 - 59)

As diferenças foram relatadas por Pigafetta (2011), preocupado com os traços e ações do nativo. Embora não fosse monstruoso, aquele homem era diferente o bastante para ser taxado de anormal, dando início a uma produção de sentido no espectro europeu sobre uma terra de gigantes:

Este homem era tão grande que nossas cabeças chegavam apenas até à sua cintura. De porte formoso, seu rosto era largo e pintado de vermelho, exceto os olhos, que eram rodeados por um círculo amarelo e dois traços em forma de coração nas bochechas. Seus cabelos, escassos, pareciam branqueados por algum pó. (...) Seu vestido, ou melhor dito, seu manto, era feito de peles muito bem costuradas, de um animal que abunda no país como veremos a seguir. (PIGAFETTA, 2011, p. 59)

Embora diferenças fisionômicas entre civilizações existam – sendo abordadas, no futuro, por autores como Bougainville, Darwin e Musters, que calcularam que os *tehuelches* podiam até chegar cerca de 2m, mas, no geral, tinham a altura média de 1,80m, cerca de dez centímetros maior que a média europeia que beirava os 1,70m (Fundación Museo La Plata, 2001, p. 41) – é de se questionar o retrato inicial de Pigafetta (2011), principalmente no trecho em que diz que eram da altura da cintura do nativo. Mas, com um exagero no relato ou não, Magalhães decidiu chamar aquela etnia de Patagões, em referência ao tamanho de seus pés (patas) enormes. A representação feita na reportagem espalhou um boato pelo velho continente que dizia que os povos do sul do planeta poderiam ultrapassar os 2,5m de altura.

Este é o primeiro impasse, e talvez o único, quanto aos relatos descritivos de Pigafetta (2011), em que se questiona sua objetividade. Hoje, parece um tanto improvável que o “gigante” fosse de tal tamanho, mas Carlos Amoretti, pesquisador dos materiais da viagem de Magalhães e que traduziu novamente Pigafetta (2011) por volta de 1797, acredita que essa diferença de altura seria capaz em situações extraordinárias, argumentando que o primeiro habitante poderia ser notavelmente mais alto até que sua tribo. O acadêmico defende o escritor: se Pigafetta (2011) foi preciso em todas as outras notícias e descrições dos locais descobertos, por que ele mentiria sobre o povo da Patagônia? Independentemente, o povo do sul da

Argentina e Chile passariam séculos sendo chamados de gigantes; não eram monstros, mas figuras peculiares.

Na sequência da reportagem, mais elementos patagônicos seriam retratados por Pigafetta (2011), como o guanaco, animal da região que “tem cabeça e orelhas de mula, corpo de camelo, patas de cervo e cauda de cavalo e relincha como este” (p. 59). A espécie chamou a atenção dos europeus pois o patagão encontrado usava a pele daquele mamífero como roupa, diferente das tribos desnudas de regiões mais tropicais da América. Da mesma forma, os armamentos do homem também tinham origens naturais, que foram descritas pelo narrador:

Tinha na mão esquerda um arco curto e maciço, cuja corda era feita do intestino de tartaruga. Na outra mão empunhava várias flechas pequenas, feitas de bambu, tendo num extremo plumas, como as nossas, e na outra, em lugar de ferro, uma ponteira de um material vitrificado branco e preto. Deste mesmo material fazem instrumentos para cortar lenha. (PIGAFETTA, 2011, p. 59)

Os europeus convidaram-o a entrar em uma das naus, oferecendo comida, bebida e, claro, itens do cotidiano europeu, que faziam parte do principal passatempo dos tripulantes: ver as reações dos nativos ao recebê-las. O objeto da vez era um espelho grande de aço, que o dito gigante passou a segurar e olhar o seu reflexo. Para a hermenêutica europeia, aquela deveria ser a primeira vez que o americano via sua própria figura refletida, dado que ele “imediatamente retrocedeu, tão assustado, que derrubou quatro de nossos homens que o rodeavam”, conta Pigafetta (2011, p. 59). Após isso, ele recebeu outros presentes, incluindo um pente e pedaços de vidro, e retornou à tribo, ao lado de outros quatro europeus armados, para avisar sobre a chegada do outro povo. Logo após, ocorreu o encontro entre os povos, perto das embarcações europeias nas praias. Os nativos, desarmados, ficaram em fila e começaram a dançar e entoar um cântico, apontando o dedo indicador ao céu, o que fez os europeus interpretarem que os índios os tinham como um povo de origem celestial.

Por sua vez, as mulheres patagônicas receberam uma descrição separada, que se inicia com a percepção de que elas eram encarregadas de transportar todas as cargas das aldeias. Em um momento inadequado de Pigafetta (2011), disse que

elas não eram atraentes e nem tão altas quanto os homens, sendo mais gordas e com os seios longos. Elas andavam “vestidas do mesmo modo que seus maridos, porém cobrem suas partes naturais com uma pele delgada. Nos parecem bastante feias, mesmo assim seus maridos se mostravam zelosos” (PIGAFETTA, 2011, p. 60).

Em uma cena de confraternização, o grupo nativo, formado por cerca de dezoito homens e mulheres, subiu em uma das naus, onde interagiram e trocaram outros objetos. Para retribuir a recepção e as gentilezas, os patagões levaram os ibéricos até os campos da região para mostrar e ensinar suas técnicas de caças. Com o fim do espetáculo, se despediram.

Outra história contada desse período de espera na costa central patagônica fala do encontro com um habitante isolado, que aparentava ser de uma tribo diferente dos anteriores e que trocou presentes com o povo do velho continente. Ele chegou a passar alguns dias com a tripulação e, de acordo com Pigafetta (2011), foi ensinado a pronunciar o nome de Jesus e a rezar o Pai-nosso: “chegou a recitar esta oração tão bem quanto nós, porém na sua fortíssima voz. Por fim o batizamos, colocando-lhe o nome de João” (PIGAFETTA, 2011, p. 61). Após ir e voltar solitariamente da sua tribo com presentes, ele recebeu algumas roupas dos tripulantes e as vestiu antes de retornar à sua aldeia. Entretanto, dessa vez ele não voltou para encontrar os marinheiros, o que os fizeram achar que ele poderia ter sido morto por ter confraternizado com um povo distinto – era a única interpretação plausível encontrada pelos europeus.

Conforme o inverno chegava ao fim e os navegadores começaram a navegar ao sul, outras interações entre os povos foram noticiadas. Em um desses relatos, o narrador conta-nos sobre a medicina dos indígenas e suas técnicas inabitais.

Mesmo sendo selvagens, esses índios desenvolveram uma espécie de medicina. Quando estão doentes do estômago, por exemplo, em vez de tomarem um purgante, como nós, eles introduzem uma flecha na boca, o mais que podem, para provocar o vômito, expelindo uma matéria verde mesclada com sangue. A cor verde provém de um tipo de caldo de que se alimentam. Se lhes dói a cabeça ou qualquer parte do corpo fazem um corte no local da dor, para que saia dali uma grande quantidade de sangue. Sua teoria, segundo explicou um dos aprisionados, consiste no seguinte: a dor é causada pelo sangue que não quer permanecer em determinada parte do corpo, por

consequente, fazendo-o sair, estão eliminando também a dor. (PIGAFETTA, 2011, p. 63)

As práticas religiosas dos *tehuelches*, ou povo *Aónikenk*, também viriam a ser comentadas por Pigafetta (2011). A existência de representações de criaturas malignas distintas às apresentadas na religião católica fizeram os europeus associarem as práticas nativas ao satanismo: “parece que sua religião se limita à adoração do diabo. Julgam que quando um deles está morrendo, aparecem dez ou doze demônios cantando e dançando ao seu redor” (2011, p. 63). Pigafetta (2011), preocupado com a língua falada, anotou que o chefe maior dos diabos se chamava *Setebos*, enquanto os demônios menores eram os *Cheleles* – ambas eram representadas por desenhos e pinturas feitas pelos *tehuelches*. De acordo com o relato, aquele amigo nativo deles afirmou ter visto uma vez um demônio com chifres e pelos tão longos que lhe cobriam os pés, e que expelia chamas pela boca e por trás. (PIGAFETTA, 2011, p. 63)

Um dos melhores retratos da interação entre os ibéricos e um dos chamados gigantes – que inclusive fora levado em uma das embarcações por um certo tempo – trata das barreiras de interação e convivência. Nele, o vicentino expressa seus métodos hermenêuticos que eram penosos, mas funcionavam na hora de identificar as expressões patagônicas:

Por meio de uma espécie de pantomima lhe perguntava o nome patagão de muitos objetos, de maneira que cheguei a formar um pequeno vocabulário. Já estava tão acostumado que, apenas me via pegar a pena e o papel, vinha em seguida dizer-me o nome dos objetos que vislumbrava, bem como detalhar as operações que iria executar. Nos ensinou, entre outras coisas, a maneira de acender o fogo em seu país. Atritavam dois pedaços pontiagudos de madeira, um contra o outro, até que surgisse o fogo em um tipo de medula de árvore que colocavam entre os dois pedaços de madeira. Um dia lhes mostrei a cruz e a beijei diante dele, me disse por senhas que *Setebos* (diabo) entraria em meu corpo e me faria arrebentar. (...) Quando se sentia nas últimas em sua enfermidade, pediu a cruz, a beijou e nos rogou que batizássemos, o que fizemos, dando-lhe o nome de Paulo. (PIGAFETTA, 2011, p. 70)

Outras expressões linguísticas também foram listadas, sendo a grande maioria relacionadas às comidas nativas, como *capac*, que era uma raiz doce comparada ao aipo europeu. A alimentação dos patagões foi destaque em muitos

capítulos do livro, com o narrador chamando-os de glutões, pois “comiam, cada um, um cesto de biscoitos por dia; devoravam os ratos crus, sem tirar a pele, e tomavam meio balde de água de um só trago” (2011, p. 63-64).

Com a região central da patagônia argentina deixada para trás, a embarcação rumava ao ainda mais desconhecido – se é que isso era possível. Como contam os relatos, Magalhães buscava um acesso para transitar para o Oriente, sem muita certeza do que poderia encontrar.

#### 4.3.3 O Estreito de Magalhães

Já em terras mais frias, a jornada teve algumas baixas, com a embarcação Santiago naufragando após ser mandada para investigar parte da costa argentina. Entre o início da terra dos patagões, no centro-sul do país, até suas localidades mais austrais, a viagem foi mais calma. Assim, Pigafetta (2011) aproveitou para escrever sobre as emas que avistou na região, o Rio de Santa Cruz e o Monte-Cristo (hoje, Monte Wood), onde Magalhães cravou uma cruz na montanha e tomou posse em nome do rei da Espanha.

As naus enfrentaram tempestades que danificaram seriamente suas estruturas, e “toda a esquadra esteve a ponto de naufragar em virtude de fortes ventos e do mar convulsionado. Porém, Deus e os corpos santos (isto é, os fogos que resplandeciam na ponta dos mastros) nos socorreram, salvando-nos” (2011, p. 65), relatou o narrador vicentino. Nos dias posteriores, a embarcação San Antonio se perderia da expedição, o que resultou em uma busca que durou dias. Nesse mesmo período, Fernão de Magalhães teve de resistir a outra tentativa de motim que resultou em alguns feridos, conforme relatou o narrador.

Mas ao se aproximarem do extremo sul das Américas, encontraram um canal que chamaram de Estreito das Onze Mil Virgens – pois era 21 de outubro, data festiva católica. Como inicialmente não aparentava ser uma passagem muito aberta, Magalhães foi prudente e achou melhor não enviar suas embarcações principais, que eram grandes e pesadas. Então, enviou um tipo de barco menor que os ibéricos chamam de chalupa:

Havíamos entrado no canal sudoeste com os outros dois navios, e continuando nossa sudoeste com outros dois navios, e continuando nossa navegação chegamos a um rio que chamamos das Sardinhas, e devido à grande quantidade que vimos deste peixes. (...) Permanecemos quatro dias, tendo enviado uma chalupa muito bem equipada para que procedesse o reconhecimento do término deste canal que desembocaria em outro mar. Os marinheiros da chalupa voltaram no terceiro dia e nos comunicaram que haviam visto o cabo onde terminava o estreito e um grande mar, isto é, o oceano. Todos choramos de alegria. (PIGAFETTA, 2011, p. 68)

Com lágrimas no rosto, o sonho de Magalhães, que havia escapado de Colombo (1892, 2013), se realizava: finalmente fora encontrada uma passagem que poderia ser usada para chegar ao Oriente. Ou seja, era um canal para ligar o Atlântico a outro oceano ainda sem nome – ou não batizado, como os ibéricos gostavam de proceder.

Com muita alegria, os relatos de Pigafetta (2011) sobre o estreito diziam que, ao olharem para o oeste, viam terras com muita fumaça no horizonte; e por isso, Magalhães decidiu chamá-las de Terra de Fogo – nome que permanece até hoje. Mais a frente, encontraram um cabo que batizaram de Cabo Desejado, “porque, na realidade, há longo tempo que nós estávamos desejando vê-lo” (p. 68). Naquela região do globo, próxima da Antártida, Pigafetta (2011) reportou uma observação precisa: por sua localização austral, aquelas terras não tinham noite no verão e nem dia no inverno. Como era outubro, o vicentino relatou que as noites ali não duravam mais que três horas.

Conforme navegavam pelo canal, Pigafetta (2011) também contou como foi seu nome original, além de descrever as terras que eram separadas pelo estreito que corre entre a Argentina e o Chile:

Demos o nome de Estreito dos Patagões a este canal de ligação que para esquerda só volta para sudeste. As terras que o ladeiam são baixas e a cada meia légua se encontra um porto seguro, com água excelente, madeira de cedro, sardinhas e mariscos em abundância. Encontramos também ervas, algumas amargas, porém outras plenamente comestíveis, sobretudo uma espécie de aipo doce que cresce junto às fontes, o qual comíamos na falta de melhores alimentos. Enfim, acredito que não exista no mundo um estreito melhor do que este. (PIGAFETTA, 2011, p. 69-70)

O canal também seria descrito como profundo, mesmo sendo bastante próximo da terra, e rodeado por montanhas muito altas e cobertas de neve, sendo um dos primeiros relatos sobre a parte sul da Cordilheira dos Andes. Ao desembocarem em outro mar, o narrador conta que ele foi chamado de Pacífico, por parecer, realmente, pacífico (2011, p. 66). De acordo com narrador, o fato das tempestades terem cessado após a saída do estreito, demonstrava que, ao contrário do Oceano Atlântico, aquele mar era muito calmo e sereno – sendo assim pelo menos durante a viagem de Magalhães.

Uma das primeiras caracterizações de Pigafetta (2011) sobre o novo oceano, além de sua calma, falava sobre animais marinhos que conseguiam voar. Conhecidos como peixe-voador ou peixe-holandês, eles trataram de protagonizar um verdadeiro espetáculo para os europeus, passando ainda mais prosperidades quanto à descoberta das novas águas:

No momento em que desembocamos no oceano fomos testemunhas da caça curiosa que alguns peixes fazem a outros peixes. Há três tipos de peixes, isto é, os dourados e os atuns que perseguem os chamados andorinhas-do-mar, espécie de peixe voador. Estes, quando são perseguidos, saem da água e abrem as barbatanas natatórias, que são bastante longas, para servir-lhes de asas, e voam à distância de um tiro balista; em seguida voltam a cair na água. Durante este tempo, seus inimigos, guiados por sua sombra, os seguem, e no momento em que mergulham de novo na água os agarram e os comem. Estes peixes voadores têm mais de um pé de comprimento e são um excelente alimento. (PIGAFETTA, 2011, p. 70)

Assim, o cone sulamericano, visto e escrito por Pigafetta (2011), era deixado para trás, dando início à uma nova viagem nos caminhos do Pacífico. Embora também sejam relatos ricos sobre tudo o que aconteceu até 6 de setembro de 1522, incluindo a morte de Magalhães e o ruir de outras embarcações, são notícias que fazem parte de outra viagem – ou outra editoria, no âmbito jornalístico.

#### 4.3.4 O repórter Pigafetta

A junção dos autores Colombo (1892, 2013), Caminha (1500) e Pigafetta (2011) se deu por um motivo em comum: todos tiveram o interesse de representar

em intriga o descobrimento de novas terras, com descrições miméticas do que se passou no continente americano entre o século XV e XVI. Eles são praticantes da essência do que chamamos de pré-jornalismo no trabalho. Mas, se for permitido, há um diferencial nos relatos da viagem de Fernão de Magalhães.

Com a ajuda referencial de Maria Cecília Guirado, que chamou Caminha de “repórter improvisado”, podemos dizer que Antonio Pigafetta (2011) foi o que menos agiu no improvisado. Como descrito, sua presença na primeira circum-navegação foi proposital, dado que queria estar nela para narrar a jornada promissora. O discurso, não destinado a um rei mas sim aos seus conterrâneos curiosos, sintetiza as experiências vividas pela tripulação entre 1519 e 1522, principalmente as descobertas. Em outros termos, ele foi quase como um repórter testemunhal, no lugar e na hora certa.

No entanto, cabe frisar que mesmo assim não é ideal atribuir aquele tipo de prática como jornalística em si, pois mesmo idealista, ainda era uma prévia da disciplina e profissão, trabalhando com notícias embrionárias. Todavia, o exercício neste trabalho é visualizá-la com outras cargas. A narração de Pigafetta (2011) definitivamente faz parte do movimento progressivo que contribuiu para o jornalismo atual e sua imprensa – que muitas vezes é associada apenas aos avanços no campo entre os séculos XIX e XX. Com intenções de objetividade e atualidade, era um pré-jornalismo que estava mais próximo de deixar de ser pré.

Vista como uma narrativa, é capaz de refletir todos os olhares plurais de Paul Ricoeur (2010), sendo autossuficiente na teoria da trílice mimese. Quando lida em seu tempo, foi capaz de reconfigurar um mundo por completo, literalmente – com novas terras, povos e um oceano inteiro. Antes de tudo, há de se pensar na provável condição do “mundo do leitor”, que tinha muitas amarras, limites e pré-concepções constituintes da mimesis I. Era um mundo que já havia se expandido muito se comparado com os anos anteriores, pois havia a descoberta de um novo continente, mas que ainda continha muitos mistérios.

Quando esse mundo entra em contato com a intriga, que é o cerne da mimesis II, o leitor poderia compreender sobre a viagem e seus ocorridos, se relacionando com signos, estruturas e temporalidade. Assim, os acontecimentos seriam compreendidos, reconfigurando a visão de mundo, quer seja físico ou

temporal, do receptor. É atingida a mimesis III, com um novo mundo do leitor que está reconfigurado com o conhecimento de também um novo mundo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o capítulo anterior já tenha sido um espaço para pincelar as ideias do trabalho, as páginas seguintes servirão para fundamentar e firmar os conceitos encontrados, como os princípios do jornalismo e sua relação de longa data com as operações narrativistas. Conforme abordamos com autores como Maria Cecília Guirado (2001), que auxilia-nos com a simbologia de termos e execuções jornalísticas, na qual tomamos, principalmente, o que ela atribui como o grande papel de um repórter: escrever uma intriga que desenrola um tema de interesse social e traz respostas atuais, factuais e concisas.

Sem mais, os navegadores e narradores da Era dos Descobrimentos, mesmo que de maneira prévia, fizeram esse trabalho, resultando em um novo estilo de escrita durante o Renascimento – que contava o mundo e seus acontecimentos recentes em uma literatura inaugural. Dessa forma, Colombo (1892, 2013), Caminha (1500) e Pigafetta (2011), vivendo em uma época de efervescência social e cognitiva, usaram seus valores para interpretar acontecimentos e fenômenos experimentados, de uma forma em que, como repórteres, traduziam para a sociedade os ocorridos. Eram figuras dispostas a relatar com objetividade, mesmo sabendo não serem entendidos do assunto ou eruditos discursivos.

Estes três escritores, que viveram situações similares em um mesmo período, apresentavam algumas distinções nos trabalhos – mas eram poucas, principalmente se comparadas às suas semelhanças práticas, sobretudo. Para entender melhor essas produções e suas particularidades, retomaremos, nestas considerações finais, os três trabalhos em questão, as suas similaridades e o legado deixado para o jornalismo e o mundo.

### 5.1 Três pré-jornalistas pelas Américas

Em suas viagens para a América, incluindo a que, pela perspectiva europeia, descobriu o continente em 12 de outubro de 1492, Cristóvão Colombo (1892, 2013) registrou os acontecimentos em um diário, muito inspirado nas obras de outro explorador que venerava, Marco Polo, de Veneza. A cena da primeira chegada às

terras, que ele momentaneamente acreditava pertencer às Índias, também foi preservada na memória textual graças às cartas enviadas por ele naquele período, nas quais dialogava com a família real sobre as maravilhas encontradas na viagem financiada por eles.

Especialmente na primeira expedição, nota-se, no texto do genovês, uma necessidade de conferir ao ambiente e aos nativos suas respectivas características fisionômicas, que acabaram por ser a grande pauta de seus textos; ora, diante de povos e terras desconhecidas, aquela era uma ocasião nunca narrada antes. Para os europeus, aquela situação se assemelhava às lendas medievais sobre o encontro com o paraíso, como El Dorado e outros mitos que compunham o imaginário do velho continente da época. Em meio ao misticismo e exotismo, Colombo (1892, 2013) construiu, com palavras, o primeiro enquadramento noticioso da América, sendo o único vestígio desse acaso.

Dos indígenas, por exemplo, grupo sem poder bélico e que para ele “não possuía praticamente nada”, ele atribuiu adjetivos como “corpos muito bonitos”, “cara muito boa”, “cabelos grossos quase como o pelo do rabo de cavalos, e curtos” e “da cor dos canários”, “mas nem negros nem brancos” (1892, p. 44). Quanto ao cenário, chamou as terras de “muito lindíssimas”, com montanhas altas, árvores e frutos, sendo também um potencial local para se explorar por ouro e metais.

Além do descobrimento, Colombo (1892, 2013) retornou outras três vezes às Américas, também narrando suas vivências em cartas e memoriais. Nestes materiais posteriores há um tom distinto nas narrativas, e é natural que isso aconteça, pois, se olharmos para a cronologia, todo retorno ao novo continente tratava-se de uma circunstância diferente a do achamento das terras. O formato noticioso, então, se voltava para atualizar a situação das ilhas e a dos espanhóis que permaneceram para tomar conta e iniciar a colonização.

Isso pode ser visto com os ocorridos na Fortaleza de la Navidad em 1493, por exemplo, em que Colombo (1892) dedica um espaço em seu texto para contar sobre o que presenciou no retorno ao mar caribenho: destruição, cadáveres e infortúnio, atualizando, como uma notícia, sobre as desventuras de um paraíso que possivelmente sofria com o início de conflitos entre povos, que, posteriormente, levariam ao genocídio indígena.

Os materiais de Colombo (1892, 2013), que no início de 1500 já tinham sido publicados em mais de 20 edições pela península ibérica (GUIRADO, 2001), apresentavam um formato noticioso que atualizava conforme a ocasião, utilizando o presente para mostrar a concepção de mundo do escritor – ou seja, quase como uma intriga jornalística, que configura planos temporais e semânticos na estruturação da sociedade.

Já Pero Vaz de Caminha (1500), com marcas de reportagem, registrou suas experiências na América em um único manuscrito noticioso – um pouco mais extenso que as cartas de Colombo (1892, 2013) –, que contava ao rei lusitano os detalhes do achamento da Terra de Santa Cruz. A nova região, que Caminha (1500) descreveu como chã, arvorizada, longa e formosa, também teve um encontro com o Outro que entrou para a história terrena, se baseando muito nas diferenças entre os povos: de um lado, os europeus, “civilizados”, brancos e vestidos; do outro, os nativos, de pele parda, cabelos corredios e desnudos, filhos de uma realidade distinta.

Caminha (1500) também narrou os ocorridos nos dias seguintes ao descobrimento, incluindo um acontecimento muito significativo para o povo europeu: a primeira missa no Brasil, servindo como uma espécie de batismo. No período de Páscoa, a pregação teria sido ouvida atenciosamente por europeus e indígenas, povo que, conforme o autor, teria se ajoelhado para rezar, demonstrando devoção à cruz. Foi um momento em que o Outro poderia se tornar mais “eu”, seguindo os pretextos europeu, que queriam “europeizar” a população originária, ensinando-a o catolicismo, a criar animais e como se viver.

Assim, a Carta, que também muito informou sobre as primeiras interações, como os escambos, é o vestígio de nosso descobrimento, no qual Caminha (1500) teve o intuito de contar o máximo sobre os ocorridos, mas em “miúdos” (p. 14). Ou seja, uma espécie de repórter, que selecionou alguns acontecimentos ao seu redor para narrar de forma coesa e experimental em um documento.

Por fim, os primeiros registros do sul da América vieram de Antonio Pigafetta (2011) – escritor originário de Vicenza, uma das regiões onde a prensa de tipos móveis se estabelecia e engatinhava nos séculos XV e XVI. Em termos jornalísticos, pode-se dizer que Pigafetta (2011) tinha um faro de notícia afiado, pois, ao saber da

empreitada de Fernão de Magalhães, português que queria circum-navegar o planeta, fez de tudo para participar da jornada com um único propósito: narrar seus acontecimentos e publicá-los posteriormente para que todos soubessem como ela se deu.

Na intriga sobre a viagem, outra que também foi bancada pelos reis espanhóis, o narrador primeiramente contou-nos sobre uma parada feita em terras brasileiras, que eram conhecidas pelos europeus graças às narrativas dos anos anteriores. Também era sabido sobre os habitantes da região, que já tinham certa fama nas terras europeias com a suposta prática antropofágica de algumas tribos, algo que assombrava o espectro europeu.

Entretanto, a reportagem, que foi chamada de “A primeira viagem em torno do globo”, tornou-se ilustre principalmente por seus trechos sobre a região mais austral da América, sendo os primeiros relatos (que se tem conhecimento) sobre o povo da Patagônia, que habitavam regiões próximas do estreito que viria a ganhar o nome do capitão da jornada, Magalhães. Entre perdas de navios, interações com nativos e muita espera para suportar o inverno na região vizinha à Antártida, Pigafetta (2011) reconfigurou o formato do mundo com a temporalidade e a significância de sua narrativa, que produziu muitos sentidos sobre a América do Sul e sua pluralidade de povos.

Os patagões, por exemplo, que receberam este nome dos europeus por causa do suposto tamanho de suas “patas”, ficaram com a fama de gigantes ao longo da Europa por causa dessa reportagem, em uma relação de objetividade dúbia: se os ibéricos eram mesmo do tamanho da cintura dos nativos, não sabemos, mas, foi assim registrado e assim estabelecido por anos. Ainda na narrativa, o autor também reportou o achamento do Estreito de Magalhães, projetando as maravilhas do canal que ligava o Oceano Atlântico com o desconhecido Pacífico, que viria a ter essa designação por sua calma.

O desenrolar da extensa reportagem conta o resto da expedição, inclusive a morte de Fernão de Magalhães, assassinado por uma flecha indígena nas Filipinas. Dessa forma, o quase jornalista Pigafetta (2011), de faro apurado e um dos poucos a sobreviver à volta ao redor do mundo, conservou na memória a primeira viagem a

fazer isso, formulando o globo praticamente por inteiro, com uma narrativa que impressiona até hoje com seus detalhes cenográficos e representativos.

Assim sendo, a América Latina, do arquipélagos do Caribe à Terra do Fogo, teve seus paraísos contados por enquadramentos europeus, que tinham muito em comum além da temporalidade. Como veremos, as narrativas dos três autores sinalizavam o surgimento de uma nova mentalidade, voltada para contar o que havia de novo e as outras formas de se viver no planeta. Foi uma época essencial para o pré-jornalismo, talvez sendo sua maior manifestação antes do surgimento das gazetas e da profissionalização no século XX. Por isso, para visualizar como o movimento se figurou, analisaremos as semelhanças e diferenças entre os textos de Colombo (1892, 2013), Caminha (1500) e Pigafetta (2011), que contaram a América antes de sua colonização.

## **5.2 Entre similitudes e singularidades**

Mesmo não sendo um movimento demarcado com estruturas, muitas semelhanças do pré-jornalismo praticado durante as Grandes Navegações podem ser identificadas entre os escritores aqui citados. Uma das similitudes, e talvez a mais manifesta, é a questão de querer comunicar algum acontecimento novo, apresentando um propósito noticioso.

Os testemunhos das “novas novidades” tinham em comum a ideia de transmitir-nos, com suas palavras, o que viam e interpretavam diretamente dos acontecimentos em que viveram. Esses narradores produziam um discurso de representação que se distanciava dos materiais oficiosos dos escrivães, por exemplo, sendo também diferente dos cronistas, profissão que florescia em Portugal naquela época. Embora também compartilhassem do conteúdo narrativista voltado para a realidade, os escritores de crônicas relatavam os ocorridos de maneira menos urgente, falando de acontecimentos que já haviam se passado há algum tempo, permitindo um nível de julgamento e interpretação a mais.

Conseqüentemente, nota-se um discurso de representação mais veloz em comum no pré-jornalismo, que relatava os acontecimentos e a ação humana de imediato. Isso também é algo notado por Guirado (2001), em que, em seus estudos,

vê nas narrativas dos descobridores um texto mais em movimento, acompanhando o presente e avançando conforme os acontecimentos se desenrolam, até esgotar suas missões.

Se vamos, novamente, retornar aos termos jornalísticos, pode-se dizer que a grande “pauta” destes discursos era, sobretudo, contar o desenrolar das viagens e seus objetivos. Embora seja inadequado usar termos e funções de temporalidades distintas, principalmente se tratando de jargões jornalísticos usados hoje em dia nas redações, utiliza-se o termo aqui para ilustrar os impulsos e objetivos noticiosos sobre os rumos das navegações, acidentais ou não.

Nesse sentido, Antonio Pigafetta (2011) se destaca entre os três por seu faro de notícia, não sendo tomado, como Caminha (1500) e Colombo (1892, 2013), de imprevisto: desde o início, ele anunciou que estaria no expedição justamente para narrá-la, se determinando a escrever uma reportagem sobre todo o período. Nos dias de hoje, esse processo, a grosso modo, pode ser encontrado na produção de livros-reportagem, em que o repórter está determinado a contar um assunto até o desenlace da questão, por exemplo.

Ainda que a circulação das notícias não seja uma abordagem recorrente deste trabalho, é interessante ressaltar também a intenção de Pigafetta (2011) em publicar seus manuscritos para o povo em geral. É um grau de intenção que já manifesta outro anseio jornalístico, além de também representar que o autor completou, praticamente, todos os passos de uma reportagem jornalística, indo do planejamento ou pauta, a experiência em si, o recolhimento de dados, até a sua publicação, que, nesse caso, foi em um meio não periódico.

Além do ato de narrar novidades e o aspecto explorador, os pré-jornalistas desse intervalo tinham outros atributos em comum, como uma escrita oriunda de suas condições sociais. Sendo intelectuais de uma burguesia ainda nascente, não eram de classes sociais mais baixas, pois sabiam ler e escrever; mas, também distinguiam dos eruditos da nobreza. Então, eram figuras sociais que, embora ainda sem uma consciência de classe, estavam dispostas a conhecer o mundo, traduzi-lo e fazer circular as novas.

Isso também nos permite entender que a pré-concepção de mundo do trio se assemelhava, pois compartilhavam das mesmas origens: europeus, brancos,

mercantilistas e apresentando algum grau de ensino, pois eram capazes de ler e escrever. Exercitando Paul Ricoeur (2010), a pré-concepção de um mundo, seja no papel de escritor ou leitor, afeta no efeito da intriga em si, que é a segunda parte da tríplice *mimesis*. Isso implica que aqueles pré-jornalistas, diante de um acontecimento, viam a realidade à sua maneira, representando-a com valores de sua formação, mentalidade, época e grupo étnico.

Essa é uma pauta antiga do jornalismo, também presente em outras ciências sociais e abordada por autores célebres como Foucault (1999), que disserta sobre os ideais de tentar-se dizer o que vê, mas saber que o que se vê não reside no que se diz, definindo nossas funções de sintaxe como nossos verdadeiros olhos. Com isso, o debate da subjetividade/objetividade poder-se-ia entrar em curso nas práticas narrativistas dos séculos XV e XVI. Todavia, enquanto este não seja o ângulo central do trabalho, podemos tomar o tema com as arestas de Ricoeur (2010), que opera com esse assunto de maneira em que a narrativa apresente suas concepções autônomas. Nessa visão, sabe-se que os navegadores tiveram o intuito da objetividade em seus relatos, mas naturalmente apresentaram seus entendimentos do universo, gerando histórias influenciadas por suas crenças e enquadramentos. Isto significa que, em algum nível, o caráter objetivo acaba por encostar na subjetividade, pois contar o mundo sem suas amarras de sentidos não pode ser feito.

Colombo (1892, 2013), entre os três, aparenta ser o mais retraído quando se trata de representar as ações, usualmente mantendo a intriga em um nível mais descritivo do meio ambiente. Inclusive, ele realiza tal feito de uma maneira até desumana, em que os próprios índios acabam por parecer simples figuras da natureza, e não pessoas. Entretanto, a despeito da falta de alteridade, isso não torna o seu texto “menos” pré-jornalismo, dado que forma uma reportagem que responde um tema de interesse social aos leitores – quer seja Rainha Isabel, Rei Fernando II ou qualquer um que topasse com seus textos impressos espalhados pelo continente.

O que há de mais interessante no material do genovês é a “periodização” de suas publicações: como um jornal que atualiza diariamente os acontecimentos de diferentes localidades, Colombo (1892, 2013) reportava notícias sobre o novo mundo entre 1492 e 1502, informando-nos sobre os ocorridos no Caribe – dentro, é

claro, do ritmo de difusão da época, com cartas enviadas de volta à Espanha por outros barcos. Dessa forma, entra em cena a capacidade de reconfigurar o mundo ao sobrepô-lo com os novos ocorridos, responsáveis por estruturar a temporalidade com sua narração.

Em outra zona da América, Pero Vaz de Caminha (1500), assim como o almirante Cabral, também foi pego de surpresa com o descobrimento do Brasil em 1500, pois a viagem estava, supostamente, destinada para as Índias. Mesmo assim, o escrivão manteve a calma e teve um discurso fundamentado, em que afirma, desde o início, que tudo o que registra é de acordo com seu olhar e suas deduções, sabendo de seus limites e condições como um repórter improvisado (mesmo que a profissão ainda não existisse). Em comparação aos outros autores, Caminha (1500) tem uma facilidade de nos levar às cenas do descobrimento, sendo uma intriga que une leitor e escritor “como se” tudo aquilo tivesse acontecido exatamente daquele jeito, (RICOEUR, 2010) configurando realidades após a hermenêutica.

A “pauta” do escritor está bem especificada desde o início, tanto que ganhou um título que sintetizava o heterogêneo do discurso: ela foi chamada de “Carta a el-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil” em algumas publicações, também apresentando uma espécie de lead, em que ele explica o que irá abordar. Sem fugir do tema e da ordem dos acontecimentos, Caminha (1500) consegue descrever com uma linguagem de atualidade e tenta certa isenção. A carta, hoje exposta no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, é não só um vestígio de uma de nossas origens, como também um exemplo excelente de como as informações da eram contadas há séculos.

Seguindo a lista, Antonio Pigafetta (2011), como falamos, é um caso à parte se considerarmos todo o seu processo prático. Para buscar uma justificativa sobre seu texto, há uma constatação visível se tratarmos dos anos das viagens: Colombo (1892, 2013) partiu em 1492, Caminha (1500) em 1500 e Pigafetta (2011) em 1519 – isto é, quase três décadas depois do princípio da Era dos Descobrimentos.

O que quer-se mostrar é que, ao que tudo indica, o italiano possivelmente percebeu a transformação no jeito de contar o mundo usando essa literatura inaugural, pois, ao lermos, se percebe que ele já sabia da existência do Brasil e do Rio da Prata por causa de outras narrativas, por exemplo. Naquele período, os

relatos sobre as navegações fizeram aquilo que Paul Ricoeur (2010) constatou em seus estudos no século XX: com a narrativa, as histórias dos mundos e povos eram gentilmente encaixadas na cronologia, produzindo sentidos semanticamente e temporalmente – objeto humanizado com as articulações noticiosas. Dessa forma, as ditas façanhas dos descobrimentos só eram conhecidas quando articuladas em discursos narrativos, influenciando no ato de quem escrevia e também de quem lia sobre o mais novo mundo. Isto é, a suposição é que estas figuras públicas ou escritores posteriores, como próprio Pigafetta (2011), entraram dispostos a distribuir conhecimento do mundo renascentista ao perceberem o surgimento dessa literatura experimental, agindo para suprir a demanda de materiais sobre as expansões ultramarinas.

Notavelmente, uma nova memória coletiva era reformulada com os textos, que, como pedaços de conhecimentos, contavam o mundo e suas mais diferentes naturezas e formas de se viver. Com informações cada vez mais ligeiras, o imaginário renascentista já era outro com a descrição da América, montado como um quebra-cabeça que permitia visualizar o globo e sua temporalidade por inteira com as notícias. Portanto, escolher a Era dos Descobrimentos e suas intrigas não foi por acaso; é um momento em que a humanidade reconfigura sua sede por informação com a curiosidade do além-mar e seus ideais de contar a vida.

Para se ter uma noção, avançando nos anos e saindo do ambiente inaugural dos escritos das Grandes Navegações, um levantamento realizado pelo historiador lusitano José Tengarrinha (2013, p. 36-37) indica que, entre 1552 e 1641, 33 Relações, que são publicações impressas no formato de gazetas não-periódicas, foram feitas em Portugal. Dentro delas, alguns temas, ou editoriais, na atualidade, prevaleceram nas impressões como um todo, tendo assuntos mais recorrentes. Se olharmos, mesmo décadas após o descobrimento da América, os relatos sobre expansão marítima, naufrágio, relações com outros povos, descrições de terras distantes e proselitismo religioso ainda eram o assunto majoritário e de grande interesse do público, ocupando 45,5% das notícias daquelas publicações. Em comparação, esse assunto era seguido por temas religiosos, como cerimônias e cultos realizados (18,2%); notícias da Corte em geral (18,2%); acontecimentos

nacionais e europeus (9%); batalhas (6,1%); e descrições da cidade de Lisboa (3,1%) (TENGARRINHA, 2013, p. 36-37).

Embora o próprio historiador admita que nem todas aquelas notícias das Relações tinham um viés jornalístico, pois eram sínteses de acontecimentos reunidas não necessariamente com urgência – podendo algumas perderem sua atualidade –, o estudo é uma amostra do perfil de interesse social do século XVI. Em outros termos, as notícias além-mar, que foram o motor daquele cenário pré-jornalístico, também avançaram acompanhando o surgimento da nova prática, participando da “digitalização” da imprensa nos anos seguintes. Com mesmos propósitos, mas em períodos diferentes, o material de Pigafetta aparenta estar se tornando menos pré, tanto por uma postura da práxis como de uma nova percepção de mundo. Era uma escalada para o formato noticioso que conhecemos hoje, de uma forma de contar o mundo em movimento, sendo um pré-jornalismo em uma pré-globalização.

### **5.3 Inquietudes e potenciais desdobramentos**

Ao longo do trabalho, a narrativa foi entendida como um campo de muitas disciplinas, o que é procedente, visto a amplitude de suas angulações. Portanto, creio que em meio à essas visões existam possíveis desdobramentos para a pesquisa, ainda podendo ser mediada por autores como Ricoeur (2010). Ao mesmo tempo em que o filósofo prioriza a experiência dos discursos no campo temporal, muitos de suas contribuições podem ser estendidas para o campo da ação e semântica, por exemplo, mostrando a incapacidade de se desligar o tempo de nossas narrações. Assim, acho pertinente seguir o indagamento sobre a narrativa com seus dois sentidos estruturadores: o tempo e seu significado, de uma forma em que se possa operar com conceitos ricoeuriano, como a tríplice mimese – executada pelo jornalismo de todas as épocas.

Embora não seja algo muito diferente do que fizemos até agora, creio que usar o desenvolvimento do jornalismo em comparação à progressão de outros momentos da história humana é uma boa maneira de se entender as ações correspondentes. Claro, ao meu ver, a época das Grandes Navegações foi escolhida

por ser um dos períodos mais propícios para se ver o pré-jornalismo. Mas, tanto antes quanto depois dela, muitos textos ainda em formato prévio foram escritos, cada qual com discursos e significados, espelhando parte da sociedade e o (pré) jornalismo.

Por exemplo, o autor espanhol Bernal Díaz del Castillo (1998), anos após o descobrimento feito por Colombo, escreveu sobre a conquista brutal do México em “A Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España”, sendo um livro que quase entrou para este trabalho. Trata-se da narrativa de um soldado colonizador que contou esse fragmento da temporalidade por vias pré-jornalísticas. O livro-reportagem, que foi publicado em 1568, muito nos diz sobre as intenções ibéricas na América, podendo ser tomado com um discurso de posse e conquista. Seria também uma oportunidade para analisar outros aspectos, como a forma em que a memória é construída e como geralmente escutamos as histórias partindo do lado “vencedor” – assim, tomar-se-ia um viés antropológico, como o feito por Tzvetan Todorov (2010).

Vejo, portanto, que o jornalismo, mesmo prévio ou incerto, é como um correspondente da história e sua sociedade, apontando, em sua memória, o que as relações de poder e acontecimentos determinavam. Esse tipo de recorte pode ser feito com qualquer outra época que apresente tempo humano, ou seja, narrativas articuladas. Mas, no meu caso, creio que seria prolífico partir cronologicamente, seguindo o fim do Renascimento e a efetivação da modernidade, quando a globalização se manifestou após as navegações. Dessa forma, seria um tempo propício para explorar a popularização da imprensa, em seu sentido não apenas sintático mas também de maquinário e de periodicidade.

Acho admirável, por exemplo, o trabalho mencionado do pesquisador Fernando Resende (2007), que no artigo “Discursividade e narratividade: vértices redimensionados no jornalismo” resgatou Hipólito da Costa, produtor do Correio Brasiliense, um dos primeiros jornais brasileiros. Para Resende, as censuras e pudores dentro dos textos do editor indicavam uma problemática na gênese do discurso, vindo a afetar a produção textual no Brasil nos próximos anos. São constatações como essa que ajudam a entender melhor nosso jornalismo contemporâneo, com práticas narrativistas e intenções configuradoras de longa data.

Por motivos lógicos, não é possível adentrar muito na problematização da prática, pois são tempos distintos e pouco acessíveis. Mas, novamente Guirado (2001), traz em questão um ponto peculiar nesse percurso, que poderia guiar uma outra pesquisa ainda dentro desse tema histórico. Estes navegantes-repórteres, ao reportarem os descobrimentos, faziam transformações na humanidade com sua atualidade sem dar-se conta, também se tornando um material para a eternidade e múltiplos futuros estudos científicos.

Nesse experimentalismo, sem perceber a importância social que uma narrativa tida como real tem, imagino os impactos de algumas circunstâncias que viriam a afetar as estruturas humanas, como as narrativas dos brasileiros canibais e dos gigantes argentinos, reminiscências no ideal europeu por anos. Assim, o exotismo sul-americano perdurou por séculos, sendo fomentado por intrigas posteriores, de autores como Hans Staden, que narrou suas experiências no Brasil, e Antonio Pigafetta (2011) e Gonzalo Fernández de Oviedo, responsáveis por uma descrição exagerada dos patagões. É um material a ser estudado, tanto por sua potencial óptica de seu período, como para ser olhado e ressignificado com as visões de hoje.

No mesmo sentido, pode-se pensar também nas crises de representações atuais no jornalismo, que, de alguma forma, colabora criando seus “monstros” e “criaturas” contemporâneas. Este é um exercício complexo e delicado, principalmente por operar com diferentes temporalidades e estruturas sociais. Mas, sinto um espaço válido para divagar, pois é um tipo de estudo que colabora em identificar conceitos humanos, como a alteridade de Todorov (2010), que prevalece mesmo com as mudanças de época – com ou sem descobrimentos.

Em suma, a visão da narrativa como um aspecto temporal permanece em muitos dos caminhos que enxergo para trabalhar com a história do jornalismo. Creio que a dissertação presente é, em si, um potencial desdobramento para visualizar outras eras da humanidade, convidativa para se ter o campo comunicacional como um reflexo social. Afinal, com Ricoeur (2010) como cerne, nada mais justo que imaginar a temporalidade do (pré) jornalismo como infinitos fragmentos que formam a história da profissão – que ainda é jovem e esbanja todo um vigor de quem se renova todos os dias sempre com o mesmo dever: contar o mundo.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, **Confissões. Livro XI**: O homem e o tempo. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).
- ARISTÓTELES. **Poética**. Trad., Pref., Introd., Com., Apend. de Eudoro de Sousa. Porto Alegre: Globo, 1966.
- BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Comunicação, acontecimento e memória. PUC-RS. 2004.
- BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Contracampo**, Niterói: UFF, 2005, n. 12.
- BARBOSA, Marialva. O filósofo do sentido e a comunicação. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 139-149, 2006.
- BARBOSA, Marialva. “Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos”. In: **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo: vol. 6, n. 16, p. 11-27, jul. 2009.
- BARBOSA, Marialva Carlos. O presente e o passado como processo comunicacional. **Revista Matrizes**, 2012 v. 5, no. 2, jan./jun, 145-155.
- BARBOSA, Marialva. Comunicação, história e memória. **MATRIZES**, 2019, 13(1), p. 13-25.
- BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BORGES, Jorge Luis. **El libro de arena**. 1ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2016.
- BRIGGS, Asa; BURKE. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016
- CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Ministério da Cultura. Fundação da Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro, 1500. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf)>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- COLOMBO, Cristóvão. **Diários da descoberta da América**: as quatro viagens e o testamento, Tradução de Milton Persson. Porto Alegre. L&PM, 2013.

COLOMBO, Cristóvão. **Relaciones y cartas de Cristóbal Colón**. Madrid, Librería de Hernando y Cº, 1892. Reprodução digital: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcdj5b9>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021

CORDIVIOLA, Adolfo Alfredo; DUARTE, Idalina da Paz. **La Historia Verdadera de Bernal Díaz Del Castillo** Y Su Rechazo A Otras “Mentiras” Respecto A La Conquista de la Nueva España. UFPE, 2015. Disponível em <[https://www.ufpe.br/documents/616030/893091/A\\_cronica\\_historica\\_no\\_mexico.pdf](https://www.ufpe.br/documents/616030/893091/A_cronica_historica_no_mexico.pdf)>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

CORTÁZAR, Julio. **O jogo da amarelinha**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DIAZ DEL CASTILLO, Bernal – **Historia Verdadera de la Conquista de Nueva España**. SERES. G. (ed.) Barcelona: Plaza & Janés Editores, 1998.

FOUCAULT, Michael. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUNDACIÓN MUSEO LA PLATA. Ni gigantes ni patagones: Aónikenk. In: **Revista Museo**. p. 38-41, 2001. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/49662>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

GENETTE, Gérard. **Discurso da Narrativa**. 3ª ed. Lisboa: Vega, 1995 (Coleção Vega Universidade).

GUIRADO, Maria Cecília. **Relatos do descobrimento do Brasil – as primeiras reportagens**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

HENN, R. Direito à memória na semiosfera midiaticizada. **Revista Fronteiras – Estudos midiáticos**, n. 3, v.8, São Leopoldo, 2006, p.177-184.

HOHLFELDT, A. As origens antigas: a comunicação e as civilizações, in HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C. e FRANÇA, V. V. (Orgs.). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes: 2001.

LEAL, B.S & ANTUNES, E. (2015). O testemunho midiático como figura de historicidade: implicações teórico-metodológicas. Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, N°129 (2015). p. 213-228, 2017.

LUZ, Bruna Araujo da. **O contraste entre intentio e distentio na experiência interna do tempo**: Paul Ricoeur e o livro XI das Confissões. 2017

MARQUES DE MELO, José. **História do Jornalismo: itinerário crítico, mosaico contextual**. São Paulo: Paulus, 2012.

MOTTA, L. G. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **E-Compós**, n. 1, v. 1, p. 1-26, 2004.

PAIM, Zélia Maria Viana. O outro que nos conta: modos de tomar posse. **Revista VEREDAS**, v. 14, n. 2, 2010.

PIGAFETTA, Antonio. **A primeira viagem ao redor do mundo**. Porto Alegre:L&PM, 2011.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. In: **Contracampo**. Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, 2005.

RESENDE, Fernando. Discursividade e narratividade: vértices redimensionados no Jornalismo. *Revista Fronteira (UNISINOS)*, v. IX, p. 81-90, 2007.

RESENDE, Fernando. A Narratividade do discurso jornalístico – a questão do outro. **RuMoRes**, [S. l.], v. 3, n. 6, 2009a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51173>. Acesso em: 23 fev. 2021.

RESENDE, Fernando. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009b.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, v. 1, 2010.

RIZZINI, Carlos. **História da Imprensa**. São Paulo: PUC-SP/Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, 1964.

RIZZINI, Carlos. **Jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SCHWAAB, Reges, ZAMIN, Angela. **O jornalista e o outro: sobre os vestígios da sondagem e da escrita**. SBPJor, 2015.

SOUSA, Jorge Pedro (2008), Uma história breve do jornalismo no ocidente. Em: **Jornalismo, história, teoria e metodologia – perspectivas luso brasileiras**, Porto, Universidade Fernando Pessoa.

TENGARRINHA, José. **Nova História da Imprensa Portuguesa: das origens a 1865**. 1ª ed. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 4ª ed - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

VILELA, E. Do Testemunho. Princípios: **Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 19, n. 31, p. 141-179, 14 jul. 2015.